

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas
Contribuições para a certificação de museus

Alexandre Manuel Ribeiro Matos

Dissertação a apresentar no âmbito do
Mestrado em Museologia

Porto
2007

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas
Contribuições para a certificação de museus

Alexandre Manuel Ribeiro Matos

Dissertação a apresentar no âmbito do
Mestrado em Museologia
Orientador: Prof. Doutor Rui Manuel Sobral Centeno

Porto
2007

À Sandra e aos Pais

Agradecimentos

O tema escolhido para esta dissertação, sobre o qual nos temos debruçado ao longo da nossa vida profissional, interessou-nos desde o momento em que iniciámos funções no Museu de Aveiro. Desde então foram vários os contributos de pessoas e entidades que importa reconhecer e agradecer, de forma especial, na apresentação deste trabalho.

Desde logo ao **Professor Doutor Rui Centeno**, orientador desta dissertação, pela forma exigente e crítica com que sempre nos guiou. Teremos sempre presente o seu interesse no tema, as discussões tidas e os importantes conselhos reveladores de imensa sabedoria.

A todos os **professores e colegas do Mestrado** pela importante discussão de ideias e amizade.

À **Sistemas do Futuro**, por ser uma empresa que apoia e investe na formação especializada dos seus quadros, e a **toda a sua equipa** pela disponibilidade e preciosa ajuda, sem as quais dificilmente teria sido possível conciliar este trabalho com as exigências profissionais, com uma especial referência ao **Fernando Cabral** pela amizade, estímulo, perseverança e interesse crítico que desde sempre demonstrou.

À **Rede Portuguesa de Museus** e ao **Instituto Português de Museus**, pela resposta pronta nas solicitações apresentadas. A **todos os museus** que colaboraram connosco neste trabalho respondendo ao extenso inquérito enviado, recordando em especial o **Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa** e os **Museus de Cascais**, nas pessoas da **Dr.ª Isabel Silva** e da **Dr.ª Maria José Almeida**, pela especial colaboração nos testes ao questionário.

A todos os colegas de profissão com quem temos convivido ao longo dos anos, em especial ao **Mário Brito** e à **Isabel Pereira**, pelo estímulo e sabedoria.

Aos **Amigos**, eles sabem quem são, pela paciência e compreensão.

A toda a **Família**, em especial aos **Pais**, pelo estímulo e exemplo que são e pelo contributo na conclusão de mais esta etapa.

À **Sandra** pela paciência e por todo o amor e estímulo que espero saber retribuir em igual dose.

Lista de abreviaturas

CHIN – Canadian Heritage Information Network

CIDOC – International Committee for Documentation

CRM – CIDOC Conceptual Reference Model

EXIF - Exchangeable image file format

ICOM – International Council of Museums

INE – Instituto Nacional de Estatística

IMC – Instituto de Museus e Conservação

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPM – Instituto Português de Museus

IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico

ISO – International Standard Organization

PDF – Portable Document Format

OAC – Observatório das Actividades Culturais

RPM – Rede Portuguesa de Museus

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
NORMALIZAÇÃO EM MUSEUS	7
PONTO DE SITUAÇÃO INTERNACIONAL.....	17
O CASO PORTUGUÊS	27
INQUÉRITO SOBRE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DE COLECÇÕES.....	33
METODOLOGIA ADOPTADA	35
Construção do universo	37
Construção do inquérito	39
Envio e recepção do inquérito – método e calendário.....	46
TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS RECOLHIDOS	49
Análise da amostra.....	50
Análise dos dados	54
CONTRIBUTO PARA A NORMALIZAÇÃO EM MUSEUS – PROPOSTA DE NORMA	89
PROPOSTA DE NORMALIZAÇÃO DE ESTRUTURA DE DADOS	95
Modelo de dados.....	102
Modelo da ficha de inventário de património móvel.....	106
Modelo da ficha de entidades relacionadas com objectos.....	126
NORMALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS	132
NORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS.....	136
CONCLUSÃO.....	141
BIBLIOGRAFIA	149
ANEXOS.....	161

Gráficos

Gráfico 1	50
Gráfico 2	51
Gráfico 3	52
Gráfico 4	53
Gráfico 5	54
Gráfico 6	55
Gráfico 7	56
Gráfico 8	58
Gráfico 9	60
Gráfico 10	61
Gráfico 11	62
Gráfico 12	63
Gráfico 13	65
Gráfico 14	66
Gráfico 15	67
Gráfico 16	69
Gráfico 17	70
Gráfico 18	70
Gráfico 19	71
Gráfico 20	74
Gráfico 21	75
Gráfico 22	76
Gráfico 23	77
Gráfico 24	79
Gráfico 25	80
Gráfico 26	81
Gráfico 27	82
Gráfico 28	83
Gráfico 29	84
Gráfico 30	85
Gráfico 31	87

Ilustrações

Ilustração 1	104
Ilustração 2	105
Ilustração 3	129

Tabelas

Tabela 1	67
Tabela 2	73

Introdução

A expressão “cultura material” tem vindo a ser referida, em diversos estudos de museologia, como sendo o sentido lato para aquilo a que nos referimos como objectos, bens, espécimes ou até “coisas” que adquirem um significado através da intervenção humana na sua construção, transformação e uso (PEARCE, 1994a: 9). Desde o aparecimento dos primeiros museus que o Homem procura guardar e coleccionar os testemunhos materiais da sua presença na Terra, aos quais atribui um significado distinto, permitindo assim uma continuidade temporal que perpetuará para além da sua relativamente curta existência.

O objecto adquire desta forma, na sociedade contemporânea, um significado de relíquia, de bem precioso que é preciso salvaguardar a todo custo e cujo estudo aprofundado permitirá, às gerações futuras e mesmo à nossa, adquirir um conhecimento mais vasto da própria história da Humanidade. Os museus, como repositório por excelência destes testemunhos, têm então a grande responsabilidade de adquirir, conservar, estudar e divulgar a cultura material¹ que têm à sua guarda por forma a que o seu conhecimento seja abrangido pelo maior número possível de pessoas.

Para que o Museu possa cumprir esta missão fundamental com sucesso, é condição essencial que conheça previamente os objectos que são, em última análise, o próprio significado da sua existência. Para tal o Museu teve que se municiar de sistemas de classificação e registo dos bens culturais que têm vindo a ser alvo de constante evolução que acompanha, de resto, as mudanças verificadas no campo dos estudos de museologia, bem como, e ainda com maior dependência, o desenvolvimento tecnológico do último século.

Desde que surgiram os primeiros museus criaram-se sistemas de registo e classificação dos objectos relativamente simples, que teriam como objectivo o conhecimento dos bens existentes, entendendo este procedimento como uma forma simples de os salvaguardar². No entanto, com o desenvolvimento e democratização dos Museus e com o desenvolvimento das ciências que se reúnem à volta destas instituições percebeu-se a necessidade da criação de sistemas de classificação e registo de informação sobre as

¹ Como nos diz a definição de museus do Internacional Council of Museums, disponível em <http://icom.museum/statutes.html#2> (consultado em 16-01-2007).

² Embora não se trate especificamente de um museu, veja-se o que sucedeu após a extinção das ordens religiosas em Portugal, em 1834, onde foram feitos, por cada convento extinto, arrolamentos dos bens existentes, dando especial destaque aos bens de carácter artístico que hoje compõem, na sua maioria, as colecções dos museus tutelados pelo Estado.

colecções que fossem para além do simples registo. A necessidade de registar para salvarguardar ainda se mantinha, como é óbvio, mas foram sendo criadas outras às quais foi/é necessário dar resposta.

Aos inventários manuais que proliferaram por diversos museus³, juntaram-se as mais valias que a democratização da tecnologia trouxe com a criação de *hardware* e *software* a custos cada vez mais baixos e significativamente mais acessíveis no que diz respeito à sua utilização por utilizadores não especializados. Hoje em dia, são cada vez menos as pessoas sem preparação para trabalhar com diversas ferramentas tecnológicas que se tornaram, nos mais diversos sectores, um auxílio imprescindível na execução da maioria da quase totalidade de tarefas. Os Museus e seus profissionais não poderiam deixar de entrar nesta nova era e utilizar, em seu claro benefício, as ferramentas que se encontram à sua disposição.

Contudo não basta apenas utilizar, sem regra, o *software* de registo, tratamento de informação e pesquisa de informação, mais comumente conhecido como bases de dados, para que se possa ter um sistema de documentação e gestão das colecções museológicas digno desse nome. As bases de dados, os repositórios de informação ou os sistemas de gestão por si só poderão constituir, se a sua construção não for pensada previamente, uma fonte de problemas, contrariamente ao que deveriam ser: a solução para um problema.

A regra a que nos referimos é a normalização documental para os museus que é necessário discutir, “criar” e depois utilizar na construção das bases de dados de gestão do património cultural. A nível internacional este assunto é discutido pelos mais diversos especialistas no âmbito do *International Committee for Documentation*⁴ do *International Council of Museums* que tem, desde a década de 70 do século passado, promovido através de vários grupos de trabalho a criação e utilização, a nível mundial, de um conjunto de linhas de orientação para o registo e gestão da informação do espólio à guarda dos museus.

Em Portugal todo este processo só começou a ser discutido bastante mais tarde e, na nossa opinião, foi-o apenas num círculo bastante circunscrito no qual participaram

³ São várias as fichas de inventário criadas ao longo do tempo, pelas mais diversas instituições, das quais temos conhecimento apenas em Portugal.

⁴ Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/> (consultado em 10-06-2006).

alguns dos mais importantes museus nacionais, mas que negligenciou o importante contributo que os museus de tutelas autárquicas e universitárias poderiam ter dado para este tipo de discussão.

Desta forma, propomo-nos nesta dissertação perceber qual o ponto de situação, a nível internacional e nacional, nesta matéria, para que possamos, através da análise de dados obtidos em inquérito e da normalização internacional existente, propor uma norma de estrutura de dados⁵ a ser utilizada, independentemente do *software* em uso nos distintos museus, no registo, documentação e gestão do património cultural. Norma que depois poderá ser completada com outras acerca de conteúdos e de procedimentos.

Ao longo de 10 anos de trabalho ligados ao mundo dos museus em Portugal deparámo-nos, invariavelmente, com diversas dificuldades sentidas pelo enorme leque de instituições com quem temos colaborado, directa ou indirectamente, na elaboração de sistemas de auxílio à gestão de colecções. Desde a primeira experiência no Museu de Aveiro, até ao projecto de implementação do sistema de informação para os museus do concelho de Cascais, como colaborador da Sistemas do Futuro, que se mantêm as mesmas perguntas: que informação devemos registar sobre os objectos? Como deveremos proceder para a registar? Que campos são necessários para registar toda a informação disponível? Qual a linguagem mais apropriada para utilizar neste processo? Que ferramentas podemos utilizar? Que regras e boas práticas podemos utilizar como referência nesta matéria? O que pretendemos obter do registo dessa informação? De que forma poderemos tirar proveito dessa informação no futuro? Vale a pena o investimento na documentação de colecções? De que forma podemos validar a qualidade do trabalho efectuado?

A estas perguntas tentamos responder ao longo deste trabalho, apresentando uma proposta de norma que deverá ser utilizada pelos museus na construção ou utilização de sistemas de gestão de bases de dados, a qual esperamos possa vir a ser um importante contributo na discussão deste tema, numa altura em que se encontra em fase de implementação, em Portugal, o processo de certificação das instituições museológicas, conduzido pela Rede Portuguesa de Museus que, de acordo com critérios definidos na Lei Quadro dos Museus⁶, exige precisamente a existência de um inventário criterioso dos bens à guarda de todos os museus que pretendam obter a referida qualificação. A

⁵ Norma que define a estrutura de um sistema de gestão de colecções.

⁶ Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

norma que se apresentará pretende ser um contributo para a validação da referida certificação, no que diz respeito às categorias de informação obrigatórias para qualquer inventário e aos sistemas de gestão de colecções utilizados nos museus

Normalização em museus

“Because of the dramatic changes in the computers available, it was not possible to consider re-writing and updating the earlier book. The present volume includes approaches, concepts, and techniques that are completely different from our ways of thinking 13 years ago. The principles of cataloguing have not changed significantly since 1975, but the machines available to assist in the creation of usable museum catalogs are nothing short of revolutionary.”

(CHENDALL e VANCE, 1988: ix)

O texto que acima transcrevemos e que encontramos no prefácio à obra de Robert G. Chendall e David Vance “Museum Collections and today’s computers” permite-nos, apesar de ter sido escrito já em 1988, introduzir uma das principais questões da documentação do património cultural, a sua normalização.

É um facto que os museus têm, como mencionou Chendall⁷, um instrumento a que podem recorrer para facilitar a tarefa de documentar as suas colecções. Hoje em dia o computador pessoal está (ou deveria estar) presente nas mesas de trabalho dos conservadores de museu ou do pessoal técnico que tem a seu cargo a tarefa da gestão documental das colecções e todos os dias assistimos a evoluções tecnológicas que nos permitem melhorar, cada vez mais, os procedimentos adoptados para esse fim. Mas as evoluções tecnológicas em nada melhoram a documentação de colecções se não existir uma organização coerente da informação que se pretende registar. Os dados só se “transformam” em informação quando são relacionados entre si ou percebidos por alguém.

Desde a década de 70 do passado século que é possível encontrar diversas referências a normas que permitiriam documentar as colecções dos museus de uma forma coerente e consistente. No entanto, este trabalho tem sido mais moroso do que aconteceu, por exemplo, nas bibliotecas⁸ e nos arquivos. A que se deve este atraso? Será impossível construir uma norma para registo e documentação dos acervos dos museus? Um objecto é assim tão diferente de um livro ou de documentos de arquivo? Se é, em que medida isso condiciona a sua normalização?

⁷ No prefácio da obra **Museum Collections and Today’s Computers** (CHENDALL e VANCE, 1988).

⁸ Nas bibliotecas este processo, como é sabido, já conta com muitas definições e com normas internacionais adoptadas por quase todos os países.

É nossa intenção neste capítulo escarpelizar a importância da existência de normalização nos sistemas de documentação dos museus, bem como abordar o processo de construção das normas⁹ nas instâncias internacionais de forma a melhor se entender o ponto de situação actual.

O que é então a normalização e qual a sua aplicação no âmbito do trabalho de documentação do património cultural?

Segundo o dicionário da Texto Editora o termo “norma” corresponde a:

princípio que serve de regra;

preceito;

lei;

exemplo;

modelo;

método;

lei determinada pelo fundador de uma ordem religiosa;

procedimento, costume ou hábito aceite;

estado habitual;

conjunto de regras de uso relativas às características de um produto ou de um método, compiladas com o objectivo de uniformizar e de garantir o seu modo de funcionamento e a sua segurança;

aquilo que é de uso geral, relativamente à língua;

regra de direito, regra jurídica;

Todas estas definições se aplicariam, de uma ou outra forma, ao tema principal deste trabalho. Afinal a norma existente numa Ordem Religiosa é pensada de forma a que os monges ou as monjas se possam comportar em sociedade segundo determinadas regras que fazem com que o conjunto funcione, mas concentremo-nos apenas nas por nós destacadas.

Uma norma deverá ser um modelo, um método ou, para usarmos um termo mais forte, uma lei que deve ser seguida de forma a criar unidade naquilo que, por natureza, não é unitário. É sabido que a diversidade da evidência material humana, os objectos por nós criados, dificulta de sobremaneira o trabalho essencial de registo e catalogação a cargo

⁹ Referimo-nos às distintas normas usadas em conjunto na documentação de colecções (ex: normas processuais e normas aplicadas a modelos de base de dados).

dos museus¹⁰. A forma como um objecto é criado, o tempo em que ele foi produzido, a função, ou funções, a que se destinava, as pessoas que o utilizaram, entre muitos outros, são factores que condicionam a análise presente e, não raras vezes, influenciam a forma como registamos a informação conhecida relativa a ele. Um objecto resultante de uma escavação arqueológica terá, por força da forma como é estudado, uma abordagem de estudo e classificação diferente de um instrumento científico construído no século XVIII para demonstrar, em contexto de aula, determinado princípio fundamental da Física. No entanto, a lei, ou melhor, a norma a aplicar ao trabalho de documentar um e outro terá que ser a mesma, sob pena de não existir uma coerência na análise de um e outro que permita, inclusivamente, diferenciá-los. Senão vejamos, um e outro objectos tiveram algum material, ou materiais, na base da sua construção. Tiveram, também, técnicas de construção associadas que são susceptíveis de identificação e classificação. Foram contruídos com um fim que os distingue, mas que podemos utilizar para os classificar e determinar a função a que se destinavam. Um e outro têm dimensões que importa documentar para melhorar alguns procedimentos do trabalho de museu, por exemplo, o acondicionamento em reservas.

Embora possamos analisar um conjunto mais vasto de elementos intrínsecos e extrínsecos aos objectos a incluir na recolha e estruturação de dados existentes sobre eles, estes exemplos permitem perceber uma ideia de extrema importância: a norma deve ser criada para a generalidade dos objectos e não restringida a uma classe específica de objectos, uma vez que há conceitos comuns indiferentes às características específicas de cada objecto.

É então importante a criação e existência da normalização para que a tarefa de documentação do património funcione, bem como para conferir as bases necessárias à, hoje em dia indispensável, informatização. No entanto, mais importante do que a criação de normas é a sua posterior utilização pelas instituições e pelas empresas que vão criar os produtos (bases de dados e sistemas de gestão de informação) destinados ao registo e documentação do património. A normalização deverá ser uma base sólida, um modelo com regras de estruturação de informação definidas que permita que os dados inseridos sejam depois lidos, indexados, cruzados entre si e, não menos importante, pesquisados e resgatados de uma forma satisfatória de acordo com os interesses do

¹⁰ E, acrescentamos, de outro tipo de instituições que não sendo museus têm também a seu cargo esta tarefa.

utilizador comum. Ou seja que os dados se transformem em informação, contribuindo assim para que o conhecimento do património cultural possa ser alargado ao maior número de pessoas.

Há também outros factores importantes resultantes da utilização da norma. Não são visíveis num primeiro momento, mas são determinantes em diversos pontos de um projecto de documentação de colecções. A partilha de informação, a importância do valor da informação a longo termo e a especialização dos recursos humanos são três pontos que a utilização de *standards* permite pacificar.

Na actualidade são cada vez mais os exemplos de instituições que necessitam de trocar informações sobre o património que têm à sua guarda. Uma exposição sobre um dado autor, por exemplo, mesmo que seja coordenada por determinada instituição, necessita da colaboração de diversas instituições que detêm objectos realizados por ele. A criação de vocabulários estruturados para a catalogação e registo dos objectos, bem como para a procura de certos termos numa pesquisa é outro dos factores que implica troca de informação. Num e noutro exemplo é mais do que relevante a utilização da norma, para permitir uma comunicação sem ruído, na qual emissor e receptor percebam fidedignamente a mensagem.

Por outro lado as instituições responsáveis pela documentação do património têm que estar cada vez mais alerta para o facto de que, mais do que o investimento na compra de *hardware* e *software* ou em consultoria para a criação de um sistema, são essenciais o tempo e os recursos humanos para a pesquisa de dados e estudo sobre as colecções e sua introdução numa base de dados informatizada. Deve-se isto ao facto de a tecnologia estar sujeita a evoluções de toda a espécie (*hardware* e *software*) o que representa a contínua migração e actualização dos dados para novos e mais funcionais sistemas. A normalização irá ser vital para possibilitar a existência de formatos de exportação dos dados entre sistemas criados de acordo com a norma vigente¹¹.

Por fim a existência de normas possibilita a melhor integração dos recursos humanos especializados, uma vez que sendo conhecedores de uma norma, como acontece com os técnicos de bibliotecas, a recolha e sistematização dos dados e o seu tratamento eficaz

¹¹ Para este fim contribuem também outro tipo de normas de comunicação e informática que estão em constante desenvolvimento de entre os quais destacamos o *Z39.50 Information Retrieval Protocol* (ISO 23950) no âmbito da troca de informações entre dois sistemas. Pode ser consultado em http://www.niso.org/standards/resources/Z3950_Resources.html. (consultado em 28-07-2006)

em bases de dados é feita com elevados critérios de qualidade e com custos cada vez mais reduzidos. É de referir que existem, em determinados países, novas funções em museus que se reflectem numa cada vez maior especialização nesta matéria. Os *registrars* ingleses são o exemplo perfeito desta situação, porque não sendo especialistas em Arte, Arqueologia, Música ou qualquer outra área, são-no na documentação e percebem melhor as necessidades técnicas do processo de digitalização do património que é urgente fazer.

Existem três tipos de normas que podem ser aplicadas aos sistemas de informação para o património cultural: as normas técnicas, as convenções e, por fim, os *guidelines* ou, traduzindo, as linhas de orientação (CIDOC, 1995). Há entre estas algumas diferenças e uma gradação que importa reter. As primeiras são as mais exactas e delas dependem questões tão exactas como a frequência de comunicação entre aviões, a voltagem a ser utilizada no dia-a-dia em casa, o código morse, os prefixos de telefone internacionais ou, ainda, códigos informáticos como o ASCII que permite o reconhecimento de caracteres em termos informáticos. Já as convenções são mais flexíveis do que as primeiras normas. Aqui há lugar para distinções relacionadas com a área ou país onde a convenção será adoptada, sendo certo que, quando aplicadas correctamente, permitem obter resultados muito satisfatórios. E por fim as linhas de orientação que têm o papel de modelo para determinada tarefa, procedimento, produto, etc. e com as quais estes se podem comparar de forma a determinar a sua qualidade final. A título de exemplo poderíamos nomear as linhas de orientação para a escolha de determinado sistema de informação, ou para percebermos a consistência de determinado *software* usado por um museu. É possível, de forma muito fácil e eficaz, comparar o *software* de gestão de colecções existente num museu com as *guidelines* existentes no CIDOC e saber se o *software* que esse museu dispõe se enquadra naquelas que são as recomendações para o fim a que se destina.

Dentro destes três grandes grupos de normas vamos encontrar alguns mais específicos que se aplicam de forma directa aos sistemas de informação utilizados pelos museus. Uma vez mais segundo o *International Committee for Documentation* (CIDOC, 2001) estes dividem-se em quatro principais categorias:

- Normas de sistemas de informação;
- Normas de dados:

- Normas de procedimentos;
- Normas de intercâmbio de informação (*interchange information standards* no original).

Importa sabermos algo mais sobre cada uma destas categorias de normas para percebermos como são criadas e utilizadas na documentação de património cultural.

As normas de sistemas de informação permitem definir as funcionalidades necessárias à totalidade do sistema. Na construção destas normas importa saber se pretendemos um sistema que permita apenas o registo dos objectos ou se, pelo contrário, iremos registar toda a informação sobre procedimentos e outras tarefas de responsabilidade do museu, para que a norma possa ser feita de acordo com esses requisitos. Neste tipo de normas definem-se as funcionalidades que devem compor o sistema como um todo: a catalogação e inventário, a documentação associada, as questões administrativas do museu e das colecções, a gestão dos recursos existentes entre outros pontos da gestão corrente de um museu.

As normas de dados (*data standards* no original) são divididas em três subcategorias importantes que constituem o ponto central no trabalho que agora apresentamos. São estas normas que permitem definir a forma como deve ser construída uma base de dados ou sistema de informação sobre as colecções do ponto de vista da estrutura de dados e dos conteúdos que esta irá integrar.

Estas subcategorias organizam-se da seguinte forma:

- **Estrutura de dados** (*data structure*): definição dos campos necessários para todo o tipo de informação que o sistema irá comportar e das relações entre os diferentes campos e tabelas de informação. Hoje em dia, é comum serem utilizadas bases de dados relacionais¹² na construção das estruturas de dados.
- **Convenções**¹³ (*data contents*): definição da forma como os conteúdos devem ser inseridos nos distintos campos. Aqui serão descritas todas as convenções utilizadas (por

¹² Um sistema de bases de dados onde a informação pode ser acedida e organizada de acordo com as relações existentes entre as diferentes tabelas que a compõem. Em termos básicos é uma base de dados com um conjunto de tabelas que contêm determinados registos que podem ser relacionadas entre si. Este tipo de bases de dados facilita a não repetição de informação em distintas tabelas.

¹³ Traduzimos desta forma a expressão original “*data contents*” porque nos parece a designação mais correcta para este tipo de norma.

exemplo nos formatos de data (01-03-2005 ou 2005-01-03) e todas as regras a seguir pelo utilizador na criação dos registos (por exemplo a determinação dos campos que são de preenchimento obrigatório).

- **Conteúdos** (*data value*): definição de que tipo de vocabulário, *thesauri* ou listas de terminologia podem ser associadas a determinados campos e especificações para distintos campos com características particulares (por exemplo, campos utilizados para transcrever inscrições feitas em alfabeto diferente do utilizado normalmente pelo sistema, como por exemplo, Mandarim, ou Japonês).

A definição de um modelo de dados claro e inequívoco é algo que ainda não está feito em Portugal. Não há um documento que permita ao museu ou aos fornecedores de *software* para gestão de colecções ter uma base de trabalho para a construção de um sistema de informação para a gestão de colecções e, desta forma, a referência em Portugal terá que ser, uma vez mais, o CIDOC.

Em paralelo com as anteriores normas estão as normas de procedimentos, ou seja, os procedimentos a adoptar pelas pessoas que gerem e utilizam o sistema para que a informação seja fidedigna e facilite cada vez mais as tarefas do museu.

Neste tipo de normas são definidos procedimentos adoptados para a cedência e empréstimo de objectos, procedimentos de incorporação de objectos nas colecções, normas para a sua marcação, para citar apenas alguns exemplos que possibilitarão ao sistema agilizar a gestão da colecção. Imaginemos que é feito um pedido ao museu para empréstimo de um objecto. Existe um procedimento reflectido no sistema de informação a indicar que todos os objectos com mau estado de conservação só podem ser emprestados se forem recuperados. Nestes casos o *software* pode, assim que lhe chegar a indicação que um objecto é pedido para empréstimo, verificar o seu estado de conservação e informar o utilizador desse facto ou, ainda, direccionar o utilizador para a próxima acção lógica de acordo com o estado de conservação.

Por fim temos um conjunto de normas mais técnicas, mas que não devem ser descuradas pelos gestores de projectos de documentação nos museus: as normas de intercâmbio de informação¹⁴.

É este tipo de normas que permite, como acontece há já alguns anos nas bibliotecas, por exemplo, fazer com que dois ou mais sistemas de informação possam comunicar entre si dentro da mesma instituição ou em distintas instituições, com as vantagens que daí resultam. Estas regras definem as condições técnicas para que tal possa acontecer e os seus resultados dependem em grande parte da utilização das normas citadas.

¹⁴ O projecto da *Museum Documentation Association*, *SPECTRUM XML DTD for collections information interchange*, é um exemplo deste tipo de normas. Pode ser consultada mais informação em <http://www.mda.org.uk/spectrum.htm>. (consultado em 30-07-2006).

Ponto de situação internacional

A abordagem à normalização de documentação e gestão de colecções, neste trabalho, irá ter como principal fonte a experiência e trabalho do CIDOC, organismo do *International Council of Museums* que tem a seu cargo a investigação deste tema e a criação e divulgação das boas políticas e práticas nesta matéria. Assim sendo, é necessário compreendermos um pouco da história da criação de normas por este organismo.

Desde 1978, altura em que foi estabelecido um conjunto mínimo de categorias de informação para registo dos objectos museológicos com base numa proposta feita por Robert G. Chendall e Peter Homulos, existe no âmbito do CIDOC um documento de referência que viria a ser colocado à consideração dos seus membros e recomendada a sua utilização às comissões nacionais dos diversos países que integram o ICOM. Na altura a necessidade de implementar regras, à semelhança das bibliotecas e arquivos, para a identificação e registo da história¹⁵ da evidência material humana era imperativa. Existiam alguns projectos pontuais em diversos museus e países, mas nunca se tinha discutido esta questão numa perspectiva mais alargada. O CIDOC é o sítio ideal para discutir este tema, não somente por razões de ordem formal, mas principalmente por contar com algumas centenas de especialistas de mais de 60 países que trabalham diariamente na implementação de sistemas de informação para este fim. Entre esses especialistas encontramos documentalistas, conservadores, *registars*, analistas de sistemas informáticos, entre outros, que têm como objectivo encontrar uma forma eficaz de levar a cabo uma das tarefas primordiais nos museus, a documentação e gestão das suas colecções¹⁶.

O trabalho apresentado por Chendall e Homulos em 1978 em Julita, na Suécia, passou a ser então a base de trabalho na procura de normas de documentação para os museus dentro do CIDOC e em algumas iniciativas de âmbito nacional. No entanto, entre os anos de 1980 e 1992 o referido comité desenvolveu o trabalho apresentado em 1978 com base em duas iniciativas distintas: o *Data Standard Working Group*¹⁷ e o *Data*

¹⁵ Entenda-se registo das utilizações, fabrico ou criação, proprietários, entre outras categorias de informação.

¹⁶ Na definição de museu (ICOM, 2001) encontramos diversas tarefas atribuídas aos museus que serão impossíveis de realizar sem o conhecimento pleno das colecções de cada instituição.

¹⁷ <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidefor.htm>. (consultado em 31-06-2006).

*Model Working Group*¹⁸. Criava-se assim o grupo de trabalho que iria analisar e construir as distintas categorias de informação para colecções de arte e arqueologia (o primeiro caso) e o grupo de trabalho que teria a responsabilidade de arquitectar um modelo de dados que permitisse o registo da informação das colecções. A existência dos distintos *standards* existentes no campo dos museus, já apresentados, possibilitam uma melhor percepção desta separação em dois grupos.

O trabalho então desenvolvido permitiu que em 1992, na conferência do ICOM em Québec, se reavaliasse a situação e iniciasse a criação de um documento de boas práticas nesta matéria que pudesse ser difundido e utilizado pelos diversos membros da instituição. Foi o início do que hoje é conhecido como *International Guidelines for Museum Object Information* (CIDOC, 1995), o documento de referência sobre este assunto a nível internacional, apresentado na Conferência Trienal do ICOM de 1995 em Stavanger, Noruega. Também nesta conferência foi apresentado o *CIDOC Relational Data Model* (CROFTS e REED, 1996) resultante do trabalho do *Data Model Working Group* e que se torna o documento basilar na construção de sistemas de informação capazes de registar e documentar de forma eficiente o património cultural. A partir de então os dois grupos de trabalho foram agregados e surgiu um único grupo de trabalho denominado *Data Standards Workgroup*¹⁹ que, no seu relatório publicado em *newsletter* do CIDOC em 1996, afirma a intenção de criar elos de ligação entre alguns grupos de trabalho que vinham a discutir questões específicas de documentação e os produtos apresentados em Stavanger, a saber o *CIDOC's Archeological Sites Working Group*, o *CIDOC's Ethno Working Group*, o *AFRICOM Project* e o *International Project on Documentation Standards for the Protection of Cultural Objects*²⁰. Estes últimos complementavam o trabalho do grupo com questões específicas sobre documentação de sítios arqueológicos, de colecções de etnografia e colecções africanas, bem como questões mais vastas relacionadas com a protecção dos bens culturais.

Coube a Toni Petersen e a Alice Grant, membros de um e outro grupos de trabalho que se uniram, a tarefa de liderar a equipa incumbida de continuar o trabalho de criação das categorias de informação para o registo dos objectos de museus. O método de trabalho

¹⁸ <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidefor.htm>. (consultado em 31-06-2006).

¹⁹ Criado na conferência do CIDOC de 1993 (Ljubljana, Eslovénia) e também designado *CIDOC data and Terminology Working Group*.

²⁰ Deste projecto viria a ser produzido o *Object ID*. Pode ser consultada informação sobre este projecto em <http://www.object-id.com>. (consultado em 31-06-2006).

seguido implicou a revisão das normas internacionais e nacionais vigentes na época e o pedido a 19 membros do ICOM de distintos países para a redacção de uma norma que posteriormente seria discutida e tratada pelo grupo de trabalho. Mais tarde foram acrescentados mais 4 contributos relativos a museus de História Natural que têm, como é sabido, de ter em consideração a classificação existente para as espécies e espécimenes. Da junção e análise dos diversos contributos seria criado um primeiro documento que, em sede da conferência do CIDOC em 1994, seria discutido pelos mais diversos especialistas na matéria que habitualmente se encontram nestas ocasiões. Esse documento acabaria por ser alvo de uma revisão extensa e passaria a estruturar-se em distintos elementos:

- as categorias de informação;
- convenções e formatos de introdução dos dados nas categorias;
- terminologia que poderia ser utilizada em cada uma das categorias.

Importa tecer algumas considerações sobre esta norma para a posterior discussão de algumas questões no âmbito deste trabalho. Em primeiro lugar este documento do CIDOC incorpora, como atrás foi dito, a experiência de diversos especialistas de documentação, bem como a experiência de diversos projectos de documentação em museus. Por outro lado estas normas tiveram em consideração as normas existentes em alguns países como os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido das quais falaremos mais adiante. Por fim e como podemos ler no *website* do CIDOC (ROBERTS, 2000) devemos referir que estas mesmas ainda não constituem um produto final e devem ser tidas em conta como um elemento em construção com todas as vicissitudes decorrentes do facto, sendo que é de evitar que sejam negligenciadas por todas as entidades que tenham a intenção de criar uma norma própria²¹.

No entanto, não foi este o único caminho seguido pelo CIDOC. Atrás já fizemos referência ao *CIDOC Relational Data Model* que se irá tornar num importante instrumento para a construção dos sistemas de informação de museus.

²¹ Há alguns países que criaram também normas tendo em conta a adequação das *guidelines* do CIDOC às leis e procedimentos que aquelas obrigam no âmbito nacional. Espanha e Reino Unido são dois casos que mais tarde abordaremos.

Como podemos ler na introdução do *website* do CIDOC CRM²² este modelo estabelece definições e uma estrutura formal para descrever os conceitos implícitos e explícitos e as relações usadas na documentação do património. O objectivo principal é criar uma plataforma de entendimento, uma linguagem, sobre os sistemas de informação de património cultural e natural que facilitará a sua concepção, implementação e, principalmente, a posterior comunicação entre diferentes sistemas de bibliotecas, arquivos ou museus. Neste momento o CRM já conta com dez anos de experiência, divididos entre o *CIDOC Documentation Standards Working Group* e o presente *CIDOC CRM SIG* e, depois de admitido, como documento de trabalho à norma ISO, está neste momento na fase final de aprovação como norma ISO com a designação ISO/PRF 21127²³.

Importa retermos algumas considerações sobre a construção desta norma e a forma como ela deve ser entendida pelos que a pretendem utilizar, ou implementar, na documentação do património cultural. O objectivo do CRM é proceder à estruturação de toda a informação científica necessária à documentação do património, tendo em vista a promoção da troca e integração de informação proveniente de distintas plataformas (ou sistemas de informação). Assim sendo, e ainda segundo o *website* deste modelo (CROFTS, 2003), é necessário esclarecer alguns pontos:

1- o CRM não pode excluir qualquer tipo de informação sobre o património cultural. Desde informação útil ao utilizador comum, até à informação que permite aos investigadores e conservadores dos museus o desenvolvimento de trabalhos académicos e de investigação, entende-se que qualquer informação é importante de reter e, desta forma, deve ser sempre tida em conta na construção do CRM. A intenção é providenciar o mais ínfimo detalhe conhecido sobre o património a documentar.

2- todo e qualquer tipo de património cultural à guarda dos museus é objecto do CRM. O que inclui, como é óbvio, a história natural, os sítios arqueológicos, os monumentos, a arqueologia, etnografia, etc., não esquecendo as colecções de arte e artes decorativas.

3- a troca de informação entre os museus e os arquivos e bibliotecas, que são as instituições detentoras da documentação sobre património cultural, deve ser promovida

²² <http://cidoc.ics.forth.gr/index.html> (consultado em 07-08-2006).

²³ Prevemos que à data de conclusão deste trabalho, esta norma esteja aprovada. Poderá ser consultado em <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=34424&scopelist=PROG RAMME>. (consultado em 07-08-2006).

e a harmonização deste modelo com os das outras duas instituições é entendido como um caminho extremamente urgente de percorrer.

4- entende-se como fora do âmbito deste modelo toda a informação que não seja directamente relevante para a história da colecção, de um objecto em particular ou de algum grupo de objectos, toda a informação de carácter administrativo e de gestão das instituições museais. A informação sobre número de visitantes, pessoal, contabilidade, etc. encontra-se fora deste modelo.

5- o CIDOC CRM é objectivamente construído para cobrir a documentação que permite contextualizar o património. Como as informações de carácter teórico, histórico e geográfico associadas a cada um dos objectos são as que conferem a maior parte do seu valor e significado, é atribuída a esta informação a máxima importância neste modelo.

6- o modelo deve ser entendido como supra institucional e abstraído de qualquer contexto local, de forma a que possa ser cumprido um dos seus principais objectivos: permitir a troca e integração de informação proveniente de diferentes sistemas. Este objectivo também determina a construção e o nível de detalhe do CRM.

7- este modelo também tem a preocupação de se adaptar às tecnologias emergentes, ao mesmo tempo que se preocupa em permitir a comunicação com os sistemas e tecnologias já ultrapassados, mas que ainda são utilizados em determinadas instituições.

Em cada um destes pontos está presente, em forma de declaração de princípios, a maneira como devemos entender e analisar o CRM. Estes constituem a regra de criação do modelo e permitem a quem o pretende utilizar, perceber de que forma o poderá fazer e quais os pressupostos que foram tidos em conta no CRM.

Para tal há que ter em conta que este documento, muito exaustivo, não é produzido com a intenção de ser seguido à risca por todas as instituições. Seguramente uma instituição que não registe dados sobre colecções de história natural, não terá que se preocupar em prever a possibilidade de as registar na sua base de dados. O intuito é que o documento seja uma base de trabalho para quem irá construir o esquema de dados a ser utilizado pelo museu segundo as necessidades deste. Como se pode ler no documento que

apresenta o modelo²⁴ (ICOM/CIDOC CRM Special Interest Group, 2003: ii) “[...] *the CRM is not aimed at proposing a complete matching of user documentation structures with the CRM, nor that a user should always implement all CRM concepts and associations; rather it is intended to leave room for all kinds of extensions to capture the richness of cultural information, but also for simplifications for reasons of economy.*”, ou seja, a pretensão não é castradora, mas sim a de conseguir uma melhor estruturação da informação existente em cada instituição acerca do património que detém, adequando-a a uma norma.

Não sendo o objecto deste trabalho uma análise mais profunda ao CRM é importante ainda referir que este modelo é baseado em linguagem orientada por objectos (*object oriented*) com classes, subclasses, propriedades, sub-propriedades que têm dependências umas das outras e que se relacionam entre si. Este tipo de linguagem permite descrever todo o processo de registo de determinado tipo de informação sobre qualquer tipologia de património que se pretenda documentar. Vejamos o seguinte exemplo:

Uma Aquisição (subclasse) é uma Actividade (classe) que por sua vez é uma subclasse de Evento (Super-classe da actividade); assim sendo, quando um museu compra determinada obra de arte a informação que este processo gera tem que ser associada a estas três classes do objecto, sendo que este tem ainda outras propriedades associadas, como por exemplo, a pessoa que é responsável pela aquisição ou ainda o propósito que levou a instituição a adquiri-la.

Existindo este esquema de dados associado ao sistema de informação que o museu utiliza, a informação registada poderá ser utilizada nos mais diversos propósitos e poderá ser lida por um outro sistema que siga um esquema baseado no CRM.

Alguns projectos de normalização encontram-se já compatibilizados com o CIDOC CRM, dos quais citamos apenas²⁵ o *MDA SPECTRUM*²⁶, o *Dublin Core* e o *Nazi-era Provenance Standard*²⁷ da *Association of American Museums*; outros encontram-se numa fase de adaptação a este modelo e estarão em breve compatíveis com ele. Neste

²⁴ Na sua versão 4.2. disponível em http://cidoc.ics.forth.gr/docs/cidoc_crm_version_4.2.pdf (consultado em 12-07-2006).

²⁵ A lista de todos os projectos citados no site do *Concept Reference Model* pode ser consultada em <http://cidoc.ics.forth.gr/scope.html>. (consultado em 12-07-2006).

²⁶ <http://www.mda.org.uk/spectrum.htm>. (consultado em 12-07-2006).

²⁷ <http://www.nepip.org>. (consultado em 12-07-2006).

caso é importante referir como exemplo o *Consortium for the Computer Interchange of Museum Documentation*²⁸ (CIMI) com o *Z39.50 Profile* e, entre muitos outros, o *The International Core Data Standard for Archeological and Architectural Heritage*²⁹ que é também da responsabilidade do CIDOC. Há no entanto alguns projectos importantes que ainda não estão em processo de compatibilização com o CIDOC CRM, mas que são dados como “desejados” no *website* deste modelo. Podemos encontrar nesta situação projectos importantíssimos como, por exemplo, o *Getty CDWA – Categories for the description of Works of Art*³⁰ e os *Data Dictionaries*³¹ do *Canadian Heritage Information Network*.

Para além destes projectos que mencionamos acima, podemos também encontrar, referenciados no *website* do CIDOC, um conjunto de iniciativas nas distintas áreas da normalização de documentação para museus que trabalham em parceria com o CIDOC. Algumas das referências a esses projectos podem ser encontradas na página do CIDOC em <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/stand2.htm#CAIE> (consultado em 15-08-2006).

Dentro destas destacamos o SPECTRUM, *standard* de referência para a documentação nos museus do Reino Unido, gerido pela *Museum Documentation Association* (MDA), reconhecido internacionalmente como um dos documentos mais importantes nesta área. Publicado pela primeira vez em 1994, o SPECTRUM tornou-se um *standard* em 2005 depois de ter sido alvo de uma profunda reflexão por mais de 100 instituições num processo que se iniciou em 2003. Hoje esta norma é aberta a todos os que a pretendam utilizar e é feita de acordo com os requisitos de documentação exigidos para os museus que pretendem ser creditados oficialmente no Reino Unido pelo *The Museums, Libraries and Archives Council*³².

O SPECTRUM é dividido em duas secções principais: os procedimentos e os requisitos de informação. A primeira define os procedimentos que devem ser utilizados nos museus, em termos de documentação, sempre que um objecto é adquirido, emprestado, transportado, sujeito a uma acção de conservação ou restauro; e a segunda, não menos

²⁸ <http://www.cni.org/pub/CIMI/framework.html>. (consultado em 12-07-2006).

²⁹ <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/arch0.htm>. (consultado em 12-07-2006).

³⁰ http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/cdwa/. (consultado em 13-07-2006).

³¹ http://www.chin.gc.ca/English/Collections_Management/index.html. (consultado em 13-07-2006).

³² Entidade oficial no Reino Unido para a creditação dos museus. Define e desenvolve a estratégia nacional no âmbito dos três tipos de instituições que tutela. Cf. <http://www.mla.gov.uk/>. (consultado em 15-08-2006).

importante, consiste nos requisitos de informação necessários para a documentação das colecções. A propriedade do objecto, a sua história, as acções de restauro a que já foi sujeito, qual a sua proveniência, entre muitos outros exemplos, são alguns dos tipos de informação que, tratada de uma forma estruturada e normalizada, permitirão às instituições museais a sua utilização para a obtenção de um conhecimento aprofundado das suas colecções. Este *standard* está já tão enraizado que a indústria de *software* para museus o tem como referência essencial na construção dos sistemas de informação a nível internacional, sendo uma das principais razões para que a *Museum Documentation Association* venha desenvolvendo um esquema de parceria com a indústria para a criação de aplicações com base nesta norma que, depois de creditadas, são etiquetadas como compatíveis com o SPECTRUM³³.

Mencionamos aqui o SPECTRUM porque é um caso que pensamos ser exemplar em todos os aspectos. Não é apenas um *standard* de dados que permite a construção de uma base de dados, mas é principalmente uma norma de procedimentos que permite aos técnicos nos museus, mesmo sem um sistema de informação, saber os passos para documentar uma qualquer acção comum na gestão das colecções.

Um outro caso relevante é o espanhol. Em 1998 foi publicada, pela *Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales*, órgão do Ministério da Cultura Espanhol, a **Normalización Documental de Museos: Elementos para una aplicación informática de gestión museográfica** (CARRETERO, 1998), que é fruto do trabalho da *Comisión de Normalización Documental de Museos* presidida por Andrés Carretero Pérez e coordenada por Marina Chinchilla Gómez. O objectivo deste trabalho foi proporcionar aos museus uma preciosa ajuda no tratamento e gestão da documentação associada ao património, de forma a facilitar o seu trabalho diário e a possibilitar um melhor serviço para investigadores e público em geral. Resultou deste documento a criação, pelo próprio Ministério, de uma aplicação informática (designada por DOMUS) que seria utilizada numa primeira fase pelos museus estatais (tutelados directamente pelo Ministério da Cultura espanhol), mas cujo objectivo é alcançar o máximo de museus possível, independentemente da sua tutela administrativa. Para tal o Ministério tem vindo a desenvolver um conjunto de convénios com as comunidades autónomas e com outras entidades no sentido de criar uma rede que permitirá aceder à informação de uma

³³ <http://www.mda.org.uk/memp.htm>. (consultado em 15-08-2006).

forma coerente e uniformizada³⁴. O mesmo *standard* permite a todas as empresas que desenvolvem *software*, a possibilidade de se compatibilizarem com a norma vigente para que os seus sistemas de informação possam ser utilizados por um qualquer museu de Espanha, sem prejuízo de virem a integrar a rede de comunicação, um dos objectivos principais do Ministério. A existência da norma possibilita, como atrás referimos, esta situação.

Este documento é um *standard* de procedimentos e também um *standard* de dados, uma vez que a par da descrição dos processos que devem ser seguidos para a correcta documentação das colecções, fornece também a estrutura de dados que necessita de ser criada (ou compatibilizada) para que uma qualquer aplicação informática possa cumprir os requisitos exigidos nesta norma.

É importante frisar algumas das considerações abordadas ao longo deste capítulo sobre a construção de normas e *standards*. A primeira e, na nossa opinião, a mais importante de todas é que para criar qualquer tipo de normalização devemos ter sempre em consideração o trabalho que é desenvolvido a nível internacional sobre esta matéria. Não podemos correr o risco de criar uma normalização que sirva apenas os interesses de determinado país, instituição ou mesmo projecto. Um *standard* deve ser tão genérico quanto possível e deverá ter em conta as normas já estabelecidas internacionalmente e, não raras vezes, testadas em contexto prático.

Na construção de uma norma devem ser envolvidas todas as partes que serão influenciadas pela sua aplicação prática. Os museus – independentemente das tutelas a que estão associados – e os seus profissionais, como é óbvio, deverão liderar este processo, mas não deverão excluir dele as bibliotecas e arquivos, os especialistas em documentação e em ciência da informação, os especialistas em desenvolvimento de *software* e tecnologias associadas à documentação, entre outras entidades nas quais incluímos as empresas que desenvolverão no futuro os sistemas de gestão de bases de dados segundo a norma que irá ser criada. Neste ponto, o caso do SPECTRUM e das parcerias criadas com diversas empresas parece-nos ser um exemplo a seguir.

³⁴ Esta situação tem tido, na nossa opinião, reflexos positivos na informatização das colecções em Espanha, motivados pela crescente adesão da comunidade museológica do país vizinho. Cf. http://www.mcu.es/jsp/plantilla_wai.jsp?id=613&area=museos&contenido=/museos/col/doc/implantacion.html. (consultado em 25-08-2006).

O âmbito da norma a ser criada não pode ser restringido apenas à estrutura de tabelas e campos a fornecer aos interessados na criação de uma base de dados para o inventário das colecções, mas deverá ser alargado de modo a incluir procedimentos a seguir pelos técnicos de documentação nos museus (*thesauri*, linguagens e termos a utilizar no sistema de informação), bem como contemplar as questões técnicas para possibilitar o intercâmbio de informação entre plataformas e facilitar o acesso a diferentes sistemas a partir de um único motor de pesquisa. As questões colocadas por *standards* que influenciam a documentação do património e, conseqüentemente, a sua normalização como, por exemplo, os *standards* industriais na área das tecnologias (tipos de ficheiros que poderão ser associados, formatos de imagem a utilizar, formatos de realidade virtual, tecnologias relacionadas com conservação e restauro, portais para a disponibilização da informação) deverão ser, obviamente, contemplados também.

Uma norma não é, no entanto, um processo fechado. É uma lei, como referimos no início deste capítulo que deve ser seguida pela totalidade das instituições para as quais foi pensada. Mas, como todas as leis, deve estar sujeita a alterações que a possam melhorar, no sentido de providenciar as ferramentas adequadas às pessoas e instituições que a utilizam. Afinal de contas o intuito é facilitar o acesso ao conhecimento por especialistas e público em geral e contribuir para a preservação e conservação do património à nossa guarda.

O caso Português

Passada em revista a situação internacional, importa agora analisar o ponto de situação no caso específico de Portugal no que concerne à normalização da documentação e gestão do património museológico.

Desde os anos oitenta que existem algumas tentativas pontuais de criar um sistema informatizado de inventário das colecções. Pontuais porque são iniciativas de apenas alguns museus e pensadas exclusivamente para dar resposta às necessidades dessas instituições. Os exemplos mais conhecidos são o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga, e o do Museu da Cidade, em Lisboa. Estas instituições, confrontadas com a necessidade de lidar com inúmeros registos de objectos e documentação associada, partiram, a bom tempo, para a construção de um *software* que pudesse responder às suas necessidades específicas. Um e outro museu desenvolveram, com o auxílio de empresas e ferramentas que já existiam no mercado, novos sistemas. Um outro sistema foi também criado pelo Museu de Ciência da Universidade de Lisboa que se baseou nas ferramentas disponibilizadas pelos sistemas operativos da Apple³⁵ para criar internamente um programa que respondesse às necessidades de um museu de ciências no que respeita à documentação das suas colecções. Estes três sistemas, juntamente com um quarto que falaremos mais adiante, foram objecto de estudo de caso efectuado por Pedro Teotónio Pereira³⁶ no âmbito da tese de mestrado apresentada à Universidade Nova em 1996 (PEREIRA, 1996). Nesse estudo, baseado na análise dos sistemas então em uso nos museus referidos, o autor levanta algumas questões relevantes, como a análise dos inventários manuais utilizados anteriormente, a análise da normalização existente a nível internacional, a normalização dos sistemas a criar, a dificuldade em hegemonizar os distintos sistemas e a necessidade de alertar as tutelas para a importância fundamental da existência de um sistema de informação nos museus.

Comecemos então por abordar algumas questões de carácter mais amplo para melhor compreender o ponto de situação no nosso país.

³⁵ Empresa que desenvolve sistemas operativos para computadores e outro tipo de software, bem com os próprios computadores. Pode obter-se mais informação em <http://www.apple.com>. (consultado em 03-08-2006).

³⁶ Neste trabalho é feita uma avaliação de quatro casos de estudo, tidos como os principais em 1996, no desenvolvimento de projectos práticos em que a documentação das colecções e a sua normalização fosse o objectivo principal.

Fruto de diversas circunstâncias, a introdução, em massa, das novas tecnologias na maior parte das instituições museais portuguesas foi tardia. Não vai muito longe o tempo em que existia apenas um computador para todas as tarefas necessárias a realizar pelos museus. Normalmente era utilizado nas tarefas administrativas tidas como as mais importantes pelo seu carácter mais imediato e oficial. Para além desta situação, ainda há bem pouco tempo atrás, como tão bem demonstra Luís Pequito Antunes no seu trabalho sobre o ensino da documentação nos cursos de museologia em Portugal (ANTUNES, 2002), intitulado **Museus e documentação - Entre a teoria e a prática: uma abordagem da realidade portuguesa (1910-1980)**³⁷, o ensino desta matéria nos cursos de museologia não considerava a introdução das novas tecnologias numa época em que este problema, ou oportunidade se quisermos, já era bastante discutido em diversos fóruns internacionais onde Portugal poderia - e deveria - participar. Por outro lado, a ausência de regulamentos, normas ou simples linhas de orientação, criadas de acordo com as necessidades dos museus e tendo em conta o processo, já avançado, de criação de normas de âmbito internacional sobre esta matéria, fazia com que a documentação das colecções dos museus em Portugal se fosse atrasando cada vez mais. Os inventários eram continuamente feitos em papel, com sistemas de arquivo completamente ineficazes e desactualizados que exigiam muito mais horas de trabalho para os escassos recursos humanos que são característica dos museus portugueses.

É fácil recordarmo-nos, baseados apenas na nossa experiência profissional, das dificuldades com que o Museu de Aveiro, onde iniciámos a carreira ligada à museologia, vivia neste particular aspecto. Em 1997 ainda não era um museu contemplado com o programa informático desenvolvido pelo Instituto Português de Museus e todas as tarefas relacionadas com o inventário e gestão das colecções eram feitas em sistemas de arquivo manuais, completamente desajustados às necessidades e, em alguns casos, completamente desfasados das colecções que deveriam documentar. Recordamos, como exemplo, o caso de uma colecção de desenhos que, a determinada altura, foi reclassificada e passou a constar da colecção de gravuras, comprometendo uma análise mais profunda da colecção de desenhos e gravuras do museu, bem como de diversas situações em que, por falta de actualização de dados nas fichas respectivas, se perdiam informações importantíssimas para a história dos objectos à guarda da

³⁷ Neste trabalho é avaliada a relação entre o ensino da documentação em museus ao longo do período temporal mencionado e estabelecida uma comparação, que nos parece muito pertinente, com os resultados que esse ensino consegue na prática dos profissionais de museus.

instituição. Em alguns casos de objectos com menor relevância, por vezes, nem a sua localização era conhecida. Tais situações, certamente, não acontecem apenas em determinado museu. São fruto de uma diminuta capacidade dos museus em termos técnicos e humanos para cumprirem uma das suas principais missões: a identificação e estudo da cultura material que lhe está confiada.

Desta forma, em meados dos anos 90, foi criado um projecto dentro do Instituto Português de Museus que tinha como propósito dotar os museus tutelados pela administração central com um programa que pudesse alcançar os objectivos de uma melhor inventariação e gestão das colecções das referidas instituições. Esse programa, designado Matriz³⁸, é hoje a ferramenta utilizada pelos museus tutelados pelo IPM, bem como por um conjunto de outras instituições no país, e é já uma plataforma desenvolvida e comercializada por uma empresa privada. Sucede que, neste processo de criação de uma ferramenta informática que pudesse, a curto prazo, resolver um dos principais problemas da documentação nos museus, a sua informatização, foram esquecidas algumas etapas e considerações de extrema importância sobre este assunto.

De modo que hoje em dia não exista ainda em Portugal o que se poderia chamar, à semelhança do caso espanhol, uma “normalização documental dos museus portugueses”. Ou seja, um documento técnico que contenha em si definições de estruturas de bases de dados, bem como procedimentos a adoptar pelos museus na gestão das suas colecções ou, pelo menos, algumas linhas de orientação nesta matéria³⁹. No entanto, apercebendo-se o IPM da necessidade de criar algumas normas para os utilizadores deste sistema de informação, criaram-se *a posteriori* um conjunto de documentos, intitulados **Normas de Inventário**, que reúne alguns dos procedimentos a adoptar nas tarefas de inventário das colecções, baseadas ainda na aplicação Matriz, utilizada pelo referido instituto. Estas normas de inventário são, em todo o caso, limitadas. São-no porque se referem especificamente a determinadas categorias de objectos, incluídas em três grandes super-categorias criadas na definição do programa Matriz: Artes e artes decorativas, Arqueologia e Etnologia, descurando áreas como a

³⁸ Poderão ser obtidas mais informações sobre este programa de gestão de colecções em <http://www.ipmuseus.pt/pt/iniciativas/i24427/TA.aspx> (consultado em 10-09-2006) ou ainda na página da empresa que agora o comercializa em <http://matriz.pararede.com> (consultado em 10-09-2006).

³⁹ Nesta linha poderíamos citar o SPECTRUM, da *Museum Documentation Association* do Reino Unido, que é tido internacionalmente como um bom exemplo a seguir.

dos museus de ciência, de transportes, de história natural, entre outros ainda com alguma representatividade no tecido museal nacional.

Apesar disso estas normas serão, na nossa perspectiva uma excelente ferramenta de trabalho para os colaboradores de todos os museus, devendo servir de base para um trabalho mais aprofundado na definição de procedimentos a adoptar pela generalidade dos museus quando confrontados com colecções desta natureza. O Matriz e a sua utilização pelos museus tutelados pelo IPM foi o quarto caso de estudo de Teotónio Pereira que atrás referimos. Desde a apresentação da tese deste autor até aos nossos dias, a aplicação foi alvo de uma evolução de carácter tecnológico, mantendo-se estruturalmente quase inalterada.

Um outro sistema de informação, com alguma relevância no processo de inventário e gestão do património à guarda dos museus, e que não foi estudado por Teotónio Pereira dado que se encontrava em fase embrionária, é aquele que foi criado em parceria pela Sistemas do Futuro e pela Polícia Judiciária do Porto (Núcleo de Furtos de Obras de Arte), mais comumente conhecido como In arte. Esta aplicação, actualmente com uma versão mais complexa, conta desde 1996 com um crescente número de museus como utilizadores e tem sido, a par do Matriz nos museus tutelados pelo IPM, a principal ferramenta utilizada para a documentação do património em Portugal. Substituiu os três sistemas que foram alvo de estudo por Teotónio Pereira em 1996, nomeadamente o do Museu da Cidade de Lisboa, o do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa⁴⁰ e o do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, e tem-se afirmado como um sistema de informação eficaz nos museus que o utilizam. Contribui para tal o facto da Sistemas do Futuro organizar, periodicamente, encontros científicos em que o principal objecto de discussão são os assuntos relacionados com a documentação das colecções e a sua normalização.

Passando além dos distintos sistemas de informação e do seu contributo para o desenvolvimento deste tema específico, queríamos mencionar aqui o importante papel que alguns encontros e conferências têm tido na chamada de atenção dos responsáveis, para as questões da normalização associada à documentação do património. Neste domínio gostaríamos de referir em particular um encontro realizado no ano de 1999, no Museu Alberto Sampaio e na Biblioteca Raul Brandão, em Guimarães, onde, pela

⁴⁰ Este museu utiliza os dois sistemas mencionados. Um por fazer parte dos museus tutelados pelo IPM e outro através de um protocolo com a Universidade do Minho.

primeira vez, se discutiu em larga escala o tema “Normalização em Museus” que inclusivamente deu nome ao seminário. Neste encontro foram discutidos diversos assuntos relacionados com a escassa normalização existente nos museus e apenas lamentamos o facto de não ter sido dada alguma continuidade com os grupos de trabalho que naquela altura foram criados (BRITO, 1999). No entanto, foi uma espécie de pontapé de saída para a discussão e alerta sobre as questões tratadas neste trabalho.

No passada década de 90 foram dados, como se poderá observar, vários passos importantes no que diz respeito à normalização em Portugal, mas com o despontar do novo milénio a situação do panorama museológico nacional iria sofrer algumas mudanças. Vejamos quais.

No início desta década foi criada, como estrutura de projecto dentro do IPM, a Rede Portuguesa de Museus com a pretensão de se tornar um “sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus”⁴¹. Esta estrutura de projecto, hoje transformada em estrutura de missão pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 117/2005 de 30 de Junho de 2005, tem como objectivos “a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus, a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas e o fomento da articulação entre museus”⁴². Para alcançar com sucesso estes objectivos a RPM foi dotada de um instrumento muito útil que permitirá certificar qualitativamente os museus em Portugal que é a credenciação dos museus, prevista no Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro de 2006, onde é exigido (aos museus que queiram ser certificados) o cumprimento de todas as funções museológicas estabelecidas pela Lei Quadro dos Museus Portugueses⁴³, bem como a existência de meios humanos, financeiros e físicos para que o museu possa cumprir a sua missão. Estes instrumentos legais, bem como todas as iniciativas da RPM em relação ao inventário e gestão das colecções nos museus têm sido importantes contributos para a percepção da importância desta função nos museus. A própria Lei Quadro dos Museus

⁴¹ Cf. <http://www.rpmuseus-pt.org> (consultado em 10-09-2006).

⁴² Objectivos da RPM consultados no site da referida instituição em <http://www.rpmuseus-pt.org> (consultado em 10-09-2006).

⁴³ Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto de 2004.

tem, na secção IV, artigo 15.º e seguintes, referências bastante explícitas em relação ao inventário e à documentação das colecções e património à guarda dos museus, bem como à sua informatização, incluindo alguns conceitos como a diferenciação do inventário dos bens públicos e dos bens particulares. Contudo continuamos a notar a inexistência a nível nacional de uma, ou mais⁴⁴, normas que apontem caminhos a seguir pelos museus na documentação e gestão das suas colecções e por todo o tipo de entidades que, de alguma forma, estão relacionadas com esta função essencial. Essa ausência e o seu prolongamento são, como mencionámos atrás, uma das principais causas do atraso que existe em relação a outros países mais avançados nesta matéria como o Reino Unido, os Estados Unidos da América e, até, a vizinha Espanha, onde já se encontra publicada pelo Ministério da Cultura a *Normalización documental de museos* à qual os museus podem recorrer para criar e comparar sistemas de informação para a documentação do seu património.

A tarefa é complexa, mas de extrema importância. Nos dias de hoje seria importante existir uma norma que, de acordo com a normalização internacional (nas suas mais diversas vertentes), pudesse responder às necessidades do tecido museológico nacional e possibilitar a todos os museus e seus profissionais o acesso a um documento simples e eficaz para a compreensão das diversas questões técnicas presentes na documentação.

⁴⁴ Referimos aqui uma ou mais normas no sentido de poderem coexistir normas de procedimentos, normas de estruturas de dados ou outras normas que se venham a considerar importantes para a documentação do património no nosso país.

Inquérito sobre documentação e gestão de colecções

Metodologia adoptada

O **Inquérito aos museus em Portugal** realizado no final da década passada teve uma repercussão enorme na comunidade museológica nacional. Em boa hora o Instituto Português de Museus decidiu juntar-se ao Observatório das Actividades Culturais para perceber qual era, à altura, o real panorama dos museus em Portugal. Antes deste inquérito o conhecimento existente sobre os museus portugueses era insuficiente e raras vezes encontrávamos uma base de dados que obedecesse, como refere Raquel Henriques da Silva na apresentação daquele trabalho (SILVA, 2000: 11), a critérios homogéneos de definição e aplicação do conceito de museu e a sua adaptação à realidade portuguesa.

Importava à altura saber quantos museus existiam no país que são realmente museus⁴⁵, quais as entidades que os tutelavam, que missões tinham, quais os objectivos enquanto instituição, onde se localizavam, quais os meios técnicos que dispunham, que recursos financeiros e humanos estavam à sua disposição, que características se podiam encontrar nos seus acervos, como executavam a missão de estudar, conservar e divulgar o património à sua guarda, entre muitos outros factores, mas onde também eram consideradas as acessibilidades, os serviços extra que ofereciam ao público e as perspectivas de desenvolvimento a curto e médio prazo. Alguns destes dados, na nossa opinião a grande maioria, não se podiam aferir de modo científico e daí esta importante decisão do IPM ter sido uma das melhores tomadas por aquele organismo nos últimos tempos. Nada como conhecer a realidade, com os seus pontos bons e fracos, para se poder decidir e traçar um rumo para a política museológica nacional.

Para além deste trabalho inicial, do qual não nos cansamos de repetir a importância, o IPM teve também o mérito de lhe dar continuidade, estabelecendo uma parceria com o OAC e o INE tendo em vista a constante actualização dos dados deste primeiro inquérito, que veio a dar os seus frutos com a publicação do trabalho **O panorama museológico em Portugal 2000-2003** (SANTOS, 2005), no qual foi publicada a continuação da análise dos dados relativa aos anos posteriores à conclusão do primeiro inquérito.

⁴⁵ Não o sendo apenas pela utilização da palavra Museu na sua designação, mas por cumprirem os pressupostos da definição consagrada pelo ICOM e que Portugal preconiza.

Tendo por ponto de partida estes pressupostos, pareceu-nos óbvia a resposta à pergunta, colocada no início desta investigação, sobre o método a utilizar para encontrar as respostas ao tema por nós escolhido. Qual a melhor forma de encontrar a resposta para o caminho que deve seguir o inventário e gestão das colecções, do que o perguntar directamente aos mais interessados? Claro que algumas das respostas que procurámos já se encontravam no inquérito feito pelo IPM, mas para este estudo necessitamos de aprofundar o conhecimento da realidade no que diz respeito à gestão das colecções, aos recursos disponíveis nos museus para a execução desta tarefa, bem como, ao papel da tecnologia nesta actividade.

Outra razão que nos levou a enveredar pelo caminho do inquérito nesta tese, prendeu-se com a necessidade de procurar algumas respostas a questões para as quais apenas tínhamos informação de carácter empírico fruto do nosso trabalho, ao longo dos últimos 10 anos, junto dos diversos museus. Já em 1997, ainda o Museu de Aveiro não estava a trabalhar com o programa Matriz, nos debatíamos diariamente com a dificuldade de obter informação sobre a colecção de gravura nos diversos repositórios de informação, em papel, que tinham sido criados ao longo do tempo para registar os dados referentes a esta pequena parte do acervo do museu aveirense. Os antigos inventários em papel eram confusos e continham informação errónea, mas a procura de informação era o trabalho mais penoso. Invariavelmente tínhamos de percorrer todas as fichas para encontrar apenas aquelas que continham os dados pretendidos, para além de o cruzamento de dados para encontrar determinada informação ser uma tarefa quase impossível pela morosidade que acarretava. Mais tarde viríamos a constatar estas, e muitas outras, dificuldades nos diversos museus com os quais temos colaborado na nossa actividade profissional, mas importava neste trabalho aferir essas dificuldades, encontrar as suas causas e, mais à frente, tentar encontrar algumas propostas que pretendem solucionar os problemas detectados.

Pensamos ser do conhecimento geral que os inventários dos museus e a sua informatização têm tido um desenvolvimento relevante na última década, potenciados pelo rápido crescimento e implementação tecnológica que coloca ao dispor, desta e de outras áreas do trabalho museal, um maior número de recursos e ferramentas. Por outro lado também deve ser considerado o investimento, facilitado pela disponibilização de fundos comunitários destinados à área do património, em termos financeiros e de recursos humanos que as entidades de tutela têm reservado para o inventário do

património cultural. A visibilidade deste trabalho está também a aumentar. Já existem *websites*⁴⁶ onde podemos consultar a informação registada nas colecções dos museus, mas também tem sido recorrente assistir a comunicações de algumas instituições⁴⁷ em diversas conferências sobre o inventário que estão a produzir.

Construção do universo

Debatemo-nos com algumas dúvidas nos critérios de escolha da amostra que iríamos utilizar neste trabalho. À primeira vista, a escolha recairia no critério utilizado pelo IPM na inclusão dos museus no **Inquérito aos Museus em Portugal** (SILVA, 2000: 29-30), mas tal escolha resultaria num universo maior do que poderíamos analisar no espaço temporal disponível para este trabalho. Analisar as respostas dos 680 casos considerados elegíveis para o referido inquérito pareceu-nos despropositado. Havia que reduzir o nosso universo, tendo em conta o objectivo e os prazos inerentes a uma tese de mestrado. É claro que a diminuição do universo que pretendíamos inquirir poderá trazer o perigo de alguma da informação não poder ser entendida num contexto alargado, ou seja, a análise produzida com as respostas obtidas terá sempre que ter em conta a amostra utilizada e, por isso, procuraremos nunca cair na tentação óbvia de extrapolar alguns dos dados e informação recolhida.

O objectivo principal deste trabalho é contribuir para uma melhor eficácia e desenvolvimento do registo, documentação e gestão do património móvel à guarda dos museus. Pretendemos propor um método de trabalho que possibilite a optimização desta importante área de trabalho, procurando saber assim que museus eram, à altura de recolha de informação, a referência em Portugal. A escolha dos museus que compunham então a Rede Portuguesa de Museus pareceu-nos ser a mais apropriada e sensata pela seguinte ordem de razões:

- são instituições que correspondem a alguns critérios de qualidade definidos pelo organismo estatal responsável para esta área;
- entre esses critérios está a obrigatoriedade de existência de um quadro de pessoal com formação na área da museologia;

⁴⁶ Apenas a título de exemplo, cf. o MatrizNet em <http://www.matriznet.ipmuseus.pt> e a colecção online do Museu da Olaria em www.museuolaria.org.

⁴⁷ Cf. o programa do Workshop Informatização e divulgação de acervos científicos disponível em <http://www.sistemasfuturo.pt/eitec/workshop.pdf> (consultado em 30-11-2006).

- têm definido como um dos principais critérios, sendo também um objectivo, a informatização do inventário das colecções que têm à sua guarda;

- sendo um grupo reduzido de museus (120 segundo lista fornecida pela RPM⁴⁸), contém uma razoável amostra de diferentes tutelas, regiões e, acima de tudo, de tipologias (ou categorias) de colecções.

Desta forma encontramos um primeiro grupo do que viria a ser o universo deste inquérito, ao qual decidimos juntar os museus das Câmaras de Lisboa⁴⁹ e Cascais por sabermos do seu empenhamento, passado e presente, na informatização dos inventários do património móvel geridos pelas referidas entidades e, também, os museus tutelados pelas universidades de Coimbra e do Porto por sabermos se encontrarem a desenvolver projectos ambiciosos nesta matéria e porque teríamos dados mais relevantes em relação aos museus tutelados por Universidades⁵⁰. Ao todo são mais 33⁵¹ casos, a juntar aos 120, segundo uma lista que também foi solicitada à RPM. Temos assim um universo com 153 casos que analisámos numa primeira fase, segundo alguns pressupostos que tínhamos como base para o desenvolvimento da nossa investigação.

Um desses pressupostos seria a ferramenta de trabalho para recolha de dados. Numa primeira fase chegamos a pensar utilizar uma ferramenta de inquérito baseada em algumas aplicações existentes na *Internet* que permitem a resposta online. No entanto, são ferramentas que, apesar de extraordinariamente úteis, não contemplam ainda algumas questões como autenticação do museu que estaria a introduzir a resposta (essencial para este trabalho), e trazem um conjunto de dificuldades ao preenchimento do inquérito que nos preocuparam. Assim decidimos construir o inquérito e enviá-lo por *e-mail* a todas as instituições. Sendo uma forma oficial e banal, nos nossos dias, de comunicação pareceu-nos a ferramenta mais apropriada, sabendo à partida que teríamos um maior trabalho no tratamento da informação constante nas respostas. No entanto, e mesmo sendo um meio oficial de comunicação, ainda existem algumas instituições que resistem à introdução desta tecnologia e deparámo-nos com a dificuldade de não ter

⁴⁸ Cf. Anexo 1.

⁴⁹ A Câmara Municipal de Lisboa, através do Museu da Cidade, foi uma das primeiras instituições no país a ter o inventário das suas colecções informatizado através de uma aplicação que funcionava no sistema operativo MS-DOS. Pedro Teotónio Pereira, já em 1996, na sua tese de mestrado o abordou como estudo de caso (PEREIRA, 1996).

⁵⁰ Dentro dos 120 museus presentes na listagem fornecida pela RPM, apenas três têm este tipo de tutela. A saber, o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, o Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior e o Museu Nogueira da Silva, em Braga, tutelado pela Universidade do Minho.

⁵¹ Cf. Anexo 2.

para onde enviar o inquérito (via correio electrónico) para um total de 35 instituições⁵² que não tinham, nos ficheiros cedidos pela RPM, o endereço electrónico preenchido.

Esta dificuldade obrigou-nos a procurar os endereços electrónicos dessas instituições para perceber se não existiriam mesmo ou se, pelo contrário, existiam, mas não eram do conhecimento da RPM. Após esta pesquisa ficamos com um total de 143 instituições⁵³ das quais conseguimos obter algum endereço electrónico através de pesquisa na *Internet*, nas páginas das instituições de tutela ou através de outro tipo de fontes de informação.

Nestas 143 instituições procedemos, após um primeiro contacto com os dados fornecidos pela RPM, a algumas adequações resultantes dos conhecimentos que tínhamos previamente sobre os museus que pretenderíamos incluir no nosso universo. Para citar apenas um exemplo: do confronto dos dados enviados pela RPM com os museus existentes na Câmara Municipal de Cascais resultou a exclusão de três museus⁵⁴ que não fazem ainda parte do projecto de inventário dos museus de Cascais e a inclusão de outros dois⁵⁵ que têm vindo a trabalhar nesse projecto. Num outro caso tivemos também que incluir o Museu do Vinho do Porto, tutelado pela Câmara Municipal do Porto, que, fazendo parte dos museus da cidade do Porto, mas não constando na listagem fornecida pela RPM, enviou oportunamente a resposta ao inquérito. Ficamos então com um total de 143 instituições que, obedecendo aos critérios atrás expostos, constituirão o universo utilizado neste estudo.

Construção do inquérito

Segundo William Foddy, no prefácio à sua obra **Como Perguntar**, “... a teoria relativa ao modo de questionar não progrediu tanto quanto seria desejável. Apesar de alguns estudos terem permitido aumentar o nosso conhecimento sobre o processo pergunta-resposta, são poucos os sinais de progressos significativos nas estratégias seguidas pelos cientistas sociais.” (FODDY, 2002: xiv). Segundo o mesmo autor são dois os principais

⁵² Cf. Anexo 3.

⁵³ Sendo que para algumas delas o e-mail se repete, como se verifica nos casos dos museus dependentes das Câmaras do Porto, Lisboa e Cascais.

⁵⁴ Espaço da Memória dos Exílios, Moinho de Armação Tipo Americano e o Núcleo Museológico do Forte de S. Jorge dos Oitavos são os espaços excluídos.

⁵⁵ Casa Museu Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó e futuro Museu Municipal de Arqueologia que, muito embora esteja em fase de projecto, conta já com um trabalho bastante aprofundado no inventário das colecções de arqueologia do concelho de Cascais.

motivos para falta de preocupação com o processo de construção da pergunta. A procura de resultados imediatos (e a dependência relativamente a eles por parte de quem encomenda questionários e estudos de opinião por questões económicas ou políticas) e o crescente aumento de profissões e ciências sociais que recorrem a este método sem que exista preocupação sobre as metodologias adoptadas para a recolha de informação.

Ainda segundo o mesmo autor “[...] a investigação social tem confiado no senso comum e num pequeno conjunto de regras que decorrem da experiência colectiva entretanto acumulada. Poucas tentativas se fizeram para integrar os problemas metodológicos que têm sido discutidos na literatura disponível e menos ainda têm sido os esforços para aplicar as conclusões que vão sendo avançadas.” (FODDY, 2002: xiv)

No entanto a discussão sobre a investigação conduzida por questionário tem sido orientada pelos pressupostos (FODDY, 2002: 14) apresentados a seguir, que pensamos serem úteis para ter em conta na construção e posterior análise dos resultados do inquérito utilizado neste trabalho. São eles:

- “1. o investigador pode definir com precisão o tópico relativamente ao qual pretende informação;
2. os inquiridos detêm a informação que o investigador pretende obter;
3. os inquiridos podem disponibilizar a informação que é solicitada no quadro das condições particulares impostas pelo processo de pesquisa;
4. os inquiridos podem compreender todas e cada uma das perguntas exactamente como o investigador pretende que elas sejam entendidas;
5. os inquiridos querem (ou são susceptíveis de ser motivados para) fornecer a informação solicitada pela investigação;
6. as respostas têm maior validade se os inquiridos não conhecerem as razões pelas quais a pergunta é feita;
7. as respostas dos inquiridos a determinada pergunta têm maior validade se não forem as sugeridas pelo investigador;
8. a situação de pesquisa, por si só, não influencia as respostas fornecidas pelos inquiridos;
9. em si mesmo, o processo de responder às perguntas não interfere com as opiniões, crenças e atitudes dos inquiridos;
10. as respostas de diferentes inquiridos a determinada pergunta podem ser validamente comparadas entre si.”

Atentos a estes importantes pressupostos enumerados por Foddy, bem como a outras questões relativas aos modelos de comportamento pergunta-resposta explanados por aquele autor, decidimos construir um inquérito que tinha como ponto de partida a obtenção da maior informação possível sobre os processos de inventário e gestão de colecções dos museus que compõem o universo que nos propusemos estudar.

Numa primeira fase decidimos consultar os inquéritos existentes até à altura da construção do nosso e utilizar alguns dos pressupostos neles seguidos. Para tal o **Inquérito aos Museus em Portugal**, publicado em 2000, e a sua actualização, fruto de um protocolo já referido entre o IPM, o Observatório das Actividades Culturais e o Instituto Nacional de Estatística, publicada na edição **Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)** foram importantes fontes de recolha de informação para a elaboração das perguntas. Obviamente que o âmbito daqueles dois trabalhos é bastante mais lato do que o que nos propomos seguir nesta dissertação, mas algumas das questões aí colocadas, bem como os resultados apresentados, são referências que importa considerar em qualquer investigação em que o método seguido seja o de questionário.

Assim decidimos dividir o nosso questionário em 5 partes distintas⁵⁶, antecipadas de uma parte genérica em que se pedia a identificação do museu e do responsável pelo preenchimento do inquérito. Na identificação do museu eram pedidos também alguns dados como a tutela, localização administrativa, ano de criação e horário de abertura ao público, que nos permitiriam, *a posteriori*, cruzar essa informação com a obtida nos cinco grandes grupos de perguntas.

O restante inquérito estava então organizado em cinco grandes grupos de perguntas relativas a cinco pontos que considerámos essenciais para o desenvolvimento do nosso trabalho. A saber:

1. Colecções
2. Bases de dados
3. Recursos logísticos
4. Recursos humanos
5. Comunicação

⁵⁶ Cf. Anexo 5

Entre todos estes grupos há um denominador comum. É ele a sua relação com o trabalho de gestão de colecções como elemento fundamental no cumprimento da missão que todos os museus estão obrigados, segundo a definição de museu do ICOM⁵⁷. No entanto importa analisar cada conjunto de perguntas separadamente.

O primeiro grupo de perguntas centrou-se na caracterização das colecções existentes em cada instituição. Foram consideradas questões como o tipo, ou categorias, de colecções⁵⁸ existentes nos museus e qual a colecção que se destacava no universo de cada museu, a quantificação das colecções e o tipo de informação existente relativamente aos objectos que se encontram registados em bases de dados, assim como sobre determinados aspectos relativos ao arquivo fotográfico do acervo. Este conjunto de questões possibilita uma posterior análise quantitativa da totalidade dos acervos da amostra deste inquérito e permitirá medir, com as devidas precauções, o grau de prioridade que os museus atribuem a esta importante tarefa, quando comparada a informação obtida com a de outros grupos. A caracterização das colecções permitirá também perceber quais os museus que mais dificuldades têm na realização dos inventários e gestão de colecções e a relação deste factor com o tipo ou categorias de colecções, com o empenhamento das tutelas, etc.

As questões aqui colocadas são maioritariamente fechadas, no entanto, a última questão deste grupo será a que nos colocará mais problemas de análise por se tratar de uma resposta mista. É fechada, mas pede a opinião da instituição que responde através da justificação da sua resposta.

O segundo grupo de questões centra-se no tema das bases de dados. São colocadas diversas perguntas de forma a saber que base de dados é utilizada, quem a produziu e que qualificações tinha para o fazer, se a instituição pode aferir a sua qualidade com base nas normas internacionais vigentes e ainda algumas características da sua utilização, como por exemplo, que tipos de campos ou categorias de informação são mais utilizadas pelos técnicos do museu, se contempla a utilização de *thesauri* ou outras

⁵⁷ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.” ICOM Portugal <http://www.icom-portugal.org> (consultado em 30-01-2007).

⁵⁸ Esta questão seguiu a classificação de colecções proposta no inquérito realizado entre 1998-2000 pelo Instituto Português de Museus cujos resultados foram publicados no **Inquérito aos Museus em Portugal**.

ferramentas de auxílio à introdução de dados, se contempla campos de informação obrigatória ou, ainda, o grau de satisfação das instituições com o sistema utilizado.

É importante referir que este grupo de perguntas é o mais extenso e o mais complexo de responder. A pergunta que suscitou mais dúvidas nas respostas⁵⁹ encontra-se neste grupo e é, ao mesmo tempo, uma das perguntas centrais do questionário porque permite avaliar de certa forma quais as informações importantes para os museus no registo do património à sua guarda. No entanto, é o grupo de questões que nos permitirá avaliar, confrontado com os restantes como não poderia deixar de ser, qual o melhor caminho a seguir para a conclusão das tarefas que se prendem directamente com o inventário. Desde o processo de escolha do sistema/base de dados a utilizar pelo museu, até à sua utilização final podem ser retirados daqui alguns dados importantes para as conclusões deste trabalho. A definição de uma norma no que concerne à estrutura de dados⁶⁰ será retirada, em grande parte, da análise dos dados recolhidos neste grupo de perguntas.

Maioritariamente, as questões apresentadas no grupo 2 são fechadas, dado que permitem uma análise directa e matemática do ponto de vista estatístico, mas também incluímos algumas questões abertas no final desta parte, porque não nos era possível determinar quais eram, a título de exemplo apenas, os *thesauri* utilizados – ou se é que seriam de todo utilizados alguns – em cada museu.

O terceiro grupo de perguntas no nosso questionário é direccionado aos recursos logísticos existentes em cada instituição directamente relacionados com o inventário e gestão de colecções. A importância deste grupo na avaliação dos resultados finais do inquérito é determinante. É sabido por todos quais as dificuldades em termos de recursos que são vividas nos museus em Portugal, mas fazendo este grupo de museus parte da RPM, quais as condições existentes em cada uma destas instituições para o desenvolvimento de um trabalho da importância que é devida ao inventário? As questões centram-se nos recursos tecnológicos, dado que o que pretendemos obter são informações sobre os recursos utilizados no inventário, mas seria importante existir uma análise das capacidades de cada uma destas e outras instituições nos recursos relativos à conservação e restauro, para citar apenas um exemplo.

⁵⁹ A pergunta é a 2.9 do inquérito aos museus. Cf. anexo 5.

⁶⁰ A normalização referente à estrutura de dados corresponde a um dos três tipos de normalização por nós referidos em anterior capítulo sobre o ponto de situação internacional da normalização documental de museus.

Uma vez mais as questões apresentadas são maioritariamente fechadas, sendo que nos vimos na necessidade de abrir lugar nas, últimas duas questões, a respostas abertas.

Um outro tipo de recursos afectos ao inventário que não podíamos deixar de tentar avaliar é o dos recursos humanos existentes nas diversas instituições afectos, directa ou indirectamente, à gestão das colecções. Qual a quantidade de técnicos afectos a esta tarefa? Que ligação contratual existe com a instituição? Que grau de formação tem cada um desses técnicos? Que colaborações são mantidas com especialistas nas mais diversas áreas importantes para a documentação de colecções? Quais as tutelas que melhor utilizam os seus recursos? São apropriados para este trabalho? Estas foram algumas das questões às quais pretendíamos obter respostas para posterior análise.

Foi preocupação constante, como de resto se percebe nos grupos anteriores, a utilização do maior número de perguntas fechadas neste questionário. Aliás, só desta forma poderíamos tratar os dados de uma forma eficaz e de acordo com o tempo disponível para esta investigação. Assim, uma vez mais temos uma maioria de perguntas fechadas, às quais se junta, quando conveniente para obter uma resposta mais sincera por parte dos inquiridos, uma segunda parte da questão que possibilita respostas não condicionadas. É o caso das questões 4.2 e 4.3 que permitem outra resposta, além dos graus académicos mencionados e das categorias profissionais dos colaboradores externos.

O último grupo de questões relaciona-se com algo que é relativamente recente em Portugal, mas que começa a ser cada vez mais uma realidade quotidiana para grande parte dos inquiridos. A utilização da informação existente nas bases de dados para a comunicação com o exterior e como meio de divulgação do património que o museu salvaguarda. Embora este factor de comunicação esteja contemplado na definição de museu do ICOM, já atrás referida, só muito recentemente é que existiram as condições em termos de tecnologia para colocar esse conhecimento à disposição de uma audiência tão vasta como é a *Internet*. Assim pretendíamos aferir a capacidade de cada instituição e do grupo dos inquiridos, em geral, para disponibilizar e utilizar a informação sobre o património que detêm através da *World Wide Web* e da disponibilização das colecções *online*. As perguntas centram-se na existência de *websites* da instituição, na existência ou não de ferramentas de pesquisas nas bases de dados através dos referidos *websites*, na informação disponível relativamente aos objectos que são disponibilizados para

pesquisa e nos outros meios, além da *WWW*, existentes para disponibilização da colecção e comunicação com os diferentes públicos.

Este é o grupo de questões que mais perguntas abertas tem, mas mesmo assim as questões chave do grupo são fechadas, possibilitando um tratamento de dados mais eficaz e uma análise menos subjectiva.

A construção de todo o inquérito foi morosa e, importa dizer, penosa para nós por sabermos da dificuldade em construir um inquérito que fosse ao mesmo tempo simples de preencher e no qual pudéssemos obter respostas a todas as questões que fizemos a nós próprios na altura da sua construção.

O primeiro inquérito que foi elaborado e discutido em sessão de orientação era manifestamente extenso e complicado, como depois verificamos em dois testes a que o submetemos. Num e outro caso as duas instituições que o testaram apresentaram como principal queixa a extensão do inquérito e a dificuldade que existia em responder a questões que não eram da sua competência exclusiva⁶¹. Assim, decidimos retirar algumas questões que, embora nos pudessem clarificar alguns pontos da análise, não nos trariam uma grande mais valia em termos de informação, uma vez que os museus não teriam dados, por si só, para responder. Alertaram-nos para isso distintos colegas responsáveis por museus de diferentes tutelas, dizendo-nos que era quase impossível calcular as verbas gastas para a realização do trabalho de documentação em museus. Este é, não o podemos deixar de referir, um dos aspectos que importava estudar seriamente para a melhor justificação de um trabalho cujo resultado não é visível a curto prazo nos museus.

Corrigidos alguns dos pontos mencionados atrás, foi necessário submeter o inquérito outra vez a testes. Para tal foram escolhidas outras duas instituições que fazem parte do universo alvo deste estudo, simulando em todos os aspectos o que seria o posterior envio final dos inquéritos. Desta vez o resultado foi mais de acordo com o que nos propúnhamos e, após a correcção de alguns erros e reformulação de algumas das

⁶¹ É sabido que a maior parte dos museus não têm autonomia financeira e dependem de orçamentos do IPM, ou de autarquias, ou ainda de orçamentos de fundações.

perguntas que estavam menos claras, ficamos com o que viria a ser a matriz do inquérito na sua versão final⁶².

Após estes testes discutimos ainda uma outra vez o documento em sessão de orientação e devido à sua extensão e complexidade, risco que assumimos prontamente, foi decidido enviar também um documento⁶³ com o qual pretendíamos clarificar o objectivo de cada pergunta, bem como instruir os inquiridos para o que era pedido. Sabíamos à partida que este documento poderia condicionar a veracidade das respostas e comprometer os dados que seriam submetidos a análise⁶⁴, por isso tentamos clarificar as respostas sem dar qualquer pista sobre a forma como deveriam ser respondidas ou entendidas as questões, conscientes que este facto pode ter alterado o sentido de algumas respostas, pelo que teremos isso em consideração na análise e avaliação dos dados recolhidos.

O inquérito estava pronto a ser enviado para os museus que compõem o universo que pretendíamos analisar. Importa então saber que metodologia foi utilizada e qual o calendário que nos propusemos seguir.

Envio e recepção do inquérito – método e calendário

No dia 17 de Abril de 2006 foi enviado um correio electrónico, no qual seguiu, em forma de anexo, o documento com a versão final do inquérito e o documento de instruções para o seu preenchimento. O texto deste *e-mail* continha uma breve apresentação pessoal, uma apresentação do trabalho que nos propúnhamos realizar e os seus objectivos, assim como os contactos que poderiam ser utilizados para qualquer assunto relativo a este trabalho. Era pedida nesse documento a resposta às questões colocadas e a sua posterior devolução, independentemente do meio pelo qual o pretendiam fazer, para um endereço de correio electrónico disponibilizado ou para uma morada incluída no texto do documento.

Naquela altura não nos pareceu importante determinar uma data final para a devolução dos inquéritos, dado que não tínhamos ainda a percepção do tempo que poderia demorar

⁶² Cf. Anexo 5.

⁶³ Cf. Anexo 6.

⁶⁴ A este facto se refere William Foddy quando cita as principais causas de insucesso na recolha de informação através de questionários apontadas por Belson num estudo de 1986 (FODDY, 2000: 2).

a responder ao inquérito, ou mesmo a obter a autorização das tutelas para a sua resposta⁶⁵.

Os primeiros sinais foram muito encorajadores no que concerne à recepção das respostas no mais curto espaço de tempo. Dois dias depois de termos enviado esta primeira solicitação já tínhamos uma resposta e nos dias seguintes iam chegando, por correio electrónico, algumas respostas de distintos museus. No entanto, após este início prometedora o envio das respostas começou a decair e tivemos a necessidade de enviar um segundo *e-mail* solicitando a prontidão da resposta. O envio desta segunda comunicação foi feito a 3 de Julho de 2006 e optámos também por ainda não incluir aqui uma data final da recepção dos inquéritos preenchidos. Contudo, e após termos verificado um período de menor afluência de respostas, decidimos fazer uma série de contactos informais com os museus que ainda não tinham respondido ao inquérito de forma a sensibilizar os seus responsáveis para a importância da resposta com vista à conclusão proveitosa do presente trabalho.

Houve nesta altura um acréscimo de respostas, mas ainda assim foi necessário fazer uma terceira comunicação solicitando, uma vez mais, uma resposta tão breve quanto possível, a qual seguiu, pelo meio utilizado nas duas anteriores comunicações, a 24 de Outubro do ano passado. Nesta última solicitação estipulámos a data de 15 de Novembro como data final para a recepção das respostas, dado que não era possível adiar mais o tratamento estatístico dos dados recolhidos. Mesmo assim ainda recebemos dois inquéritos poucos dias após o estipulado como data final para a sua recepção.

Importa também referir que as ferramentas tecnológicas à nossa disposição são extremamente úteis num processo em que a comunicação é feita totalmente através da *Internet*. Todas as comunicações enviadas para os inquiridos seguiam sempre com a sinalização dos relatórios de entrega e de leitura que nos permitiram saber quais os inquéritos que eram entregues e quais os que, por algum motivo, não tinham chegado ao

⁶⁵ Neste ponto em particular devemos retratar-nos por não termos feito este pedido directamente aos organismos estatais de tutela de alguns museus. Deveríamos tê-lo feito no caso dos museus tutelados pelo IPM e pelos governos regionais, dado que nestes casos existe uma entidade que teria que autorizar a resposta a um questionário que poderia ter dados sensíveis. No entanto, esses pedidos foram feitos posteriormente e não queremos deixar passar a oportunidade de agradecer a estas três instituições (Instituto Português de Museus e Governos Regionais da Madeira e dos Açores representados nos respectivos organismos que tutelam a Cultura.) a amabilidade e prontidão da resposta à nossa solicitação. No caso dos museus tutelados por autarquias, universidades e privados a questão não foi colocada por nenhum dos inquiridos, à excepção da Câmara Municipal de Lisboa que nos solicitou um pedido formal da parte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto onde iremos apresentar o presente trabalho, o qual foi enviado prontamente.

seu destinatário. Esta ferramenta ajudou-nos nos casos em que as caixas de correio electrónico dos inquiridos estavam sem espaço para recepção de mais mensagens, ou em que os anexos superassem o espaço disponibilizado para recepção de mensagens nos destinatários e ainda quaisquer outras falhas que pudessem ocorrer na sua recepção. Alguns destes problemas foram detectados e oportunamente solucionados.

Tratamento estatístico dos dados recolhidos

A escolha desta metodologia, a recolha de informação por questionário para a realização um trabalho de investigação é algo que tem que ser cuidadosamente pensado na planificação e calendarização das tarefas a realizar. É uma forma de trabalho que deixa o investigador na mão de terceiros, se nos é permitido o uso desta expressão. Já atrás mencionamos William Foddy quando este investigador nos alertava para os perigos da investigação por questionário. Este investigador aponta, remetendo para Belson, como um dos principais perigos do inquérito, a falta de esforço, interesse ou motivação da parte dos inquiridos (FODDY, 2002: 2) em relação às questões que lhes são colocadas. No desenvolvimento do nosso trabalho sentimos bem presente este perigo.

Sentimos no decorrer deste trabalho, através dos contactos que fomos mantendo com algumas das instituições que faziam parte do universo inquirido, uma grande resistência e uma falta de motivação para a resposta ao inquérito. Várias causas foram sendo apontadas, tal como a dimensão do inquérito, a falta de pessoal nos museus para tratar deste tipo de assuntos, o descrédito neste tipo de investigação ou nos resultados que ela produz ou, ainda, a inexistência de informação no museu que possibilitasse a resposta às questões colocadas. Não seria preciso dizer que todos estes motivos nos preocupam. Tivemos essa preocupação na construção do inquérito, o qual tentamos minimizar em extensão, mas tendo sempre presente a necessidade de obter os dados imprescindíveis para a análise que pretendemos realizar. Contudo a nossa maior preocupação recaiu no descrédito que notámos existir sobre estes trabalhos de investigação em Museologia e, principalmente, na inexistência de informação nos museus sobre os temas presentes no nosso inquérito.

Esta preocupação prende-se com uma crítica mais alargada à atenção que é dada à investigação em Museologia no país. São vários os casos de trabalhos de investigação no âmbito de pós-graduações e mestrados com bastante relevância científica que não são conhecidos, nem sequer utilizados como contribuição para o trabalho dos museus. Não teria cabimento discutir este assunto neste trabalho, mas importa ressaltar esta questão para uma discussão futura, de forma a que este e outros trabalhos não se esqueçam nas bibliotecas universitárias. Por outro lado, a inexistência de informação sobre o acervo do museu tem uma relação directa com este trabalho. Não foram poucos os casos nos quais soubemos, através de contacto telefónico, que os museus não

detinham informação para responder, por exemplo, à estimativa de objectos que têm sob a sua responsabilidade. Este facto é, embora não sendo sustentado cientificamente, revelador da situação grave em que se encontra a documentação nos museus portugueses.

Vamos entretanto à análise dos dados recolhidos para conhecer realmente quais os dados em que nos podemos basear para a discussão do tema proposto.

Análise da amostra

O universo que inquirimos contava com um total de 143 casos/instituições⁶⁶. A todas elas foi enviado o inquérito no mesmo formato e pelo mesmo meio, tendo sido feitos posteriores contactos para a obtenção da resposta ao mesmo. Para este universo conseguimos obter, até dia 15 de Novembro de 2006, um total de 76 respostas que foram consideradas válidas⁶⁷ e um total de 62 casos sem resposta, ou nos quais a resposta foi considerada inválida⁶⁸. Tal facto dá uma percentagem de 55% de respostas válidas contra um percentual de 45% de não-respostas ou respostas inválidas, como se pode verificar no gráfico 1, no qual o **Sim** representa o primeiro caso e o **Não** o segundo.

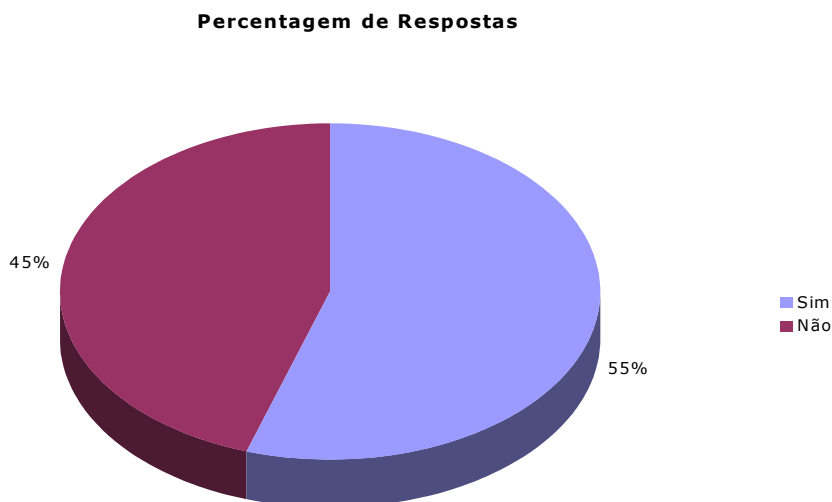


Gráfico 1

⁶⁶ É importante salientar que contamos aqui apenas os museus dos quais tínhamos contacto através de endereço electrónico.

⁶⁷ Cf. Anexo 4.

⁶⁸ Podiam ser vários os motivos para considerar a resposta como inválida, mas nos casos com que nos deparamos foram-no por ausência total de respostas a todas as perguntas.

Podemos ainda comparar este gráfico com um outro (Gráfico 2) que nos mostra a totalidade dos casos com que nos deparamos na análise do universo principal⁶⁹.

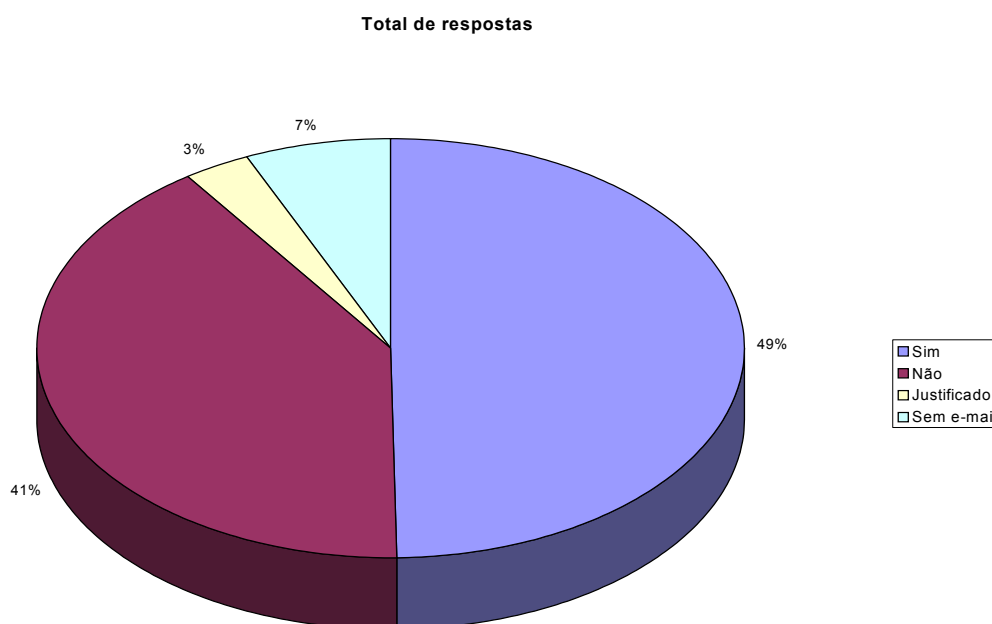


Gráfico 2

Neste segundo gráfico podemos verificar a maior percentagem das respostas positivas, ainda que a percentagem de não-respostas ou de respostas inválidas seja bastante considerável. A questão da quantidade das respostas recolhidas era, como referimos, de extrema importância para este trabalho, mas mesmo tendo um universo não muito grande a dificuldade de obtenção de respostas é enorme. Por diversas vezes deparamo-nos com situações de recusa à resposta, sem que nos tenha sido dada qualquer hipótese de contestação com a apresentação dos nossos objectivos. Temos a consciência plena de que a adesão à resposta teria sido bastante maior se o inquérito tivesse sido feito por uma instituição tutelar, por exemplo. Apesar de tudo consideramos que temos uma base bem sólida de trabalho com as respostas que obtivemos dos museus que colaboraram connosco.

O universo escolhido para este trabalho teve em consideração um outro factor: as tutelas dos museus. É imperioso num trabalho deste género contar com uma variedade de tutelas que nos permitam ter uma imagem semelhante à que encontramos na realidade. O quadro seguinte mostra a percentagem por tutela de museus inquiridos onde, como

⁶⁹ Como universo principal entenda-se a totalidade dos museus que pretendíamos inquirir, incluindo os 10 museus para os quais não foi possível encontrar contacto através de correio electrónico válido.

acontece na realidade, a preponderância de museus que são tutelados pelas autarquias é relevante, sendo seguida a alguma distância percentual pelos museus tutelados pelo IPM.

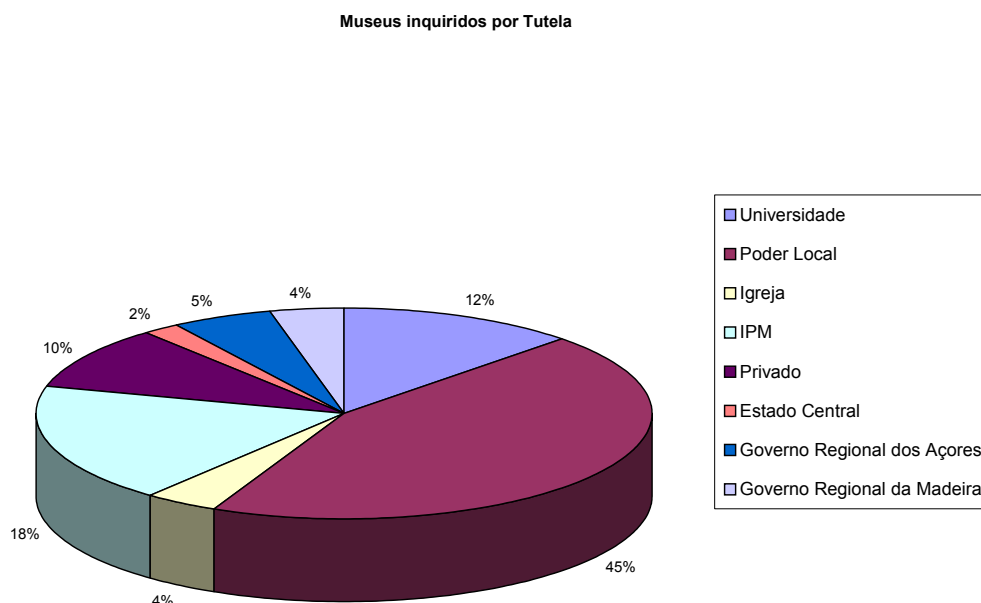


Gráfico 3

Para facilitar a compreensão de alguns dos dados decidimos manter as tutelas estruturadas nas categorias apresentadas, mas não podemos deixar de referir que, apesar do IPM ser um organismo da estrutura central do estado, tal como acontece com as universidades que dependem da tutela do Ministério do Ensino Superior, não considerámos os museus dependentes daquele instituto ou de universidades, como fazendo parte da categoria Estado Central, onde incluímos alguns museus como por exemplo, o Museu Geológico⁷⁰. Na categoria Igreja foram também incluídos museus que pertencem a instituições como as Misericórdias, mas não contámos nesta categoria com um número de casos relevante, se tivermos em conta a proporção das entidades que têm sob a sua alçada o património em Portugal. Se assim fosse a Igreja teria certamente uma maior relevância em termos percentuais neste estudo.

Importa também verificar se existe uma significativa alteração entre as percentagens de tutelas na totalidade dos inquiridos, em relação à dos museus que responderam ao inquérito. Para tal atentemos no seguinte gráfico.

⁷⁰ Tutelado pelo Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI, IP.)

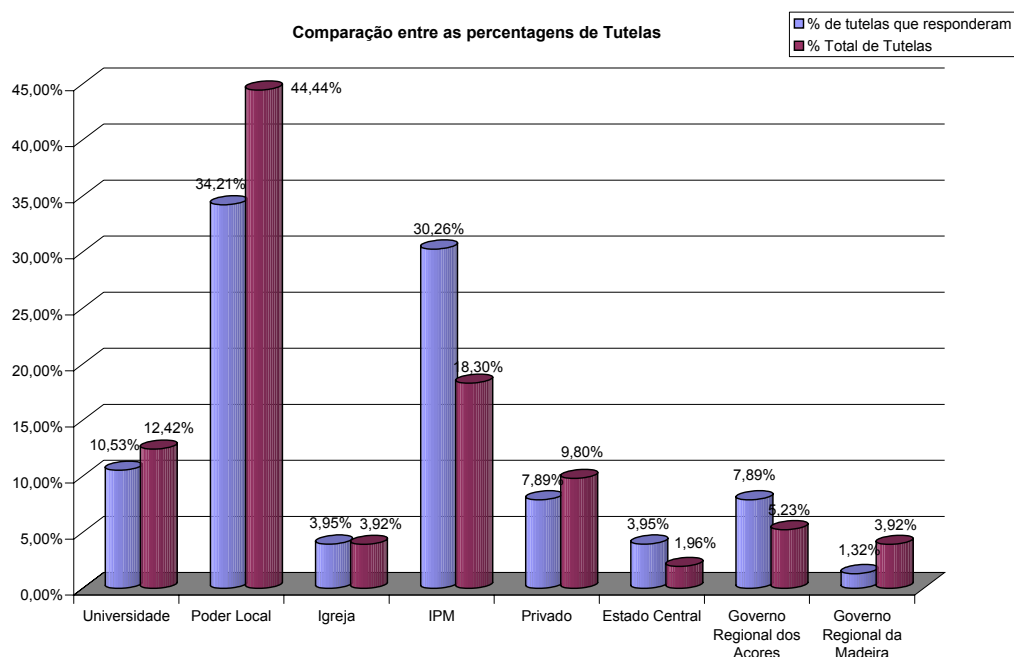


Gráfico 4

Neste quadro verificamos que a proporcionalidade se mantém entre o total de inquiridos e as respostas recebidas, exceptuando o caso dos museus tutelados pelo IPM que foram os que tiveram um índice superior nas respostas recebidas entre todas as tutelas e o dos museus tutelados por autarquias que responderam em menor percentagem face ao número total de respostas.

A par com o IPM, apenas os museus tutelados pelo Estado Central, pelo Governo Regional dos Açores e pela Igreja⁷¹ aumentaram a sua percentagem de relevância na amostra, contribuindo o primeiro com um total de 3,95% das respostas obtidas e o segundo com um total de 7,89%. Assim, constatamos que a amostra é um tanto diferente do que o universo, relativamente às tutelas, mas os principais dados mantêm-se, ou seja, o Poder local e o IPM são os responsáveis pelo maior número de casos e existem na amostra final exemplos de todas as tutelas inquiridas.

Importa também perceber se a amostra utilizada, tem correspondência, ou equiparação, em relação ao universo de museus inquiridos no que concerne à região do país de cada museu. Consideramos as regiões que são apresentadas na publicação **O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)** (SANTOS, 2005: 40) e podemos considerar que apenas na região de Lisboa e Vale do Tejo, dada a escassez de respostas, é que não existe uma relação proporcional entre o total de inquiridos e as respostas recebidas.

⁷¹ No caso da Igreja a diferença não é significativa para esta análise.

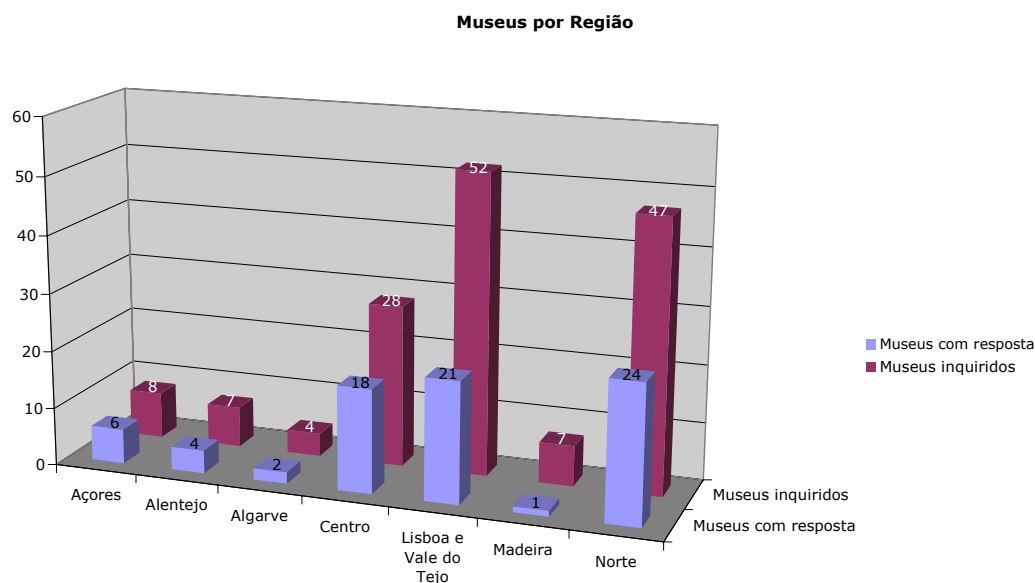


Gráfico 5

Neste gráfico podemos também verificar o total de respostas em cada região e perceber que os Açores, que conta com um projecto de inventário e gestão das colecções dos museus tutelados pelo Governo Regional, foram a região com melhor índice de resposta em relação ao universo inquirido.

Análise dos dados

Analizados que estão os dados relativos ao universo e sua relação com a amostra que será objecto de estudo, passamos a tratar cada um dos grupos de questões colocadas no inquérito e que foram já descritas atrás. Será importante lembrar que o total de casos que compõe a amostra é de 76 museus.

O primeiro grupo de questões pretendia caracterizar as colecções existentes nos museus e quantificar alguns dados que poderiam ser úteis para perceber o ponto de situação em que se encontra o trabalho de gestão de colecções nos museus portugueses.

Desde logo importa referir que há uma grande disparidade de tipos ou categorias de colecções dentro dos museus que compõem a amostra. Não estávamos à espera de outro tipo de dados sobre as categorias das colecções. É sabido que os museus municipais, por norma, têm reunido no seu acervo objectos que caracterizam a vivência de uma região e, por este motivo, os museus tutelados pelo poder local têm sempre uma grande variedade de colecções. Da mesma forma, alguns museus tutelados pelo IPM assumem-se como

museus de região (Museu de Aveiro, Museu da Guarda, etc.) e pela sua história são também repositório de colecções bastante diversas. É interessante notar que apenas 11 museus dos 76 inquiridos apenas escolheu uma única categoria⁷². Este facto é revelador das circunstâncias em que os museus são normalmente criados em Portugal e revela pouca especialização nesta ou naquela área científica. O seguinte quadro revela a quantidade de museus que seleccionou cada uma das categorias propostas no inquérito.

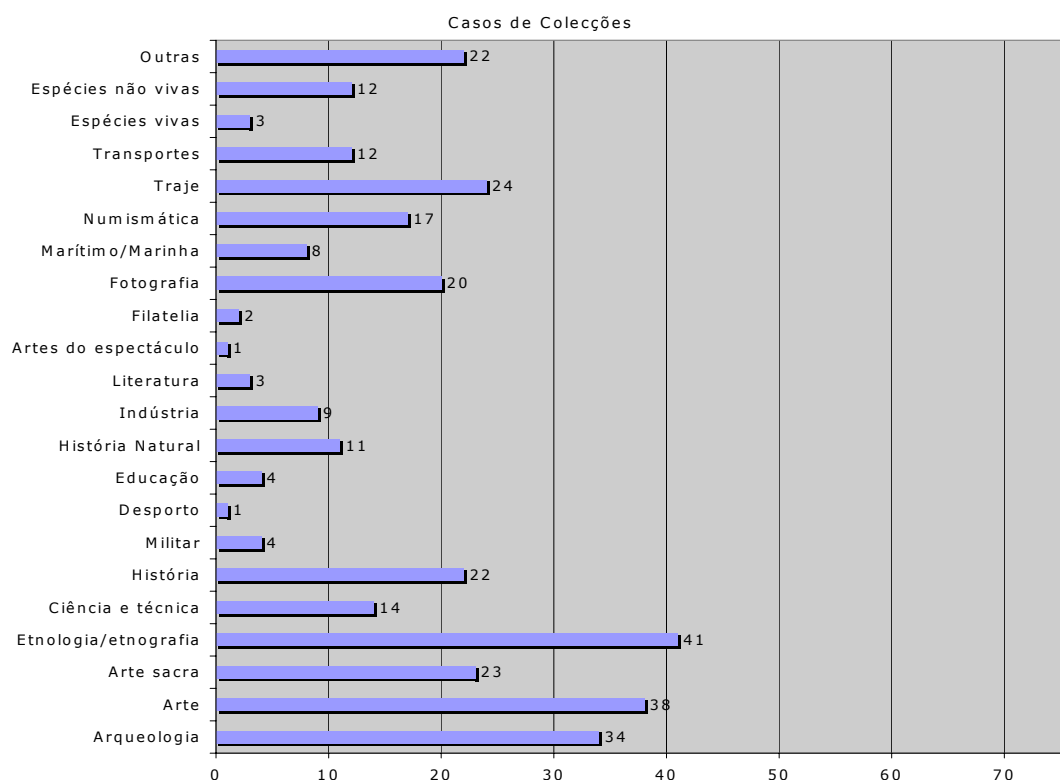


Gráfico 6

Estes dados serão melhor compreendidos se nos detivermos a analisar o gráfico seguinte onde podemos verificar as percentagens de cada tipo ou categoria de colecção em relação à amostra.

⁷² Estes casos ocorrem em situações em que o museu é especializado em determinado tipo de colecções, como acontece com o Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, ou com o Museu Nacional de Etnologia.

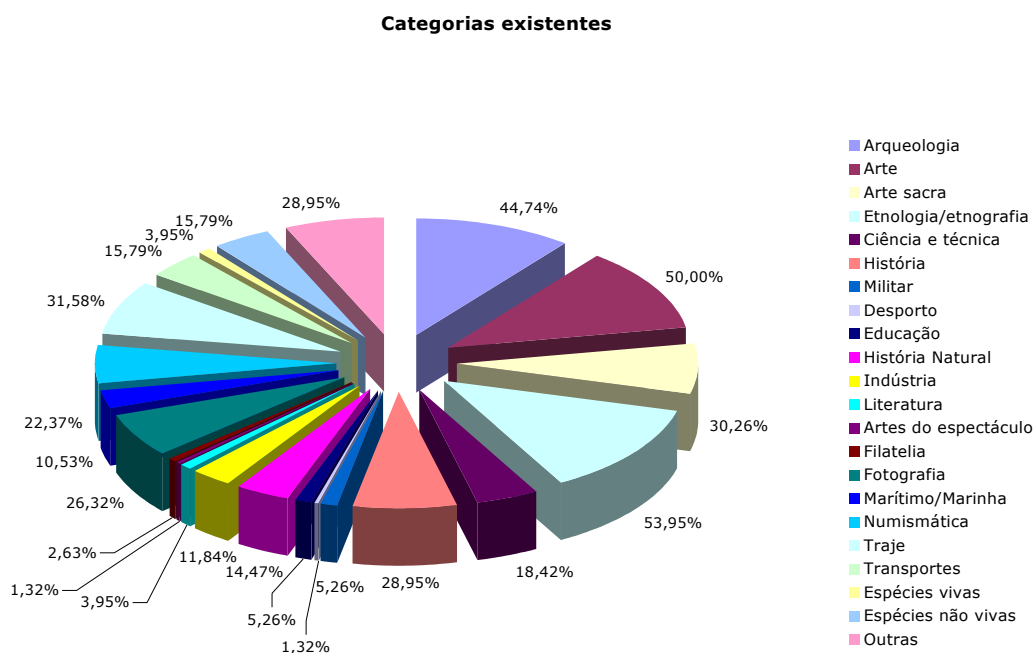


Gráfico 7

Etnologia ou Etnografia, Arte e Arqueologia, por esta ordem, são as categorias que mais se destacam nos museus inquiridos e encontramos aqui semelhança com os dados publicados pelo IPM no último estudo estatístico sobre os museus portugueses (SANTOS, 2005: 53), onde estas três categorias ocupam os lugares cimeiros, sendo que a Arqueologia é na mesma publicação apenas a quarta categoria dominante, sendo o terceiro posto ocupado pela categoria História. Na nossa análise essa categoria está referenciada como a sexta categoria dominante, a par de Outro tipo de categorias não referenciadas. Pensamos que este facto se deve à diferenciação das amostras deste e do trabalho referido que têm, como é óbvio, contextos e objectivos bastante distintos. A par da categoria História, a Arte Sacra e Traje são também bastante referenciadas pelos museus inquiridos, no entanto, é importante mencionar que todas as categorias são referenciadas como existindo em pelo menos um museu, facto que antecipa alguns problemas na definição de normas que incluam todas as especificidades de cada tipo de colecção.

Outro dado relevante para este estudo é a quantificação das colecções dos museus inquiridos. No total dos 76 casos temos um valor aproximado de 3320649 objectos⁷³. Podendo parecer um número exagerado, gostaríamos de referir que os principais museus

⁷³ Valor obtido através da soma dos dados obtidos na pergunta 1.2 quando se perguntava o total de objectos no acervo da instituição.

que contribuem para este valor são o Museu Académico de Coimbra e o Museu Geológico que indicam um valor aproximado de 1 milhão de objectos, seguidos do Museu Municipal de Coruche, Museu Nacional de Arqueologia, do Museu de História Natural da Universidade do Porto e do Museu Monográfico de Conímbriga, todos com valores superiores à centena de milhar de objectos e inferior a duas centenas e meia de milhar. É importante referir que destes objectos cerca de 0,16%⁷⁴ encontram-se depositados noutras instituições. Se nos debruçarmos na análise do quadro publicado pelo IPM (SANTOS, 2005: 53) sobre a totalidade de objectos no acervo dos museus verificamos que para um total de 532 respostas é estabelecido um número muito próximo dos 25 milhões de objectos. Ora este facto pode também auxiliar na verificação da veracidade dos dados recolhidos, uma vez que as 76 respostas obtidas no nosso inquérito representam 14,29% das respostas obtidas em 2002 e o valor total dos objectos existentes no acervo dos museus inquiridos representa 13,31% do total de objectos existentes nos 532 museus referidos (dados para 2002)⁷⁵.

É de salientar também que para além do número total de objectos no acervo, portanto propriedade do museu, ainda temos um total de 34979⁷⁶ objectos que se encontram em depósito nos museus inquiridos.

Mais preocupantes são os dados que obtivemos em relação à situação em que se encontra o inventário dos acervos. Quando inquiridos sobre o número de objectos inventariados, estudados e o número de objectos que tinham já registo em formato digital, isto é, em base de dados, os museus revelaram dados que são no mínimo preocupantes, mesmo tendo em conta que alguns dos museus inquiridos nos tenham revelado que tinham quase toda a colecção inventariada. Atentemos nos resultados destas três questões apresentados no seguinte gráfico.

⁷⁴ Cerca de 5422 objectos.

⁷⁵ Esta relação não varia em mais do que dois pontos percentuais nos anos de 2000, 2001 e 2002 segundo os dados apresentados na referida publicação do IPM (SANTOS, 2005).

⁷⁶ O que representa 1,05% do número total de objectos sob a responsabilidade dos museus que compõem a amostra.

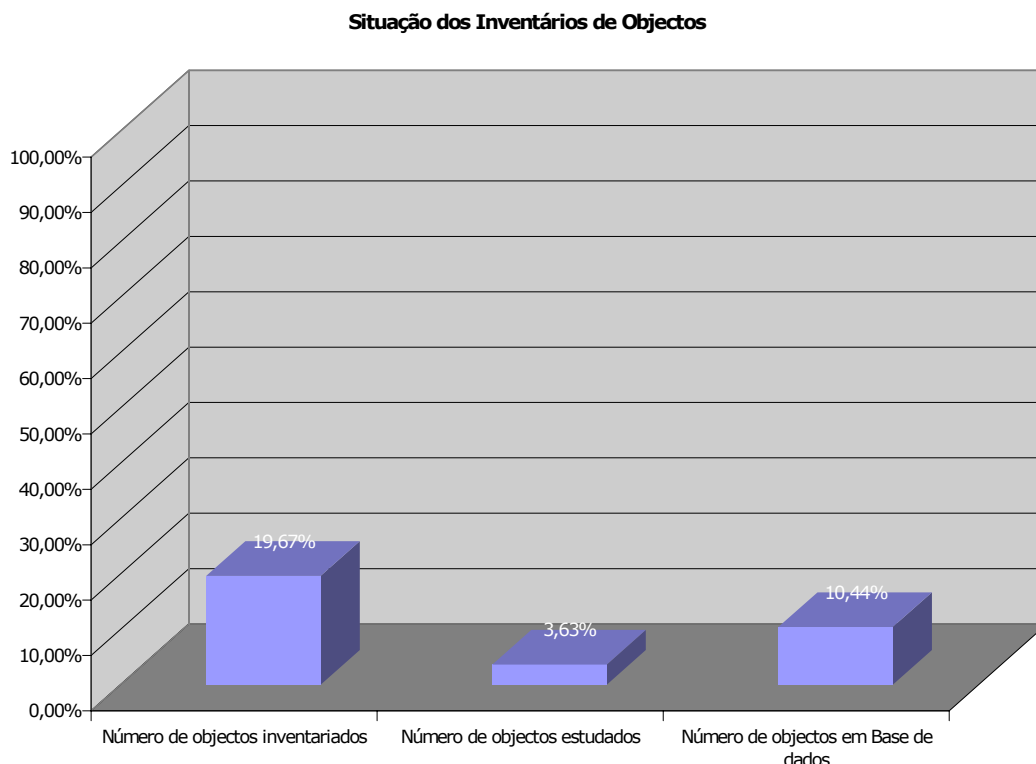


Gráfico 8

Através deste gráfico conseguimos perceber que a situação no que respeita a estes três indicadores é muito grave. Mesmo sem falar em registos informáticos, apenas 19,67% dos objectos contam com inventário feito. É importante salientar que sabemos que em alguns museus inquiridos todo o inventário está concluído, em alguns casos até o processo de informatização das colecções está quase completo, o que denota a gravidade em relação a alguns dos museus em estudo. No caso dos objectos estudados a situação é ainda pior. Apenas 3,63% do total dos acervos foi alvo de um estudo mais aprofundado⁷⁷ do que o necessário para o simples inventário ou inserção na base de dados. No entanto verifiquemos de que forma são tratados os objectos em base de dados para obtermos uma noção mais correcta desta situação.

Em relação ao total de objectos que se encontram em base de dados (346518 objectos obtidos pela resposta à pergunta 1.2) encontramos algumas questões incoerentes na resposta à pergunta 1.3, onde se pretendia saber que tipo de informação era carregada na base de dados para cada objecto. Nesta pergunta decidimos utilizar os 3 níveis de inventário anteriormente definidos no inquérito aos museus em Portugal, realizado entre

⁷⁷ Por objecto estudado entendemos os objectos que foram alvo de um estudo mais pormenorizado no qual são envolvidos especialistas, análises e exames de distintas naturezas em que toda a informação possível de obter sobre o objecto consegue ser reunida e é do conhecimento do museu.

1999 e 2000, que são **Registo/Cadastro**, **Inventário sumário** e **Inventário desenvolvido**. A estes três juntamos um quarto nível, o qual designamos por **Inventário com informação adicional de gestão** que deveria ser considerado no caso dos objectos aos quais é acrescentada informação de gestão (pedidos de empréstimos, relatórios de acompanhamento de obras, etc.). A utilização desta terminologia foi determinada por ser já do conhecimento dos museus inquiridos, uma vez que já tinha sido a utilizada nos inquéritos levados a cabo pelo protocolo entre IPM, OAC e INE (SILVA, 2000).

No primeiro nível de inventário, diz-nos a coerência, que deveríamos ter exactamente o mesmo número de objectos do encontrado na resposta anterior sobre o total de objectos em base de dados. Não é possível ter um objecto em base de dados sem que este tenha o nível mínimo de informação, ou seja, sem ter pelo menos o Registo/Cadastro. A esta questão o resultado obtido perfaz 87,12% do total dos objectos em bases de dados. Mas o ponto mais estranho nas respostas obtidas neste quadro, onde se pedia dados apenas sobre os objectos que estavam já inseridos numa base de dados, foi o relativo ao segundo nível, o Inventário sumário. A acreditar nos dados obtidos existem mais objectos com inventário sumário, no valor de 365896, do que aqueles que existem realmente na base de dados (346518). Pensamos, no entanto, que apenas se trata de algum erro da parte de um dos inquiridos na resposta a esta questão, sendo que a simples análise de dados não nos permite chegar a uma conclusão satisfatória para este “erro”.

Por outro lado, os dados obtidos nesta questão permitem-nos, através da comparação de um gráfico semelhante publicado pelo IPM (SANTOS, 2005: 55), separar estes museus, que na maioria fazem parte da Rede Portuguesa de Museus, do total de museus inquiridos sobre este assunto. Nos dados por nós obtidos existe uma clara diferença em relação às percentagens de objectos tratados segundo cada um dos níveis daquele estudo que conta com respostas de diversos museus extra RPM.

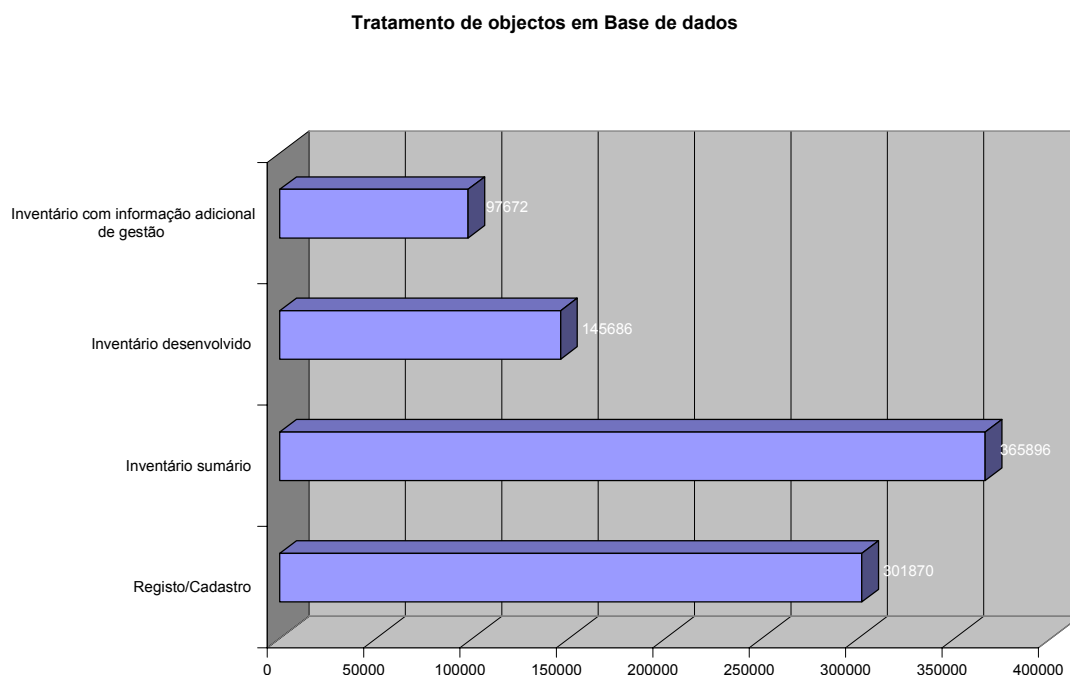


Gráfico 9

Aproveitamos ainda esta questão para saber qual a percentagem de objectos em depósito que é inserida na base de dados e os resultados, embora não existindo forma de comparação com outros estudos, são bastante satisfatórios. Num total de 34979 objectos em depósito nos diversos museus, 21459 objectos estão inseridos no sistema de gestão informático do museu, o que corresponde a uma percentagem de 61,35%.

Um outro aspecto relevante no inventário de colecções são os registos fotográficos. No inquérito quisemos saber qual o tipo de suporte utilizado maioritariamente nos arquivos fotográficos dos museus e, apesar da ausência da resposta em dois casos, estes dividem-se como se pode verificar no seguinte gráfico.

Tipos de arquivo fotográfico

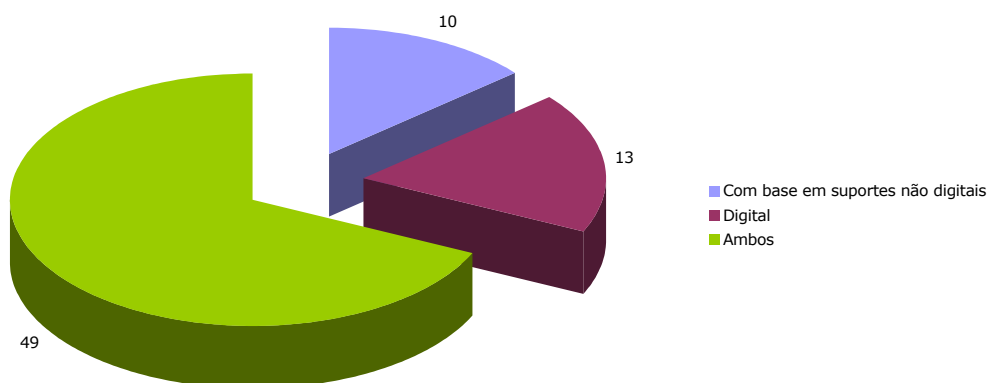


Gráfico 10

Como é fácil notar a maior parte dos museus inquiridos utiliza um sistema misto no arquivo fotográfico (num total de 49 casos) e ainda encontramos 10 casos que apenas utilizam suportes não digitais. No entanto, pensamos que cada vez mais será utilizado o sistema digital no que diz respeito às fotografias para inventário e gestão pela poupança e facilidade de trabalho que esta solução acarreta.

Refira-se que os museus inquiridos contam com um total de 239767 imagens relativas ao acervo⁷⁸ e um total de 111781 de imagens relacionadas com outras actividades do museu. Estes números são, em diversos casos, referenciados como aproximados.

Por fim, neste primeiro grupo de questões, foi colocada uma questão sobre a prioridade do inventário para o museu. O seguinte gráfico elucida-nos sobre as respostas dadas.

⁷⁸ Não temos dados para diferenciar entre as que são digitais e as que estão em suporte não digital.

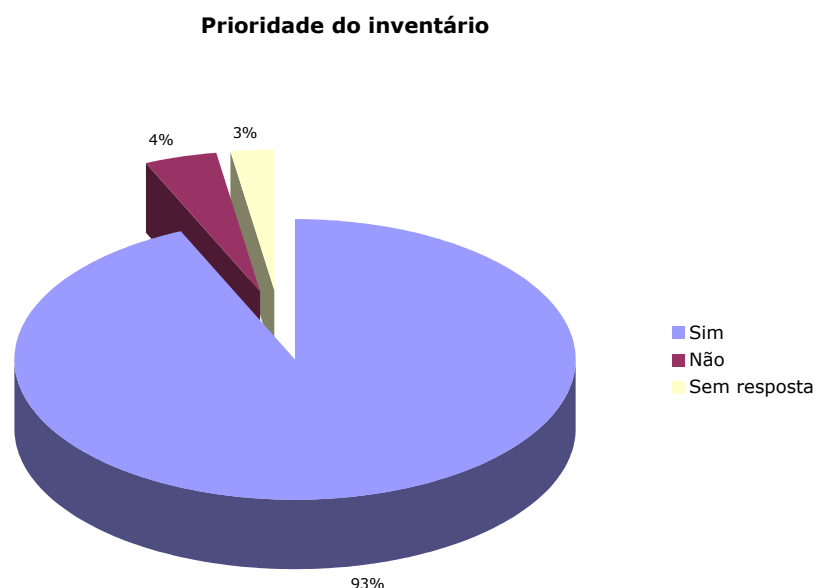


Gráfico 11

Um total de 71 dos 76 museus que compõem a amostra responde que considera o inventário prioritário para o museu. Os motivos apresentados para o considerarem desta forma são manifestados na questão aberta, na qual questionávamos o porquê dessa prioridade.

De forma quase unânime todos os museus apontaram como razão fundamental para atribuir uma prioridade a esta tarefa a mais valia que a informatização representa na gestão da colecção e no melhor acesso ao conhecimento que assim se obtém. O cruzamento de informação, a relação de registos de objectos entre si e com outros dados relacionados com os objectos e sua história, bem como a melhor resposta aos públicos do museu permitida por um sistema informatizado, são outros motivos que os museus utilizam para a justificação da necessidade imperativa da informatização das colecções. Muito embora a nomeiem como prioridade, alguns dos museus inquiridos sustentaram com a falta de recursos humanos e financeiros o incumprimento deste trabalho⁷⁹.

Um dos museus inquiridos⁸⁰ encontra-se no que consideramos uma situação privilegiada em relação ao restante panorama nacional. Para este museu o inventário não é uma prioridade dado que é um processo concluído. Apenas estão, segundo

⁷⁹ Voltaremos a este ponto quando analisarmos os recursos utilizados nos museus para o inventário.

⁸⁰ O Museu da Guarda, tutelado pelo Instituto Português de Museus.

resposta a esta questão, a 1,79% da conclusão da informatização das colecções. Situação que sendo rara, não queríamos deixar de mencionar.

Temos então a informatização como prioridade para possibilitar melhor gestão das colecções, melhor gestão da informação destas e como meio para possibilitar a sua divulgação. Não foi referido por nenhum museu as vantagens em termos de recursos humanos e tempo gastos nestas tarefas como benefício da informatização⁸¹, mas penso que a médio-longo prazo este será um dos factores de maior relevo nesta situação.

Após esta análise dos dados que caracterizam as colecções existentes na amostra recolhida abordaremos em seguida os dados relacionados com os sistemas de gestão de colecções utilizados pelos museus e as características da sua utilização, correspondendo ao segundo grupo de questões do inquérito.

Importa observar no gráfico que abaixo se apresenta, que uma grande maioria dos museus inquiridos contam com sistemas de gestão informáticos e, dentro destes há uma grande percentagem que utilizam sistemas desenvolvidos por alguma empresa.

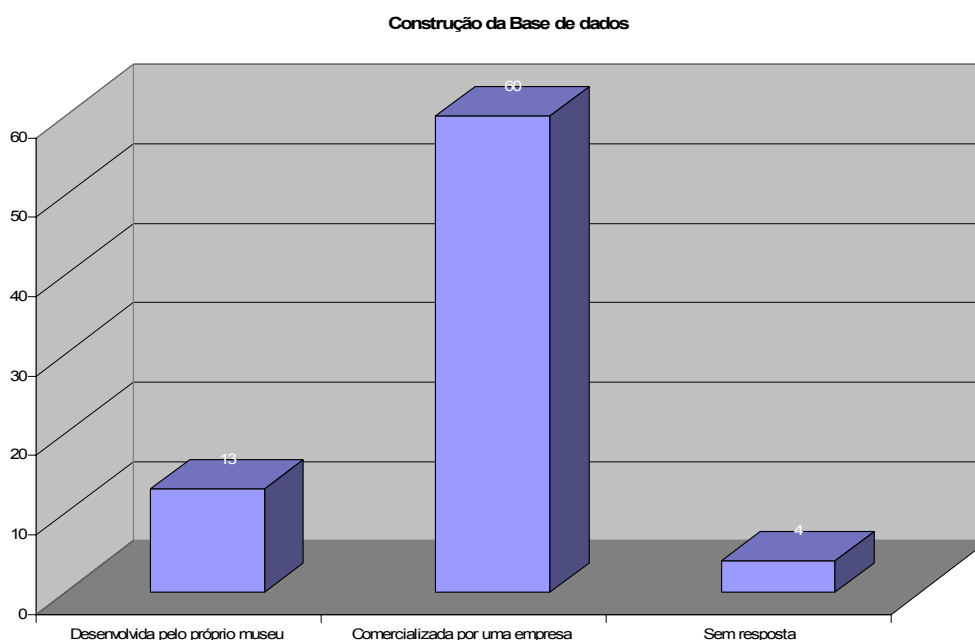


Gráfico 12

⁸¹ A utilização das tecnologias acarreta normalmente um melhor aproveitamento dos recursos humanos e do tempo utilizado nas suas tarefas quotidianas.

No total de 76 respostas ao inquérito, encontramos 72 museus⁸² que baseiam este trabalho em sistemas informáticos. É claramente uma opção que tem vindo a ser seguida por todos os museus, principalmente e por razões de ordem legal⁸³, pelos museus que compõem a Rede Portuguesa de Museus. A evolução nesta última década tem sido enorme como facilmente se compreenderá na leitura da tese de mestrado, apresentada em 1996, por Pedro Teotónio Pereira à Universidade Nova (PEREIRA, 1996) onde podemos encontrar quatro estudos de casos de museus⁸⁴ que desenvolveram as suas próprias bases de dados. Na altura ainda não existia qualquer solução no mercado e os museus referidos na tese de Pedro Teotónio Pereira desenvolveram as suas próprias bases de dados. Ao que nos é dado a saber, apenas a base de dados desenvolvida pelo IPM (Matriz) conseguiu vingar e ainda se encontra em utilização por diversos museus. Todos os outros três casos⁸⁵ utilizam, hoje em dia, sistemas comercializados por uma empresa.

Em termos tecnológicos teremos que dividir os museus que optam por construir a base de dados que irão utilizar e os que optam por adquirir sistemas construídos e desenvolvidos por empresas. No primeiro caso, onde temos um universo de 13 museus, as bases de dados são desenvolvidas, maioritariamente, em plataformas de utilização pessoal como o Microsoft Access ou o FileMaker mas também encontramos referenciadas soluções tecnológicas como o Clipper, o Microsoft Excel e o Microsoft Word⁸⁶ e resta ainda um caso que desenvolve uma “base de dados relacional com uma aplicação em linguagem php com uma arquitectura multi-tier”, segundo resposta obtida no respectivo inquérito. Na outra opção, ou seja, a por compra de um sistema

⁸² Embora o total das respostas “Desenvolvida pelo próprio Museu” e “Comercializada por uma empresa” seja 73, há um ligeiro desvio neste número, porque um dos museus tinha à data do inquérito uma base de dados desenvolvida por si e ainda em uso, mas já adquiriu um sistema de gestão de colecções comercializado por uma empresa.

⁸³ A informatização do inventário e da gestão das colecções é uma das condições para que um museu possa pertencer à rede e, a breve prazo, para a certificação que se encontra em curso. Cf. Lei Quadro dos Museus Portugueses - Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto e Despacho Normativo n.º 3/2006 de 25 de Janeiro de 2006.

⁸⁴ Um dos estudos de caso refere-se ao IPM e ao desenvolvimento inicial do programa Matriz que já abordamos em capítulo relativo à normalização em Portugal.

⁸⁵ Museu da Cidade de Lisboa, Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, sendo que o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa usa também a base de dados Matriz.

⁸⁶ Importa referir que o Microsoft Word nunca pode ser considerado uma base de dados. É uma aplicação que apenas serve como repositório de informação por se tratar de um processador de texto. O Microsoft Excel sendo uma folha de cálculo já permite algum tratamento de dados, mas igualmente nunca deverá ser considerado uma base de dados.

comercializado por uma empresa, a maior parte dos casos corresponde a aplicações que utilizam como motor de dados o Microsoft SQL Server⁸⁷.

É importante mencionar neste ponto que as bases de dados construídas pelos museus tiveram os contributos de técnicos de informática e museologia, bem como, técnicos com formação em áreas tão distintas como a Biologia Marinha, Arqueologia, Geologia, Arquivística, Aviação e História que, de certa forma, representam os saberes específicos das instituições que criaram as suas próprias bases de dados.

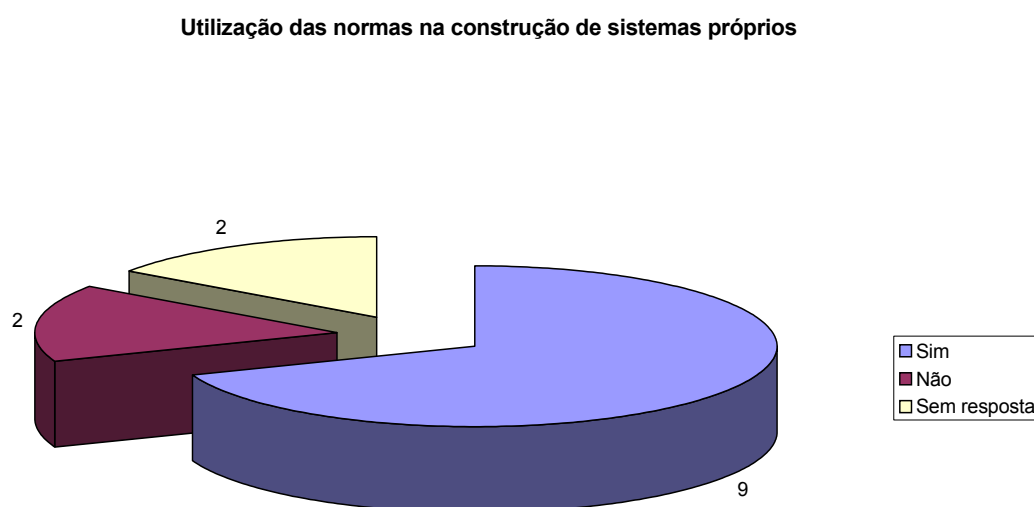


Gráfico 13

Uma questão colocava-se neste ponto. Será que os museus tinham considerado as normas nacionais e internacionais sobre documentação do património móvel nas bases de dados criadas? A questão foi colocada e dos 13 museus que construíram as próprias bases de dados obtivemos os resultados que acima se apresentam em gráfico.

Nove dos 13 museus que compõem o grupo dos que construiu a própria base de dados tiveram em conta as referidas normas na determinação da estrutura de dados que pretendiam utilizar para registar a informação das colecções e apenas 2 museus não utilizaram as referidas normas. Este é um factor relevante e um indicador da maior

⁸⁷ Para mais informações sobre esta ferramenta consultar: <http://www.microsoft.com/sql/default.mspix> (consultado em 03-02-2007).

preocupação, potenciada pelo conhecimento das vantagens de normalizar, em seguir regras já estabelecidas e que facilitam este tipo de trabalho aos museus.

O caso dos museus que optaram por comprar um sistema desenvolvido e comercializado por uma empresa permite-nos obter, no entanto, um maior número de informações para adicionar às que recolhemos através de outros meios sobre os sistemas utilizados.

O quadro seguinte mostra, em termos percentuais, quais as empresas que têm maior número de museus como clientes.

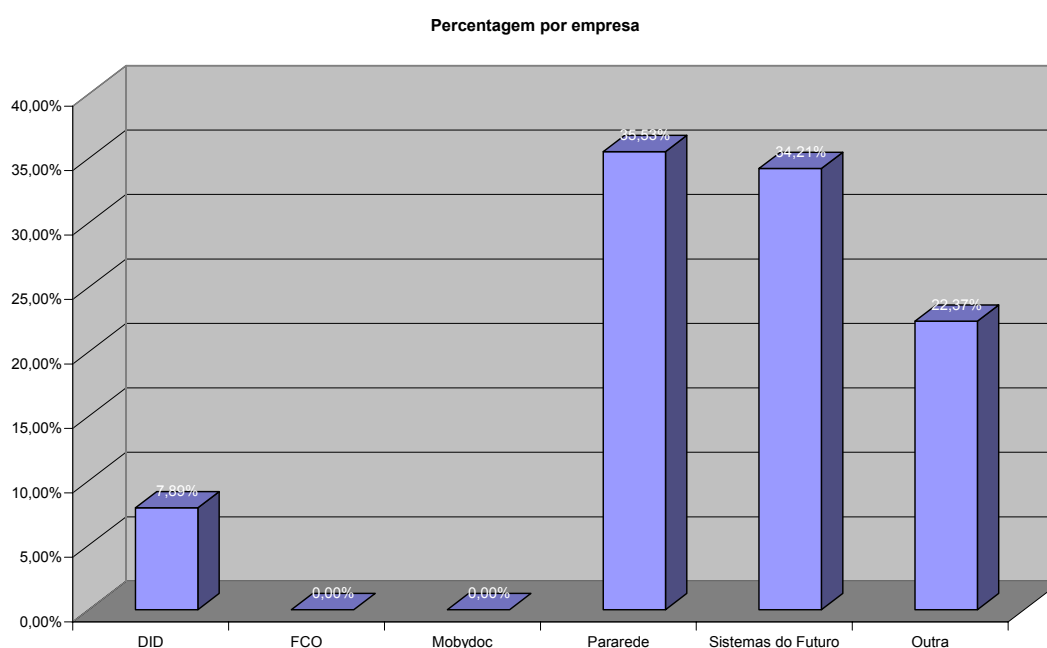


Gráfico 14

As empresas por nós seleccionadas são aquelas que tínhamos conhecimento de terem pelo menos um dos museus portugueses como cliente no que diz respeito ao sistema de gestão de colecções, no entanto, existem outras empresas que se encontram contabilizadas dentro da resposta “Outra”⁸⁸. O quadro mostra uma inequívoca utilização maioritária dos sistemas desenvolvidos pela Pararede⁸⁹ e pela Sistemas do Futuro que são, à data deste trabalho, as empresas que lideram este sector de negócio em Portugal.

⁸⁸ São mencionadas as seguintes empresas T.I.T. Soluções informáticas, ASSEC, SIM! – Sistemas de Informação e Multimédia, Incentea e 360º Graus – Sistemas de Informática.

⁸⁹ A Pararede deixou de ser a responsável, nos finais de 2006, pela aplicação Matriz. A empresa que detém a comercialização e desenvolvimento do *software* referenciado é a Cofipor, S.A. Cf. Portaria 1312/2006, publicada em Diário da República, 2.ª Série, a 20 de Setembro de 2006.

Os sistemas de gestão de colecções têm tido, na última década, um desenvolvimento considerável. Em Portugal podemos referenciar neste momento os sistemas de documentação e gestão indicados na tabela apresentada em baixo.

Empresa	Sistema de gestão - Aplicação	Tipo de património
DID	DocBase Museu	Móvel
FCO	Index Rerum	Móvel
Mobydock	Micromusée	Móvel
Pararede⁹⁰	Matriz	Móvel
Sistemas do Futuro	In arte Plus	Móvel
	In arte Premium	Móvel
	In domus Plus	Imóvel
	In domus Premium	Imóvel
	In natura Plus	Natural
	In natura Premium	Natural
	In memoria Plus	Imaterial
	In memoria Premium	Imaterial
	In patrimonium Plus	Todos
	In patrimonium Premium	Todos

Tabela 1

No inquérito perguntamos aos museus qual o sistema utilizado e os resultados podem ser verificados no seguinte gráfico.

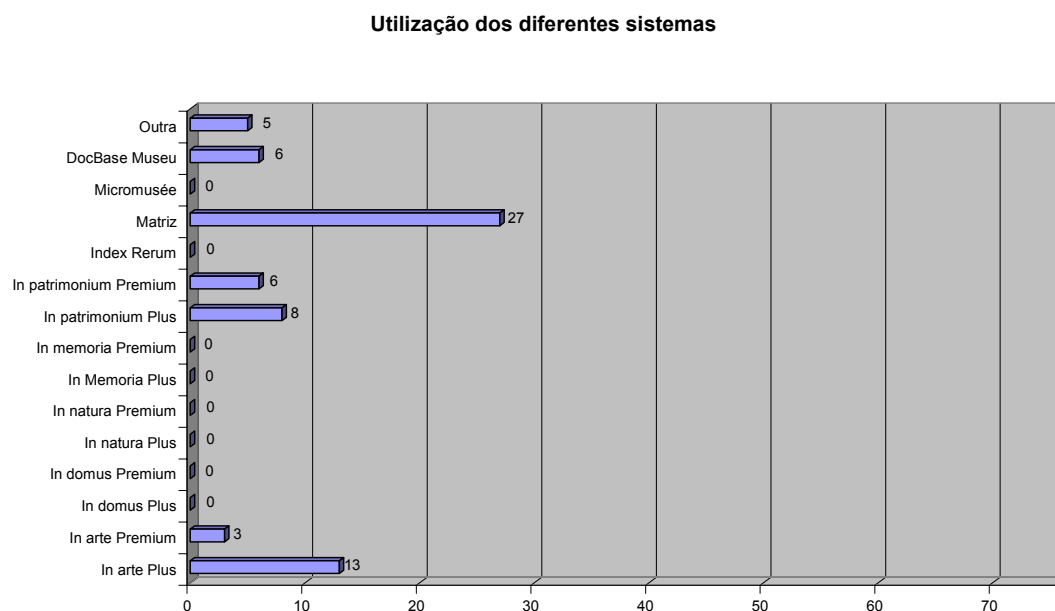


Gráfico 15

⁹⁰ Como atrás foi referenciado a Pararede não é, desde final de 2006, a detentora da comercialização e responsável pelo desenvolvimento do Matriz. Cf. Portaria 1312/2006, 2.ª Série, publicada em Diário da República a 20 de Setembro de 2006.

Uma grande maioria dos inquiridos utiliza o sistema Matriz (35,53%) e o segundo sistema mais utilizado é o In arte Plus, com 17,11% de museus a adoptarem esta plataforma. São seguidos pelos sistemas In patrimonium Plus com um total de 8 casos (10,53%) e In patrimonium Premium e DocBase Museu que se encontram empatados no número de casos, 6 (7,89%). A situação da resposta “Outra” é aqui diferente da que descrevemos no gráfico 14. Aqui são excluídos os museus sem bases de dados ou com bases de dados construídas pelo próprio museu.

Importa também analisar os dados deste gráfico com a informação obtida e apresentada no gráfico 14 e na tabela 1, por forma a percebermos a distância que separa a aplicação Matriz, comercializada pela Pararede, das restantes. Se olharmos separadamente para um e outro gráfico será difícil perceber como é que apesar de duas das empresas estarem tão próximas em termos percentuais, as bases de dados apresentam-se com uma diferença substancial. A tabela 1, onde se encontra a relação de sistemas existentes e a empresa que os comercializa, permite compreender esta diferença, pelo facto da empresa Sistemas do Futuro contar com um maior número de aplicações no mercado.

No caso das aplicações não utilizadas em qualquer dos museus inquiridos, relembro que o nosso estudo incide em 76 casos e, portanto, corresponde a uma amostra que deve ser considerada como tal. É do nosso conhecimento a sua utilização em alguns museus e, por isso, seleccionámos estas para o nosso inquérito, sendo que não são de facto as aplicações mais utilizadas em Portugal.

Salientamos ainda o facto da maior parte destas aplicações ser de origem nacional. O único representante de sistemas desenvolvidos por empresas estrangeiras é o Micromusée.

O ano de 1989 marca a primeira referência de utilização de uma base de dados pelos inquiridos. O Museu do Ar, o Museu de História Natural da Universidade do Porto e o Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso começam naquele ano a utilizar um sistema informatizado para registo das colecções. Contudo, o início de utilização de bases de dados é bastante compartimentado ao longo dos anos, sendo o ano de 2005 o mais relevante em termos de início de informatização das colecções nos museus.

Implementação de bases de dados por ano

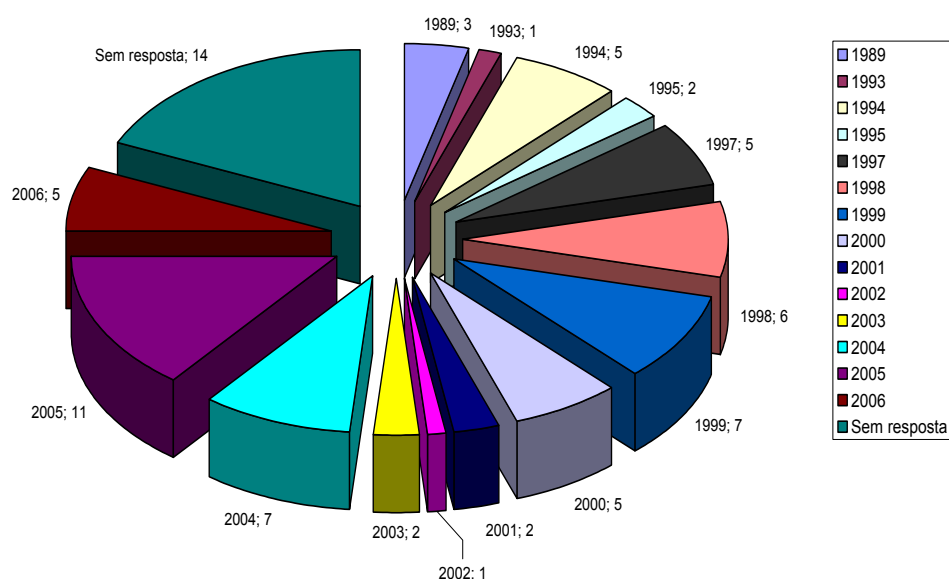


Gráfico 16

No gráfico acima podemos verificar que, desde o primeiro ano referenciado (1989) até ao segundo (1993), ocorre um hiato, no qual não foi implementada uma solução informática para a gestão das colecções em qualquer museu. No entanto, e exceptuando o ano de 1996, não encontramos qualquer caso em que não tenha havido pelo menos um museu a iniciar este processo.

Através dos anos de utilização dos sistemas de gestão os museus inquiridos já detêm dados para responder, segundo alguns critérios, sobre o grau de satisfação em relação às aplicações. O seguinte gráfico (Gráfico 17) remete-nos, na generalidade, para uma avaliação positiva do conjunto de soluções referenciadas neste estudo.

Os valores percentuais obtidos em cada um dos critérios são, exceptuando o último, sempre superiores a 50%, dado que permite confirmar uma avaliação positiva das aplicações utilizadas. Em relação à exportação de dados parece-nos que é um tipo de ferramenta pouco utilizada pela maioria dos museus, já que por diversas vezes nos foi comentada a sua irrelevância no âmbito ou estado de desenvolvimento do inventário por diversos museus.

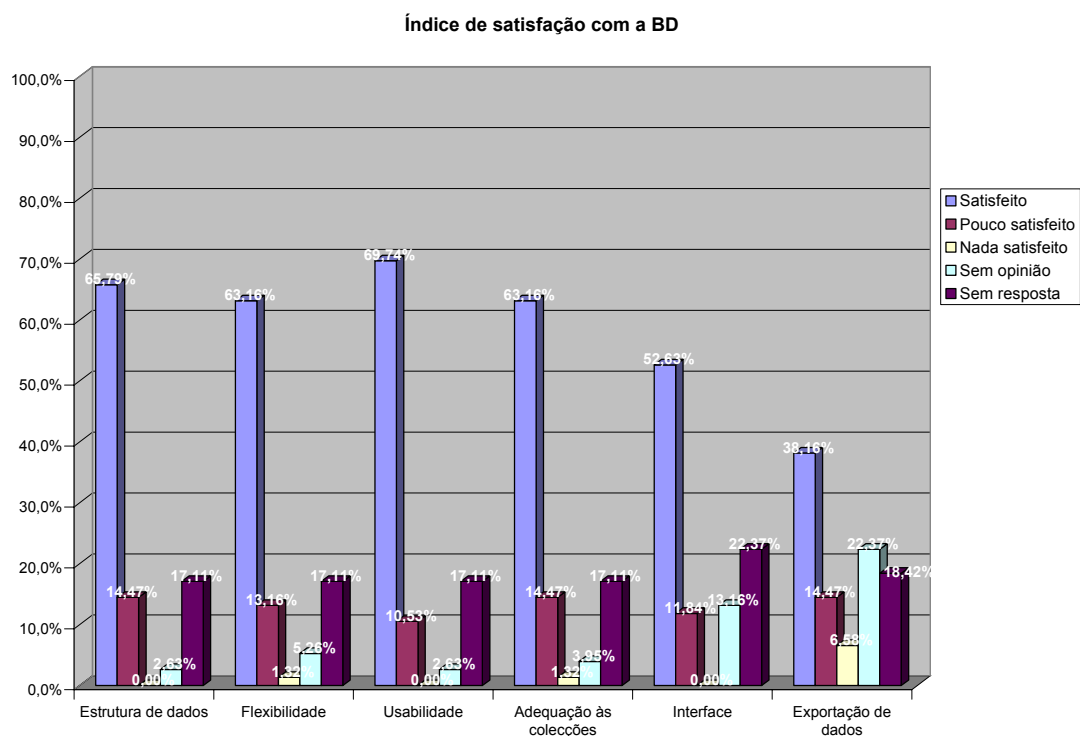


Gráfico 17

Importa também analisar os mesmos dados, desta feita relativos a cada uma das empresas mais representadas, a Pararede e a Sistemas do Futuro.

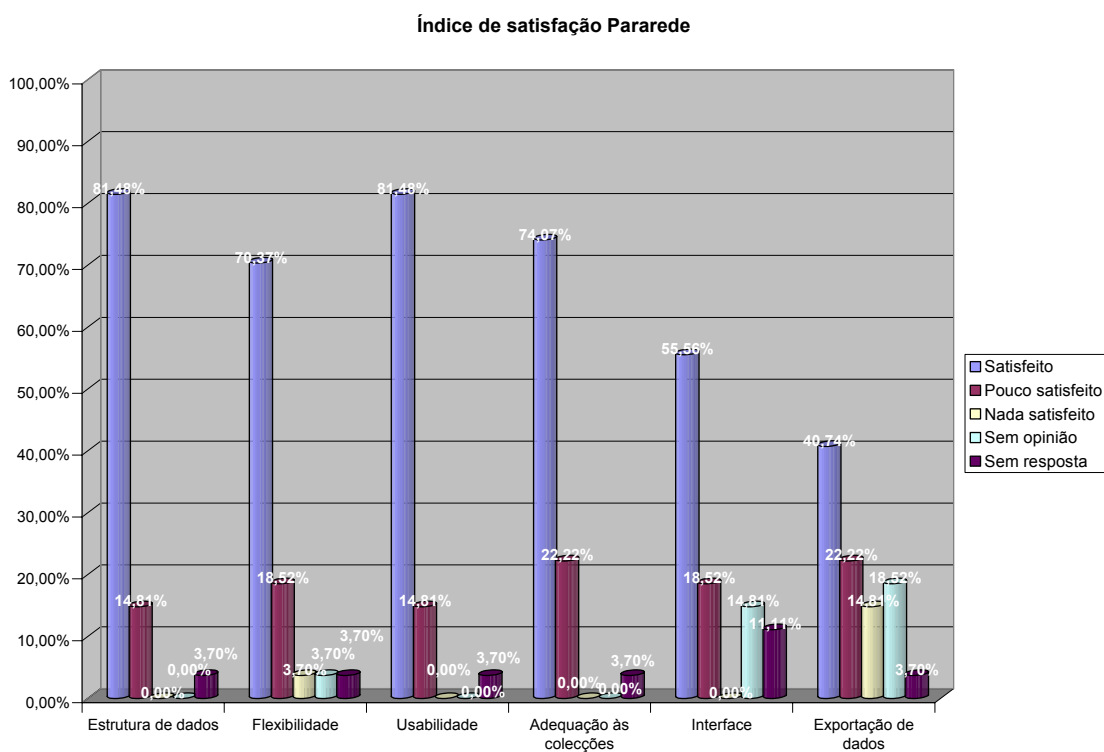


Gráfico 18

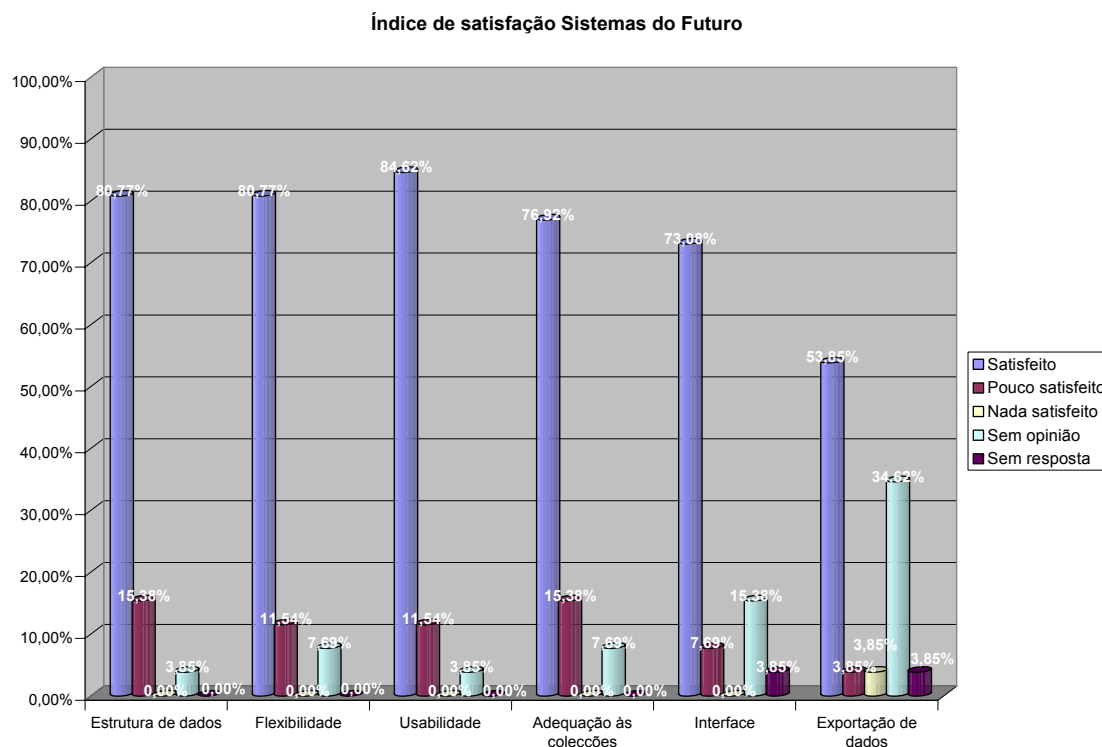


Gráfico 19

É óbvio que a avaliação de sistemas deste tipo não pode ser feita de forma tão minimalista. Não é objectivo deste trabalho fazer uma completa análise dos sistemas utilizados em Portugal – para o que teríamos de ter um universo bastante mais alargado de museus – porém, os dados recolhidos nesta pergunta, comparados com outras deste grupo, permitirão algumas conclusões relevantes na discussão do tema proposto.

Os dados obtidos na pergunta 2.9, a mais extensa e cuja resposta foi mais difícil para os museus, são difíceis de apresentar em gráfico, ou tabela de forma directa. Era pedido a cada um dos inquiridos que classificassem os campos⁹¹ e grupos de informação⁹² que normalmente existem nos sistemas de gestão de colecções, utilizando os seguintes critérios:

1. Registo/Cadastro

Registo base do inventário. Devem ser considerados neste grupo todos os campos e grupos de informação que sejam obrigatórios no registo mínimo de informação sobre os objectos.

⁹¹ Campo corresponde a uma unidade de informação dentro de uma tabela em qualquer base de dados. Por exemplo, o Número de Inventário, ou a Designação principal dos objectos.

⁹² Grupo de informação corresponde ao conjunto de campos relativo a determinada categoria de informação. Por exemplo os campos relativos à categoria de informação Dimensões, onde deve existir a unidade de Medida, o tipo de medida e o valor da medida.

2. Inventário sumário

Registo de informação básica sobre o objecto. Devem ser considerados neste critério todos os campos e grupos de informação que não sendo essenciais para a imediata identificação e registo/cadastro inicial, constituem informação muito relevante sobre os objectos.

3. Inventário desenvolvido

Registo de toda a informação produzida com o continuado estudo das colecções. Devem ser considerados neste critério todos os grupos de informação em que se possam registar dados obtidos com o estudo dos objectos a longo prazo.

4. Gestão

Registo de todos os dados relativos a processos de gestão das colecções. Devem ser considerados neste critério todos os campos e grupos de informação que permitam o registo de informação de gestão de colecções, mesmo que essa não esteja directamente relacionada com o objecto.

De forma a serem utilizados estes critérios foi apresentada uma lista⁹³ com todos os campos e grupos de informação que pudemos recolher da normalização nacional e internacional⁹⁴, na qual era pedido aos inquiridos uma classificação de acordo com o procedimento normal no museu.

Esta classificação é importante para este estudo porque nos permitirá saber, pela análise das respostas obtidas, quais os campos mais relevantes a considerar numa estrutura de dados para as diferentes fases na documentação e posterior gestão das colecções. Na tabela que apresentamos em seguida estão referenciados os campos e grupos de informação específica, segundo os critérios adoptados.

Critério	Campo ou Grupo de Informação
Registo/Cadastro	N.º de Inventário
	Designação Principal
	Título
	Data de registo
	Autorias
	Categorias
	Cronologia
	Entrada
	Incorporações
	Inventariantes
	Medidas
	Proprietários
Inventário Sumário	Descrição
	Características técnicas
	Classificações
	Colecções
	Inscrições

⁹³ Cf. Anexo 5 – Pergunta 2.9.

⁹⁴ Normas de Inventário do IPM, *International Guidelines for Museum Object Information: the CIDOC Information Categories e Normalización Documental de Museos*.

Critério	Campo ou Grupo de Informação
Inventário desenvolvido	Localizações
	Materiais
	Pesos
	Componentes
	Contexto de campo
	Cópias
	Cores
	Departamentos
	Designações
	Direitos
	Disposições legais
	Épocas
	Escavações
	Escolas
	Estados
	Estilos
	Funções/Usos
	Fundo documental
	Grupos
	Iconografias
	Inspirações
	Marcas
	Numerações
	Numismática
	Originalidade
	Produções
	Recolha etnográfica
	Técnicas
	Títulos
	Valores
	Associação de ficheiros multimédia (foto, som, vídeo e outros)
	Exposições
	Conservação
	Reprodução
	Material gráfico
	Material audiovisual
	Bibliografia
	Epistolografia
	Cartografia
	Arquivo histórico
	Arquivo corrente
	Arquivo fotográfico
Gestão	Abate
	Movimentos
	Seguros
	Outros eventos

Tabela 2

Se nos detivermos numa análise desta tabela percebemos a importância dos campos e grupos de informação relativos aos dois primeiros critérios, Registo/Cadastro e Inventário Sumário, para a realização bem sucedida de um trabalho de inventário. Estas categorias de informação devem ser as presentes em qualquer sistema de informação, mesmo os construídos internamente. Nesta análise percebemos que embora estas categorias de informação possam ser úteis a grande parte dos museus, nos casos de museus de especialidade, por exemplo de Arqueologia ou de Etnologia, a situação pode e deve, no nosso entender, ser adequada às necessidades específicas deste tipo de colecções. Apenas como exemplo gostaríamos de apontar o caso da informação relativa ao contexto de campo, ou seja, aos dados de recolha dos objectos arqueológicos ou

etnográficos, que apenas encontramos, segundo a tabela referida, no grupo relativo ao critério Inventário desenvolvido.

Duas categorias de informação que se encontram também no terceiro critério constituíram uma surpresa para nós. Técnicas e Estados são dois grupos de informação que normalmente aparecem associados à informação obrigatória no registo de objectos, mas compreendemos este resultado, uma vez que este tipo de informação resulta muitas vezes de um estudo e análise mais aprofundada do património.

Nos dois últimos critérios, para além da inclusão de Técnicas e de Estados, não nos deparamos com grandes surpresas em relação ao que acontece na normalização internacional. Apenas nos casos de museus temáticos, como acima referimos, podem ser referenciados alguns campos deste critério, num dos critérios anteriores. A título de exemplo já citamos os museus de Arqueologia e de Etnologia, mas podemos também encontrar aqui categorias de informação essenciais para museus específicos de Numismática, nos quais a categoria de informação relativa deve ser, na nossa opinião, considerada como Inventário sumário.

Acrescentando a estes dados, uma grande maioria dos museus considera ser útil a existência de campos e grupos de informação de preenchimento obrigatório nos sistemas utilizados. À pergunta “existem campos de informação obrigatória na base de dados?” os resultados obtidos foram os que apresentamos no seguinte gráfico.

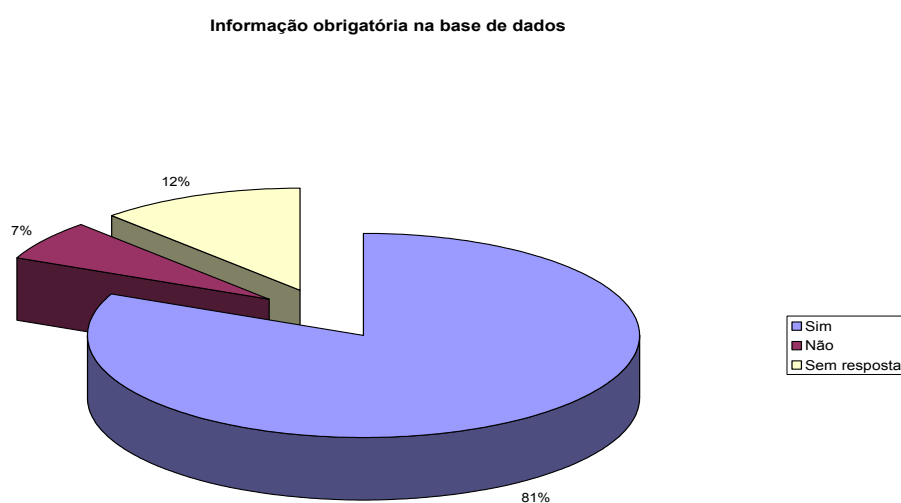


Gráfico 20

Temos então que 81% dos museus consideram a existência de informação obrigatória útil, mas em que campos ou grupos de informação a consideram úteis?

Segundo os dados recolhidos nesta questão os campos mais vezes mencionados são os apresentados no gráfico que se segue.

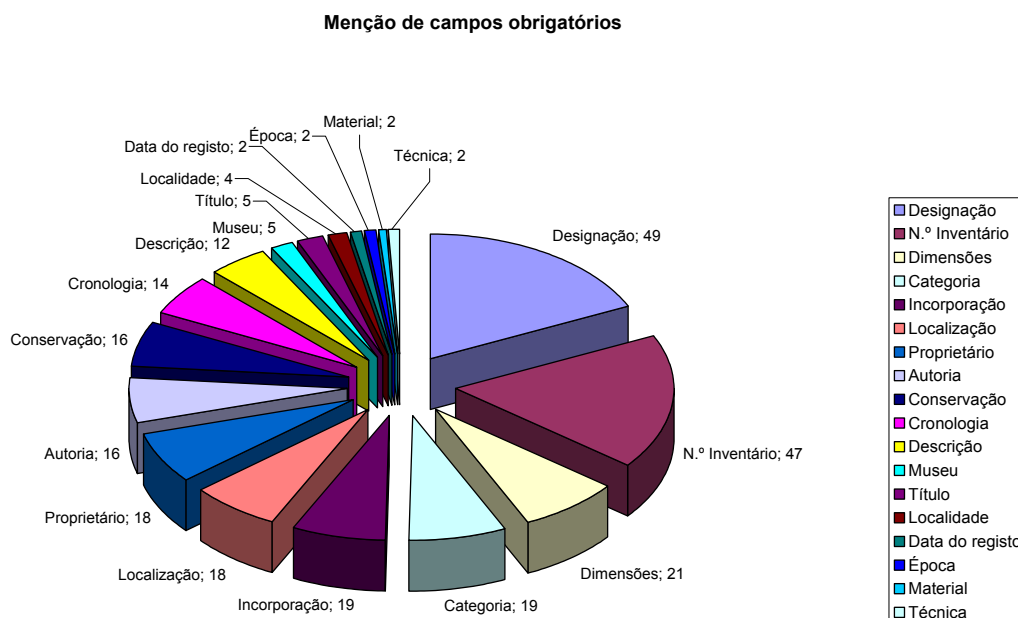


Gráfico 21

Temos então a Designação com 49 menções nesta pergunta e o Número de inventário, com 47, como campos que mais frequentemente são referenciados como obrigatórios nas bases de dados, sendo que Dimensões, Categorias, Incorporação, Localização e Proprietário são os grupos de informação que se seguem com menções sempre próximas das duas dezenas.

Ainda neste grupo de questões obtivemos os dados sobre a utilização de *thesauri* ou de listas terminológicas hierárquicas dentro dos sistemas de gestão utilizados nos museus, por forma a perceber qual o controlo existente na normalização de conteúdos, bem como a sua relevância para os museus. Do total de inquiridos, 65,79% responderam afirmativamente à questão da utilização deste tipo de ferramentas. Apenas 15,79% declaram que não recorrem a este tipo de gestão da informação nas bases de dados das colecções, contando-se os restantes na situação indefinida “Sem resposta”. Estes valores são importantes e relevantes porque permitem perceber a disseminação da organização

de conteúdos nesta matéria. Em todo o caso apenas os museus tutelados pelo Governo Regional dos Açores indicaram os nomes dos *thesauri* por si desenvolvidos e utilizados na documentação do património (**THPEA** – Etnologia, Antropologia, **THMUSA** – Bens Museológicos, **THMAC** – Macrothesaurus, **THEUR** – Eurovoc, **THMDE** – Descritores para Museus, **THCDU** – Classificação Decimal Universal, **THMAU** – Autorias em Museus, **THGEO** – Geografia, **THMCL** – Class. Específicas em Museus, **THMINS** – Instituições para Museus, **THNUC** – Núcleo Museológicos).

O mesmo se poderia dizer com a criação dos manuais internos de procedimentos para orientação do trabalho de inventário e gestão das colecções. Vejamos o seguinte quadro.

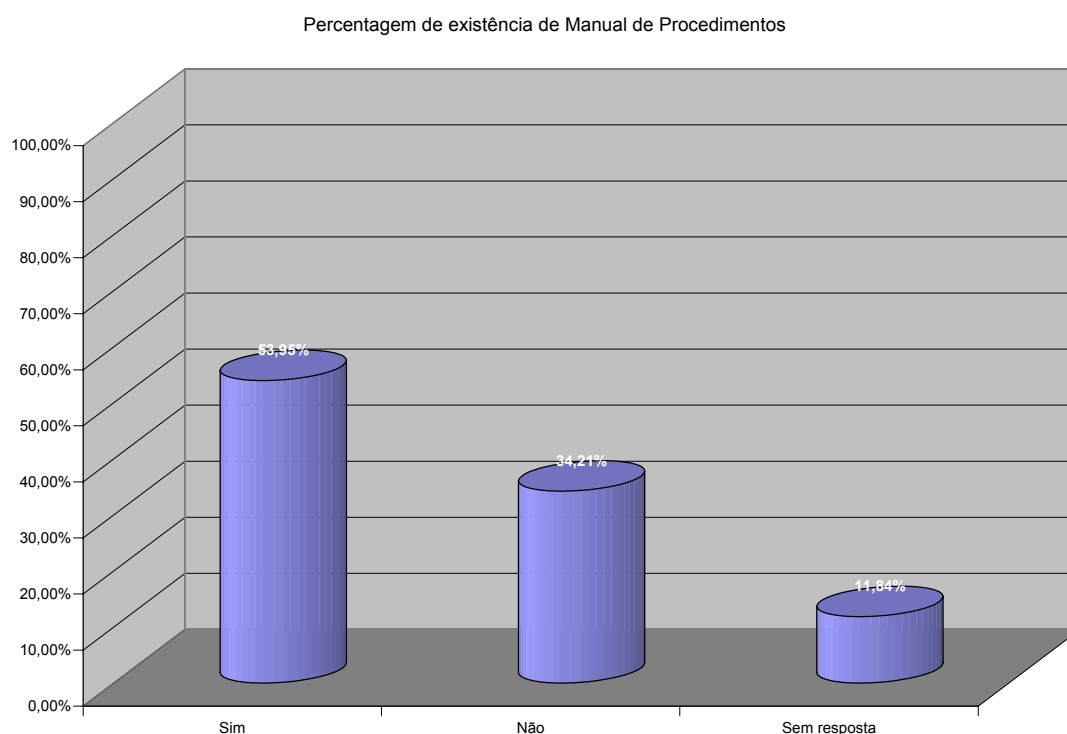


Gráfico 22

Este gráfico representa as percentagens de museus que têm criado manuais de procedimentos e os utilizam no trabalho diário como instrumentos orientadores. É importante referir que os museus tutelados pelo IPM têm nas **Normas de inventário** criadas por aquele organismo, uma referência muito importante. São tidas como documento de referência e consulta indispensável, funcionando também como auxílio na introdução de dados para a aplicação Matriz. Este facto, ou seja, a orientação destas normas processuais para determinado produto existente no mercado, faz com que a sua utilização seja mais coerente nos casos dos inquiridos que utilizam essa ferramenta de

gestão. No entanto, consideramos que são um excelente recurso para o inventário do património e que devem ser utilizadas, de forma crítica, tanto quanto possível.

Os museus inquiridos revelaram ter algumas limitações, mas também algumas mais valias no que respeita aos recursos logísticos e humanos para a execução do trabalho de inventário e gestão de colecções. Inquiridos sobre a existência de uma sala específica para este tipo de trabalho, os dados indicam que 57% da amostra não conta com uma sala especificamente atribuída ao inventário. Normalmente, diz-nos o conhecimento que temos dos museus portugueses, é um trabalho que é feito nos gabinetes de trabalho normais, mas pensamos que este tipo de recursos é de extrema importância quer a nível de conservação preventiva, quer em termos de organização do trabalho. A restante percentagem divide-se entre 38% dos inquiridos que afirmam ter sala própria para a realização desta tarefa e os restantes 5% não respondem à questão.

Em termos de meios técnicos utilizados nesta tarefa percebemos através do seguinte gráfico que a situação tem vindo a sofrer claras melhorias, no que concerne à utilização das novas tecnologias.

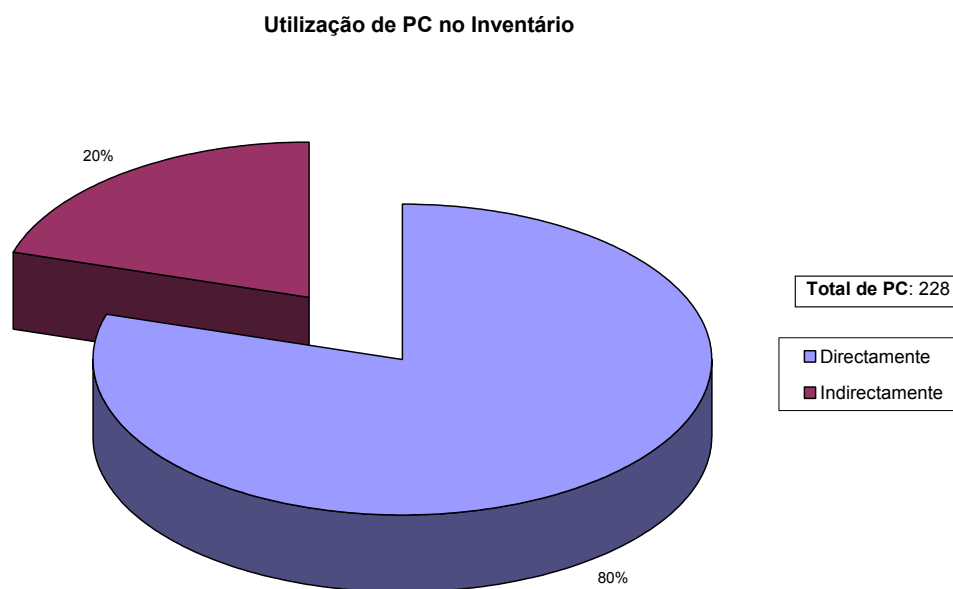


Gráfico 23

Note-se que no inquérito realizado em 1999-2000 foram menos de 50% as respostas que afirmavam que o museu dispunha de recursos informáticos (SILVA, 2000: 108) e nesta

consulta percebemos que a totalidade dos inquiridos, exceptuando três casos⁹⁵, tem pelo menos um computador que utiliza nas tarefas de inventário e no total os 76 museus que responderam ao inquérito têm à sua disposição 228 computadores. Tratando-se de uma avaliação meramente especulativa, este dado corresponde, aproximadamente, a uma média de 3 computadores por cada museu. A distinção que se percebe no gráfico acima corresponde ao tipo de utilização que estes recursos têm. Em termos percentuais, 80% dos computadores utilizados são-no directamente em tarefas do inventário, enquanto os restantes 20% são utilizados também em outras tarefas do museu.

Sucedem que a crescente inovação tecnológica obriga a que os museus não se possam contentar apenas com o computador⁹⁶. Existem outros tipos de recursos, de baixo e médio custo, facilitadores das tarefas de inventário e registo dos objectos, que são cada vez mais utilizados em larga escala. Um dos principais é uma simples ligação à *Internet* que permite a consulta de informação, em todo o mundo e de forma rápida, relacionada com o património que o museu se encontra a registar. Este recurso, numa altura em que existem cada vez mais colecções disponíveis *online*⁹⁷, abre uma fonte quase infindável de informação sobre o património.

No gráfico que apresentamos em seguida, podemos observar uma clara tendência de melhoria das condições dos museus para a execução do trabalho de inventário, com a excepção de alguns instrumentos muito específicos, como é o caso dos *scanner* de diapositivos e negativos, onde temos um menor número de museus que afirmam tê-los.

⁹⁵ Museu Municipal de Santiago do Cacém, Museu de Mértola e Museu de História Natural da Universidade do Porto.

⁹⁶ Sendo este, no entanto, a ferramenta principal para o inventário.

⁹⁷ Existe mesmo um motor de pesquisa específico para as colecções de museus que pode ser encontrado em www.museumcollections.org (consultado em 09-02-2007).

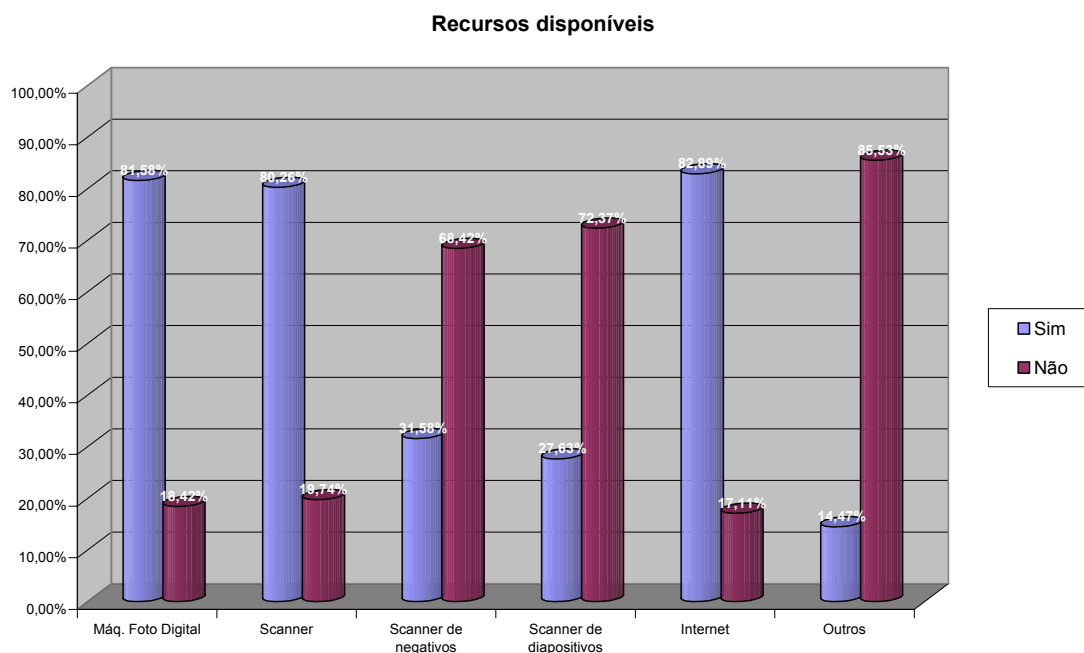


Gráfico 24

Ainda neste gráfico podemos observar que grande parte dos museus utiliza uma, ou mais, máquinas fotográficas digitais, o que representa uma vantagem muito clara na redução dos custos com fotografia do acervo, bem como com na manutenção do arquivo fotográfico em formato analógico.

Uma análise também importante é a dos recursos humanos afectos a este trabalho. No capítulo dos recursos logísticos foi pedido aos inquiridos que nos indicassem se recorriam à contratação de serviços externos para tarefas relacionadas com o inventário. A maioria dos museus não o faz (69%), mas ainda há uma parcela, relativamente expressiva (29%), de inquiridos que nos revelam contratar serviços na área da fotografia, introdução de dados e estudos de colecções específicas.

Já no plano interno obtivemos alguns dados relativos ao quadro de pessoal que nos parecem ser, a acreditar nas respostas obtidas, bastante optimistas. Recorde-se, porque nos parece útil na análise dos dados que apresentaremos abaixo, que os museus que compõem a nossa amostra são instituições que pertencem à Rede Portuguesa de Museus e têm condições supostamente melhores do que as que encontramos no restante país.

No total dos inquiridos os colaboradores afectos a tarefas de inventário, a tempo inteiro ou parcial, correspondem a um total de 214 pessoas. O que corresponde a uma média de 2 ou 3⁹⁸ pessoas por museu encarregues de levar a cabo esta tarefa.

As qualificações dos colaboradores afectos ao trabalho de inventário são as expressas no seguinte gráfico⁹⁹.

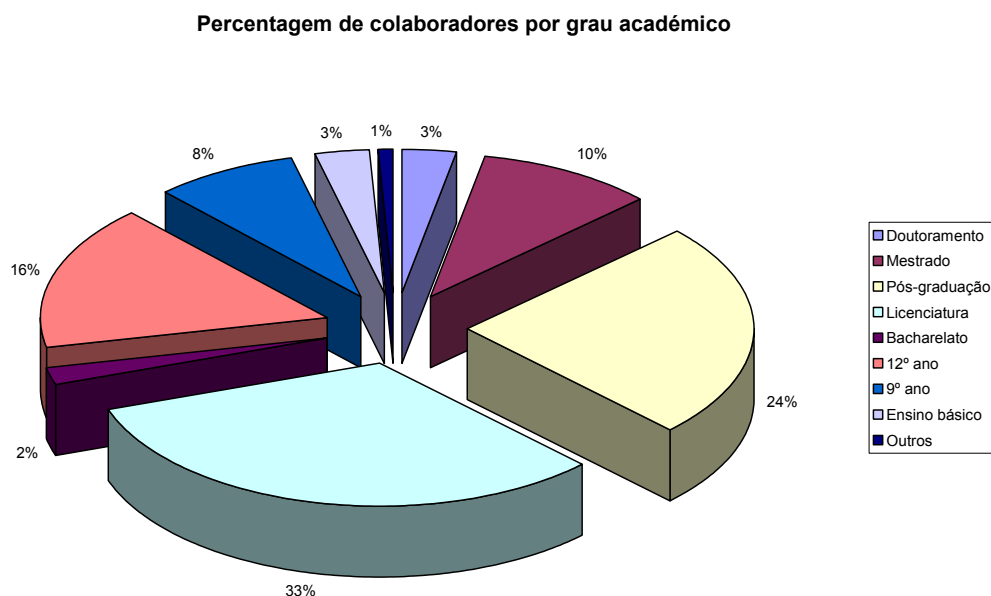


Gráfico 25

É de salientar nestes dados a enorme relevância que é atribuída às categorias Pós-graduação e Licenciatura. Juntas perfazem um total de 57% dos colaboradores afectos ao trabalho de inventário e gestão das colecções. Contudo, a própria natureza desta tarefa faz-nos interrogar acerca da necessidade destas qualificações, pelo menos nas percentagens obtidas, para que os museus a possam executar eficientemente. Não podemos deixar de mencionar a falta que fazem bons técnicos profissionais¹⁰⁰ (12º ano equivale apenas a 16% do universo de colaboradores) para tarefas sistemáticas como o carregamento de dados, medição de objectos, transporte interno dos objectos ou outras tarefas em que a necessidade de um técnico superior não seja tão premente.

⁹⁸ A média obtida através da divisão do total de colaboradores (214) indicados pelos inquiridos, pelo total de casos da nossa amostra (76) dá um valor de 2,82 como média de colaboradores por museu.

⁹⁹ Há uma diferença entre o número total de colaboradores obtido na resposta 4.1 (214) e na soma total das indicações dos graus académicos dos colaboradores na pergunta 4.2 (262). Este facto poderá contribuir para alguma confusão na análise de dados, uma vez que num e noutro caso falamos de universos distintos.

¹⁰⁰ Os técnicos profissionais de museografia ou, por exemplo, a criação da figura equivalente ao *registrar* inglês.

Ainda para aferir estes dados é importante que nos detenhamos no gráfico que nos indica a quantidade de colaboradores por grau académico.

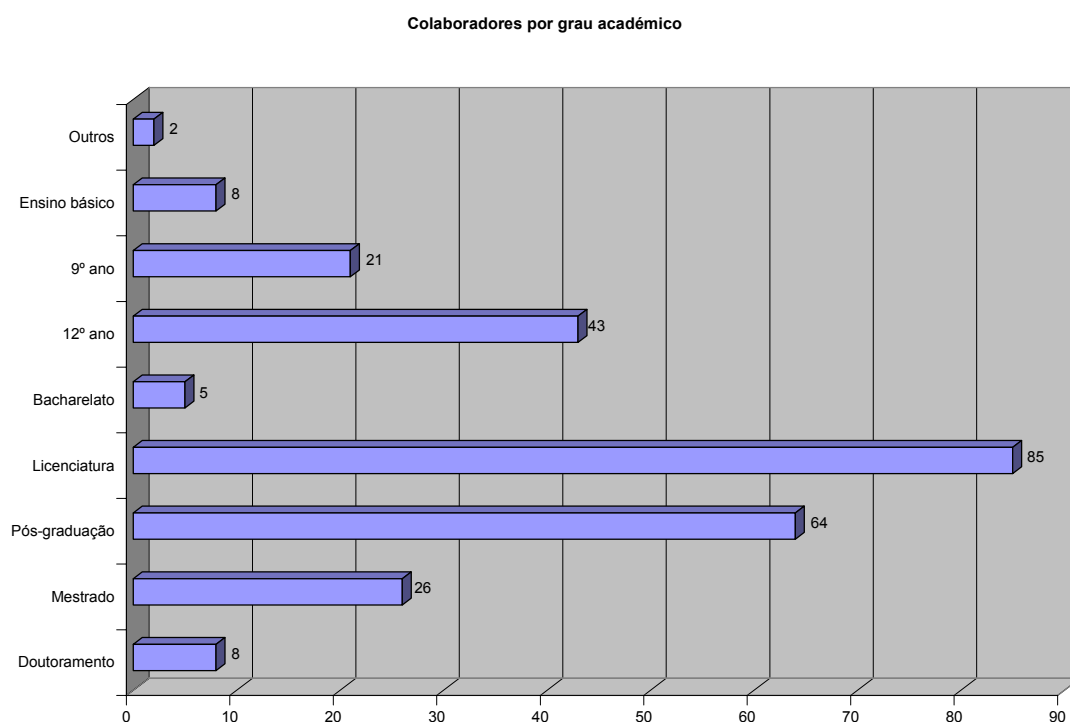


Gráfico 26

Resulta desta análise um dado curioso. Existem para um total de 76 museus, 85 colaboradores com grau académico correspondente a licenciatura, o que significa uma média superior a um licenciado por museu. Contudo, voltamos a frisar, que nos parece um número bastante exagerado, mesmo tratando-se de dados relativos a museus que têm como obrigação, perante a RPM, ter um quadro de pessoal adequado. Importa ainda salientar a existência de 8 colaboradores com Doutoramento.

Note-se, como poderá ser verificado no gráfico 8, que apesar deste elevado número de colaboradores afecto ao inventário, a percentagem de colecções inventariadas (19,67%), bem como a percentagem de objectos carregados em base de dados (10,44%) são claramente insuficientes. Mas estes dados só poderiam ser analisados se pudéssemos confrontar as datas de início do trabalho de inventário, com a evolução do quadro de pessoal dos museus. Nada nos garante que cada instituição tenha tido estes recursos disponíveis ao longo dos anos.

A acrescentar a estes dados relativos aos recursos humanos queremos ainda referir a existência de pessoal externo contratado pelo museu para execução de determinadas

tarefas. O gráfico 27 mostra o número de contratos para cada uma das categorias de recursos externos ao museu.

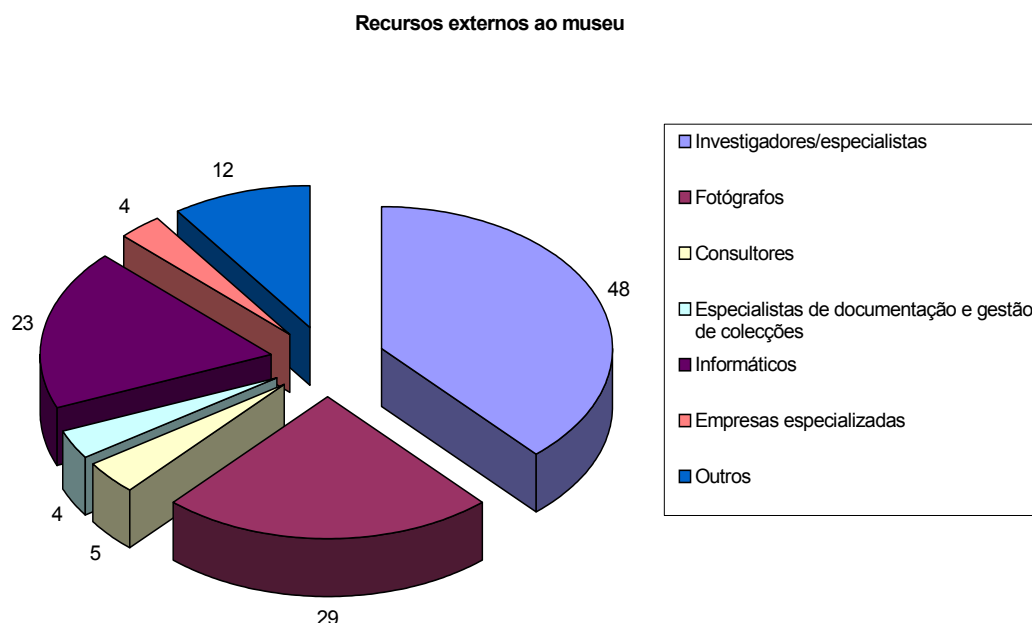


Gráfico 27

Na categoria “Outros” foram mencionados serviços de voluntariado (através de contratos estabelecidos com o Estado – Plano Nacional de Estágios ou com instituições de ensino), bem como serviços de coordenação diversos a nível de conservação e restauro¹⁰¹.

Por fim, resta-nos elencar os dados obtidos sobre a utilização da informação registada no sistema de gestão na comunicação estabelecida entre o museu e os seus públicos. Como é sabido esta é uma área onde tem havido um grande investimento e pode ser, em determinadas situações, a faísca que despoleta um projecto de documentação de colecções, dado que não é possível utilizar as novas tecnologias para a divulgação do museu e suas colecções sem termos os conteúdos e a documentação referente em formato digital.

Assim sendo será que os museus prevêm algum tipo de acesso à informação contida no sistema de gestão de colecções? De que forma o fazem? Que meios são utilizados na comunicação entre a informação registada e o utilizador final? Estas são algumas das

¹⁰¹ Categoria que não tínhamos colocado como hipótese.

questões para as quais procuramos obter resposta no grupo final de questões do inquérito.

O seguinte gráfico permite a percepção dos museus que contemplam o acesso às colecções segundo determinada categoria de público. Nesta pergunta, que pedia a indicação de qual o tipo de público ao qual é disponibilizado em cada museu o acesso às colecções, entendemos a não indicação de resposta “Sem resposta” como uma resposta negativa.

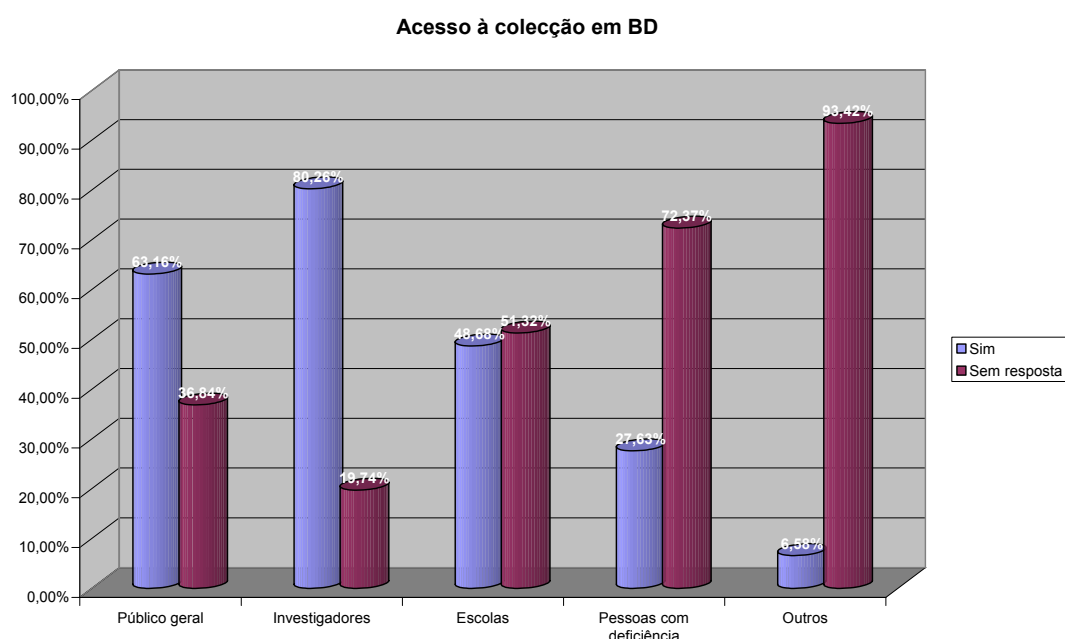


Gráfico 28

Neste gráfico é interessante notar a relevância que é dada ao Público em geral e Investigadores, uma vez que são os dois únicos tipos de público que contam com uma percentagem superior relativamente aos que respondem negativamente¹⁰². No entanto, as Escolas, público cada vez mais tido em conta pela maioria dos museus, contam já com uma percentagem de respostas afirmativas (48,68%) muito próxima das respostas contrárias.

Relativamente à percentagem de respostas positivas obtida em Pessoas com deficiência não podemos deixar de mencionar o esforço que tem sido feito em Portugal¹⁰³, no

¹⁰² Contribui para este facto a disponibilização, por parte dos museus tutelados pelo IPM, das colecções online através do MatrizNet que disponibiliza estes dois tipos de acesso. Cf. <http://www.matriznet.ipmuseus.pt>. (consultado em 25-02-2007).

¹⁰³ Não podemos deixar passar esta oportunidade sem mencionar o GAM – Grupo para a Acessibilidade aos Museus e o trabalho profícuo que tem vindo a desenvolver.

âmbito dos museus, no sentido de uma maior integração e da eliminação das barreiras (também tecnológicas) ainda existentes.

Um outro instrumento de comunicação eficaz com o público é a *Internet*. Quais os recursos dos inquiridos nesta matéria foi o que pretendemos saber com a pergunta 5.2. A presença na *Internet* é, hoje em dia, quase essencial para um museu que pretenda ser reconhecido e, principalmente, conhecido. A informação que consta de cada *website* também pode condicionar a mensagem e os seus objectivos, mas neste estudo não iremos aprofundar os conteúdos que poderiam figurar na página de um museu. Esse tema, bastante interessante de resto, merecia ser alvo da atenção de um estudo específico.

Apresentamos, então, no gráfico que se segue e em termos percentuais os dados relativos aos museus que têm, ou não, *website*.

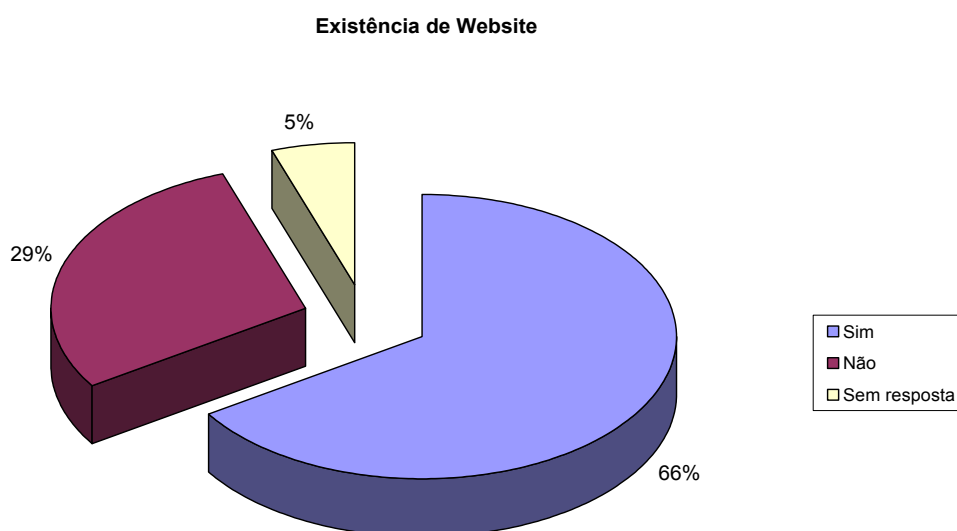


Gráfico 29

Confessamo-nos surpreendidos com os resultados obtidos nesta resposta. Não pela positiva, mas sim negativamente. A percentagem de museus que tem *website* (66%), embora já bastante relevante, cifra-se bastante abaixo do que julgávamos que seriam os valores de museus pertencentes à RPM. Contudo, este número tem vindo constantemente a aumentar, como é fácil perceber através das notícias que nos vão

chegando sobre a criação de novos *websites* de museus ou da utilização por parte dos Museus de uma nova ferramenta que são os *blogs*¹⁰⁴.

No entanto, ao contrário destes dados, o próximo gráfico contém informação muito relevante sobre o tipo de informação disponibilizada nos *websites*.

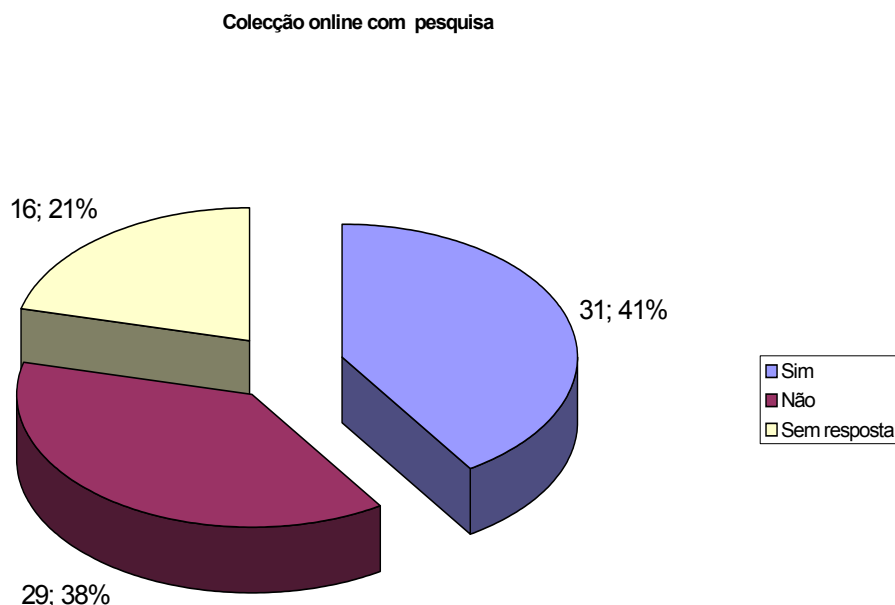


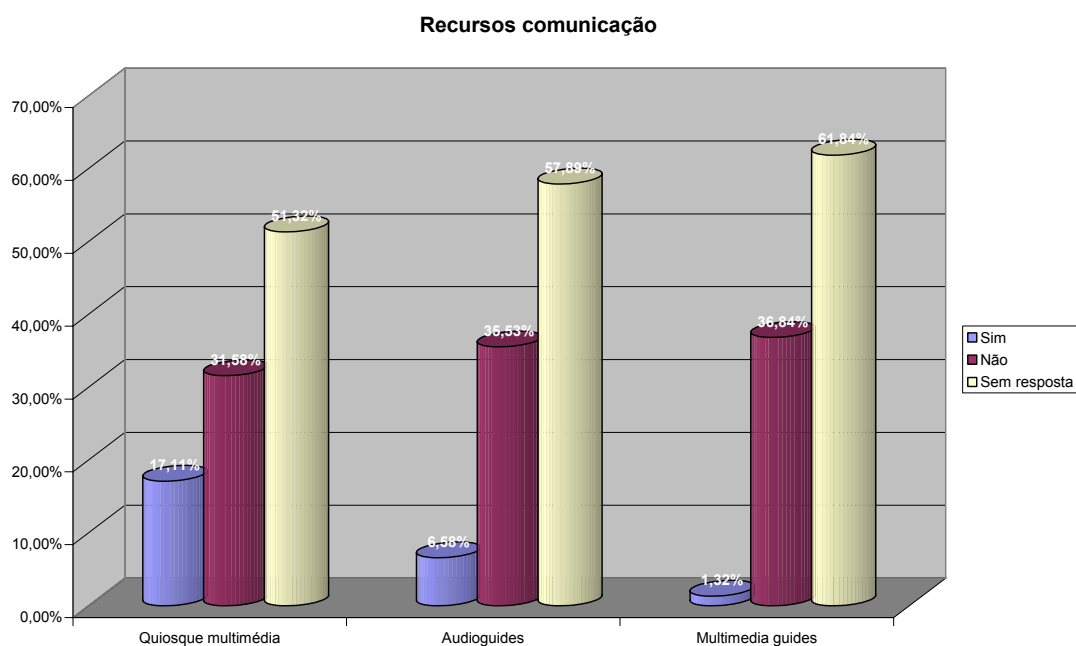
Gráfico 30

Um total de 31 museus, o que corresponde a 41% da amostra, tem no seu *website* a possibilidade de efectuar pesquisas na colecção do próprio museu. No caso dos museus tutelados pelo IPM essa pesquisa pode ser alargada à totalidade de museus que disponibilizam informação através do *website* MatrizNet já atrás referenciado.

Assim sendo esta informação permite-nos dizer que os museus estão a ser cautelosos na forma como abordam o canal de comunicação que é a *Internet*. Já não pode bastar uma página meramente informativa em relação a horários e preços, hoje em dia é preciso bastante mais para que a *Internet* sirva para a captação de novos públicos e ajude a cumprir uma outra parte da missão dos museus que é a divulgação do património à sua guarda.

¹⁰⁴ Apenas para citar alguns exemplos podemos citar os *blogs* dos museus da Chapelaria (<http://museudachapelaria.blogspot.com>), do museu de Estremoz (<http://museuestremoz.blogspot.com>) ou, ainda, do Museu Municipal de Benavente (<http://museudebenavente.wordpress.com>).

Sendo a *Internet* um excelente meio de comunicação, não pode ser considerado único. Os dados sobre as colecções que o museu disponibiliza através do seu *website*, podem ser também veiculados através de outros meios de comunicação tecnológicos. Os quiosques multimédia, os *audio guides*¹⁰⁵ e *multimedia guides*¹⁰⁶ são instrumentos que começam a ser utilizados num crescente número de museus. Os casos que compõem a nossa amostra utilizam-nos na medida apresentada em gráfico.



Estes recursos de comunicação interna¹⁰⁷ dos museus têm vindo a ganhar adeptos. Neste momento são vários os museus a que contam com sistemas de *audio guides* (6,58%) e, como podemos verificar no gráfico, já existem alguns casos de museus com *multimedia guides* (1,32%). Este facto, dado que estes sistemas são mais recentes e mais dispendiosos, não nos causa grande admiração, porque as vantagens da sua utilização são enormes. Os *multimedia guides* são bastante mais interessantes do ponto de vista das soluções apresentadas, porque permitem conjugar áudio, vídeo, texto e imagem num só aparelho.

Falta-nos, por fim, saber que informação é veiculada pelos canais mencionados (Base de dados, Internet e outros dispositivos tecnológicos). Que tipo de informação pensam os

¹⁰⁵ Sistema de auxílio à visita ao museu no qual é fornecido ao visitante um aparelho que quando accionado relata, através de uma gravação, a informação pretendida pelo visitante.

¹⁰⁶ Sistema de auxílio à visita ao museu que permite ter a mesma solução dos *audio guides* acrescentando-lhe a possibilidade do registo de vídeo, imagem e texto. Os aparelhos utilizados neste sistema são os comuns *Pocket PC*.

¹⁰⁷ Estas tecnologias são, normalmente, utilizadas dentro das instalações físicas do museu.

museus inquiridos ser útil para disponibilizar aos seus públicos? Através de uma análise aos textos de resposta da pergunta 5.3.1 obtivemos os dados que figuram no seguinte gráfico¹⁰⁸.

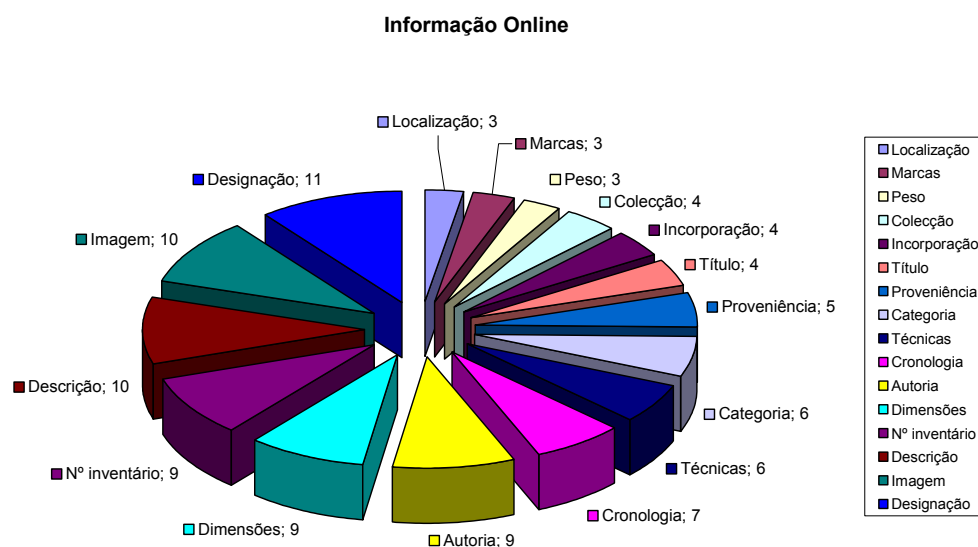


Gráfico 31

Estes são os termos que mais vezes aparecem no total das respostas. E se analisarmos os mais mencionados verificamos que se referem ao tipo de informação existente em qualquer base de dados para identificação mínima dos objectos. Designação, Imagem, Descrição e N.º de inventário, todos com aproximadamente uma dezena de menções nas respostas, são realmente os campos mais importantes para a identificação. É de frisar o aparecimento da imagem em segundo lugar, dado que a informação disponibilizada na *Internet*, por exemplo, muito dificilmente teria impacto sem qualquer representação gráfica.

Estas categorias de informação são assim tidas como as mais relevantes para a disponibilização da informação. Existem outros meios nos quais os museus podem tirar partido da informatização das colecções. O atendimento ao público, a organização de exposições, a gestão dos processos de empréstimo, a elaboração de catálogos ou outras publicações, bem como o auxílio aos serviços educativos dos museus, são algumas das tarefas museais que podem usufruir de um bom sistema de gestão das colecções.

¹⁰⁸ Os termos encontrados apenas uma ou duas vezes no total das respostas não estão mencionados neste gráfico.

A investigação por questionário, já acima o tínhamos salientado, não é um trabalho que se abrace de ânimo leve. O tratamento de dados e a sua análise é moroso e por vezes levanta dúvidas e problemas que tentamos ultrapassar recorrendo à bibliografia de referência sobre este tipo de estudos. Contudo, temos consciência que a análise agora construída, poderia ser vista por diferentes perspectivas, ou acrescentada de outras questões e cruzamento de dados. No entanto julgamos ser este o caminho mais apropriado e que melhor serve o âmbito do presente trabalho¹⁰⁹.

¹⁰⁹ A análise destes dados foi feita recorrendo às aplicações SPSS (Tratamento estatístico de dados) e ao Microsoft Excel.

Contributo para a normalização em Museus – Proposta de norma

“Documentation is often easy to ignore in the early stages of establishing a museum, because the dire consequences of neglect may take several generations to manifest themselves. Poor documentation reduces the usefulness of a collection and stores up potential problems for the future.”

(HOLM, 1991)

O texto com que Stuart A. Holm aborda as consequências de uma má documentação das colecções na publicação da *Museum Documentation Association* (MDA) intitulada **Facts & Artefacts - How to document a museum collection** (HOLM, 1991: 2), deveria estar sempre colocado no tampo das secretárias de trabalho dos responsáveis pelas colecções nos museus portugueses, num local bem visível. A documentação das colecções deveria ser, na nossa opinião, a principal preocupação nos museus em Portugal. Como podemos verificar nos dados recolhidos no inquérito, dos quais demos conta no capítulo anterior, a percentagem de 10, 44% relativa aos objectos registados em base de dados e de 19,67%¹¹⁰ em relação ao número de objectos estudados, são francamente baixas se tivermos em conta que os objectos são o principal motivo para a constituição de um museu e o seu objecto de trabalho diário. Embora existam várias teorias que discutem acaloradamente este assunto, parece-nos um pouco improvável a existência de um museu sem objectos.

Vários são os problemas com que nos debatemos no trabalho diário num museu em que não exista um conhecimento mínimo das colecções e/ou objectos com que o museu tem de lidar. A gestão do museu, a sua missão, os recursos que tem à sua disposição, a definição de estratégias, a divulgação, os planos de conservação, as políticas de incorporação, enfim, o trabalho no museu depende, em grande parte, do conhecimento existente sobre os objectos que o museu guarda. Como será possível ter um boa política de incorporação sem conhecer a(s) colecção(ões) que pretendemos melhorar? De que forma se pode ter um bom plano de conservação sem saber o estado global dos objectos existentes? Como planear uma exposição sobre um tema, sem saber quais os objectos que melhor o ilustram, ou que se relacionam com o referido tema? Afinal de que outra

¹¹⁰ Estas percentagens sobem para 14,93% e 28,15% se excluirmos dos dados obtidos na amostra um museu que referenciou como total de objectos no acervo o número de 1000000 de objectos. Julgamos importante fazer esta referência para se perceber a gravidade do problema, mesmo considerando aquela resposta nula (o que optamos por não fazer neste estudo)

forma poderia o museu cumprir as funções às quais está obrigado pela definição¹¹¹ que encontramos no ICOM? São ou não as colecções o principal motivo de existência dos museus?

Os objectos como fonte de conhecimento deverão ser tidos, cada vez mais, em consideração na construção e análise da história e compreensão do mundo, dado que contêm em si informação muito valiosa. Importa saber procurar, registar e sistematizar os dados encontrados nos diversos estudos efectuados, de forma a facilitar a utilização desta informação para obter uma melhor percepção do passado. Neste ponto os museus assumem uma importância extrema, dado que é destes a responsabilidade de os estudar e divulgar e perceber o(s) seu(s) significado(s) dentro do tempo no qual foram utilizados e/ou criados.

Neste processo devem ser seguidos dois caminhos: um em que prevalece a procura de informação intrínseca do objecto e outro que procura os dados que são extrínsecos ao objecto.

No primeiro, à partida mais simples, o objecto de estudo é apenas e somente o objecto: os materiais com que foi produzido, as técnicas utilizadas pelo(s) seu(s) autor(es), as decorações existentes, a iconografia nele representada, as suas marcas ou inscrições, enfim toda a panóplia de informação contida no próprio artefacto que possa representar alguma informação sobre a sua história ou da cultura que representa.

No segundo, em nada menos importante que o primeiro, mas muitas vezes mais difícil de traçar, perseguem-se todas as informações que são externas ao artefacto: as informações relativas ao(s) seu(s) autor(es), ao local onde foi produzido, à utilização dos materiais naquele local, à iconografia e sua representação no contexto cultural em que se insere cronologicamente o objecto, ao seu uso e função inicial, à documentação que, potencialmente, lhe pode ser associada. Enfim, um sem número de informação, uma vez mais referimos, externa ao objecto, mas que complementa os dados intrínsecos que se podem obter. A conjugação de uma e outra análise permitem que possamos

¹¹¹ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.” Retirada do *website* da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, em <http://www.icom-portugal.org>. (consultado em 13-03-2007).

construir, melhor reconstruir, o trajecto histórico desde a criação do objecto, até à sua chegada ao museu e consequente “mistificação”¹¹².

Da união destes dois caminhos é possível obter o resultado final pretendido, ou seja, a documentação necessária para a compreensão do(s) significado(s) da cultura material Humana. Numa perspectiva mais alargada, segundo Susan Pearce, este processo permite alcançar o conhecimento sobre cada um dos objectos estudados, mas também o seu significado enquanto parte participante no processo de constituição de uma colecção (PEARCE, 1994: 1) e do seu significado colectivo. O significado de cada objecto possibilita a sua interacção com outros objectos e o aparecimento posterior de colecções de objectos que ilustram de uma forma mais completa determinados períodos, estilos, métodos de fabrico, formas de vida, etc.

À partida é simples separar um e outro caminho e fazer análises separadas da informação resultante de um e outro. Sucede que a constituição de um bom processo de documentação de colecções obriga a que se pense a longo prazo e não nos resultados imediatos. Numa primeira abordagem parece simples obter a informação intrínseca dos artefactos: “basta olhar para os objectos”, mas raras são as vezes em que o objecto nos diz tudo, ou nos deixa saber “à vista desarmada” tudo que contém. Seria fácil demais dirão, mas também não podemos condenar desde logo este processo ao insucesso. Importa saber que cada museu tem em mãos uma tarefa bastante árdua e trabalhosa, de extrema importância na prossecução das tarefas inerentes ao trabalho museal e que existem formas de seguir estes caminhos já regulamentadas e normalizadas das quais podemos tirar algumas lições.

Como bem se percebe nos resultados apresentados no capítulo anterior, há um longo caminho a percorrer que pode muito bem ser traçado de forma mais segura, aprendendo com os erros cometidos e seguindo os mais recentes métodos utilizados nos países¹¹³ em que este trabalho se encontra solidificado. Neste momento, em Portugal, e com o trabalho muito meritório que tem vindo a ser feito pela Rede Portuguesa de Museus na qualificação dos museus e dos seus profissionais, exige-se uma profunda alteração dos

¹¹² Ao objecto museológico é dado um significado que ultrapassa, em larga escala, a sua inicial função. No museu o objecto representa uma cultura.

¹¹³ Poderíamos citar os exemplos Inglês e Canadano nos quais a *Museum Documentation Association* (<http://www.mda.org.uk>) e o *Canadian Heritage Information Network* (<http://www.chin.gc.ca>), respectivamente, têm feito um trabalho muito profícuo na criação de standards para a documentação do património cultural.

métodos de trabalho e a atribuição de uma maior importância do papel que a documentação e gestão das colecções tem nos museus.

Assim, iremos propor neste capítulo, considerando a normalização internacional e utilizando, sempre que possível e conveniente, alguns exemplos de boas práticas no registo, documentação e gestão das colecções, as bases para uma normalização documental nos museus a respeitar pelas instituições que pretendem ser certificadas como Museu¹¹⁴. Para tal, como explicámos no capítulo relativo à normalização internacional, iremos propor caminhos a seguir em três áreas distintas, mas indissociáveis, da normalização documental. A saber, a norma referente à estrutura de dados, a norma relativa aos conteúdos a utilizar pelos museus e, finalmente, a norma de procedimentos a adoptar pelos museus na realização do trabalho de documentação e gestão de colecções.

¹¹⁴ Dentro do programa e regras que a RPM está a organizar para este efeito.

Proposta de normalização de estrutura de dados

A estrutura utilizada na construção de uma base de dados é determinante para que o processo de documentação das colecções seja bem sucedido. Não raras vezes deparamo-nos, no âmbito da nossa actividade profissional, com a existência de bases de dados¹¹⁵ em museus que, não podendo ser consideradas como tal, são a única ferramenta utilizada como repositório de informação nos museus. Por diversos factores, entre os quais destacamos o financeiro, até há pouco tempo atrás, os museus não investiam quase nada na aquisição ou desenvolvimento de bases de dados para a documentação das colecções¹¹⁶, com a consequente proliferação de documentação fragmentada e criada por cada um dos responsáveis das diversas colecções ou em ficheiros compartimentados pelas tipologias dos objectos e colecções. Facilmente encontramos casos de instituições que registam de forma diferente cada uma das colecções que lhe pertencem, sem qualquer cuidado na análise da informação que pretendem guardar sobre o património que gerem.

O processo de construção deste tipo de “bases de dados” ligava-se directamente às necessidades sentidas em determinada altura pelo responsável no museu e raramente eram entendidas como uma resposta global aos problemas de documentação das colecções. À informação de base que era incluída na “estrutura” inicialmente pensada, juntavam-se, sem qualquer cuidado que não fosse a necessidade imediata de registar um determinado tipo de informação, outros campos (no Excel em colunas) que permitiam o registo da informação em falta. Muito facilmente este tipo de desenvolvimento não estruturado, ao gosto das necessidades imediatas, resultava numa mescla de informação, dificilmente pesquisável e utilizável nos diferentes contextos do trabalho de um museu. Para agravar esta confusão a inexistência de terminologia pensada previamente e controlada por *Thesauri* ou listas de terminologia adoptadas e pensadas pela instituição, fazia com que a informação relativa a determinado assunto se afigurasse completamente impossível de encontrar.

¹¹⁵ A designação de base de dados atribuída nestes casos é totalmente errada, uma vez que a maior parte deles são folhas de cálculo (Excel), utilizadas para um propósito diferente daquele para o qual este tipo de tecnologias são desenvolvidas, nas quais são vertidos em colunas (Campos) e linhas (diferentes registos de informação) os dados relativos a cada objecto.

¹¹⁶ A mais antiga referência a uma aquisição de uma base de dados para o registo de informação sobre os objectos num museu que obtivemos nas respostas ao inquérito é relativa ao ano de 1989, sendo que a maior percentagem de museus que adquiriram uma base de dados reporta-se ao ano de 2005 (14,47% do total da amostra).

Tecnologicamente estas soluções “caseiras” são também muito limitadas. Não permitem a utilização de determinados campos de uma forma estruturada ou interligada com relações a outros campos, não têm controlo da informação registada e permitem erros básicos, sem hipótese de correcção ou com correcção dificultada, bem como não permitem a partilha de informação com base numa rede centralizada¹¹⁷ onde exista controlo de acesso por utilizador ou perfis de utilizador, apenas para citar alguns exemplos de limitações inerentes a este tipo de tecnologia.

Assim, neste estudo, partiremos do pressuposto da necessidade de criação ou aquisição pelos museus de uma base de dados¹¹⁸, tanto quanto possível, de uma assente no modelo relacional¹¹⁹, em vez das tradicionais bases de dados documentais¹²⁰. Neste ponto os museus deparam-se com duas alternativas, válidas no nosso entender, que representam vantagens e desvantagens que importa considerar.

O primeiro caminho, o menos seguido pelos museus em Portugal, como nos demonstram os resultados do inquérito que podem ser observados no gráfico 12, no qual o total de museus é de apenas 13¹²¹, corresponde à criação da base de dados e sistema de gestão documental pelo próprio museu. Embora esta opção aparente ser a melhor, por permitir a cada museu uma resposta mais aproximada às suas necessidades específicas, a experiência mostra que são raros os casos de sucesso e de longevidade deste tipo de projectos. A título de exemplo poderíamos citar os casos estudados¹²² por Teotónio Pereira, na sua tese de mestrado (PEREIRA, 1996), que começaram por desenvolver os próprios sistemas e hoje em dia, à excepção do caso Matriz que perdura e sempre foi

¹¹⁷ Não é possível partilhar um ficheiro de Excel, por exemplo, de forma a que este possa ser acedido por duas pessoas ao mesmo tempo.

¹¹⁸ Uma base de dados é a colecção de informação guardada num computador de uma forma sistemática, de tal forma que seja possível com a utilização de um software (DBMS – *Data Base Management System*) apropriado utilizá-la para obter determinadas respostas.

¹¹⁹ Método de estruturação de dados em diversas tabelas que são associadas logicamente entre si através de atributos comuns. Qualquer registo pode ser encontrado neste tipo de bases de dados através das relações existentes entre as diferentes tabelas. Têm como principal mais valia evitar a duplicação de informação numa só tabela como acontece no modelo documental.

¹²⁰ Consistem em bases de dados em que toda a informação é carregada numa só tabela, sem outra estruturação de dados que não a simples definição de campos.

¹²¹ Sendo que um deles já não utiliza a base de dados criada no passado e adquiriu uma base de dados comercializada por uma empresa.

¹²² Os casos são o do Museu da Cidade de Lisboa, o do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e o do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

desenvolvido com a colaboração de uma empresa externa ao IPM, utilizam um sistema de gestão de colecções desenvolvido por uma empresa¹²³.

As desvantagens da construção por um museu da sua própria base de dados são muitas, mas importa enumerar aqui as mais importantes:

1. Modelo de base de dados único – desenvolvendo uma solução específica que responda às necessidades do museu é maior o risco de não compatibilidade com a normalização existente.
2. Tecnologia inapropriada – sendo construídas com base em software de criação de bases de dados para utilização pessoal, não permitem as mais valias que uma base de dados deste género deverá conter. Apenas para citar um exemplo a aplicação de bases de dados Microsoft Access tem como limite de tamanho de ficheiro, por base de dados, apenas 2GB.
3. Recursos humanos – não é de todo possível, conhecendo nós a dificuldade da maioria dos museus portugueses neste capítulo, a existência em cada museu de equipas apropriadas ao desenvolvimento de sistemas de gestão de colecções, onde teria, obrigatoriamente, de existir um técnico qualificado na construção de bases de dados e um especialista em documentação em museus.
4. Actualização das tecnologias – como é sobejamente conhecido, a actualização tecnológica verificada hoje em dia implica uma actualização constante do software utilizado no desenvolvimento de uma base de dados, para não correr o risco de inutilização dos dados registados em determinados sistemas¹²⁴.
5. Financeiramente mais dispendioso – pelos motivos apresentados atrás, este tipo de soluções afigura-se mais caro, no longo prazo, do que a aquisição de um sistema de gestão de base de dados que representa um custo inicial mais elevado, mas que traz benefícios a médio termo, desde que a sua escolha seja correctamente planificada.

¹²³ Os três casos utilizam bases de dados desenvolvidas pela Sistemas do Futuro, sendo que o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa utiliza também a base de dados Matriz.

¹²⁴ As bases de dados dos Museus estudados por Pedro Teotónio Pereira (PEREIRA, 1996) foram desenvolvidas para o sistema operativo MS-DOS e se estivessem ainda em uso, implicariam a existência de computadores que ainda permitissem executar este tipo de aplicações, bem como manteriam as limitações inerentes a este tipo de tecnologia.

6. Intercâmbio de dados entre sistemas e divulgação – este tipo de sistemas raramente são preparados para possibilitar a troca de informação entre bases de dados e dificilmente permitem o acesso através da utilização da *Internet*.

O museu necessitaria de estudar a normalização produzida pelos diversos organismos internacionais mais referenciados em relação a *standards* documentais, como o CIDOC, a MDA ou o CHIN, escolher um dos caminhos propostos, ou estudar uma solução que os conjugasse e, finalmente, reunir os recursos técnicos para a construção de uma base de dados e do programa que permitiria introduzir e visualizar os dados¹²⁵. Na criação do sistema de gestão teria que ser tida em consideração as outras duas vertentes da normalização documental em museus: a dos conteúdos e a dos procedimentos a adoptar pelo museu neste tipo de tarefas.

Afigura-se, como pensamos ser óbvio, uma tarefa tão dispendiosa em termos de recursos, como desnecessária nos nossos dias.

O caminho paralelo, que julgamos ser a melhor opção para os museus¹²⁶, é o da aquisição de um sistema concebido por terceiros. Não poderá ser um sistema qualquer, nem o seu processo de aquisição poderá ser encarado levianamente. Normalmente este tipo de sistemas de gestão de colecções são dispendiosos (dependendo do grau de exigências colocadas pelo museu que o pretende adquirir), mas resultam, se bem explorados, em benefícios claros num médio-longo prazo. No total dos inquiridos (76 museus) encontramos 60 casos que optaram por adquirir um sistema de gestão das colecções já desenvolvido por uma empresa. Sabemos, no entanto, através de consultas às páginas de diversas empresas¹²⁷ que comercializam, em Portugal, estes sistemas, que o número de museus a utilizar soluções desenvolvidas por terceiros tem vindo gradualmente a aumentar.

Este caminho elimina, tratando-se como é óbvio de sistemas creditados ou com provas dadas em diferentes museus, as desvantagens supra enumeradas e, ao mesmo tempo, contempla a vantagem da adequação a qualquer museu desde que se trate de uma base

¹²⁵ Mesmo utilizando software já existente, este tem que ser configurado e programado para trabalhar de acordo com as necessidades da estrutura de dados criada.

¹²⁶ Secundamo-nos na prática recorrente dos museus em Portugal que optam, cada vez mais, por esta situação em detrimento da primeira.

¹²⁷ Foram consultadas as páginas das empresas Sistemas do Futuro, Lda e Pararede, S.A. em <http://www.sistemasfuturo.pt> e <http://matriz.pararede.com>, em Agosto de 2006 e comparadas com dados recolhidos no mesmo mês do ano anterior.

de dados normalizada segundo os *standards* nacionais e internacionais em vigor. No entanto, não se esperem soluções miraculosas, nem completamente seguras. O trabalho de recolha e sistematização dos dados que irão compor a informação sobre a colecção tem, obrigatoriamente, de ser feito pelos colaboradores dos museus e sendo uma solução desenvolvida por terceiros há que ter em conta alguns riscos inerentes à aquisição de produtos deste tipo comercializados por empresas, como por exemplo, a sua sustentabilidade económica e durabilidade no mercado¹²⁸.

Ora sendo um e outro caminho teoricamente viáveis, o que deve nortear a instituição que pretende organizar e planear a documentação e gestão das suas colecções?

A resposta a esta questão é aparentemente simples e óbvia. Seria bastante dizer que a orientação deveria assentar na utilização da normalização existente. No entanto, que normalização utilizar em Portugal, sendo que não existe no país um documento que normalize a estrutura de dados para os sistemas de gestão de colecções¹²⁹? Seguirmos os exemplos estabelecidos internacionalmente? E que exemplos devemos seguir? O do *International Council of Museums*, criados através do CIDOC (*International Committee for Documentation*), o da britânica *Museum Documentation Association*¹³⁰, ou ainda o da *Canadian Heritage Information Network*, que são os mais referenciados modelos a nível internacional?

Mais uma vez a resposta parece-nos simples e óbvia. Conhecidos que são os bons resultados dos três modelos em discussão, importe-se e utilize-se o modelo que nos é mais próximo e que se tem constituído como a máxima referência na documentação e gestão de colecções em museus, o *SPECTRUM*¹³¹ da *Museum Documentation Association*. No entanto, será que a importação de um modelo como este será eficaz para Portugal? Teremos nós chegado ao tal ponto em que podemos utilizar o *SPECTRUM*, sem qualquer alteração dos hábitos e procedimentos enraizados no trabalho dos museus portugueses? Podemos fazê-lo sem discussão prévia e alargada a

¹²⁸ Uma empresa que não assegure a continuidade de um produto, não deverá ter sido em consideração na aquisição de um sistema de gestão de colecções.

¹²⁹ Importa referir que as Normas de Inventário que têm vindo a ser publicadas pelo Instituto Português de Museus, como referimos atrás neste estudo, não são normas de estrutura de dados, mas sim normas processuais relativas à aplicação utilizada nos museus tutelados pelo Estado.

¹³⁰ O *SPECTRUM* foi recentemente adoptado pela Holanda e Bélgica como standard para a documentação e gestão de colecções. Cf. <http://www.mda.org.uk/pr070226.htm> (consultado em 07-03-2007).

¹³¹ Esta norma pode ser obtida através da página da MDA (<http://www.mda.org.uk/spectrum.htm>), bastando um simples preenchimento de formulário de identificação e aceitação dos termos da licença para a sua utilização.

todos os sectores¹³² que uma decisão destas influenciaria? A resposta a esta questão complica, no nosso entender, o que poderia ser simples. A importação de uma norma, feita sem qualquer preparação, poderia acarretar diversos problemas no futuro e por este motivo pensamos ser importante dar os primeiros passos nesse sentido, sem no entanto esquecer que no decorrer desse tempo o trabalho de documentação nos museus tem que continuar.

Pelos motivos apresentados penso que seria útil existir uma normalização criada e discutida em Portugal que permitisse, ainda que num período transitório, uma maior definição desta matéria para todas as partes envolvidas na criação e utilização de um sistema de gestão de colecções. Neste sentido proporemos um modelo, com base em dados recolhidos no inquérito que realizamos e na normalização de base estabelecida, há já alguns anos, pelo *International Council of Museums* comumente designada por *International Guidelines for Museum Object Information: the CIDOC Information Categories*, como ponto de partida para a discussão do modelo de dados a adoptar para certificar a qualidade do trabalho de documentação e gestão de colecções.

O modelo de dados proposto pelo CIDOC consiste num determinado número de categorias de informação¹³³ (CIDOC, 1995) que são, na perspectiva daquele comité internacional, as indicadas e absolutamente necessárias para as boas práticas de documentação de colecções. Ao todo são 22 grupos que contêm uma ou mais categorias de informação directamente relacionadas com o tipo de dados que se pretende ver registado em cada um dos grupos. A sua totalidade perfaz uma ficha de inventário e cada grupo de informação encontra-se descrito no *website* do CIDOC¹³⁴ da seguinte forma:

Designação do grupo de informação

Propósito

Indicação das razões pelas quais cada grupo de informação foi incluído na norma e qual o critério de inclusão utilizado da seguinte lista:

1. Segurança da colecção

¹³² Estado enquanto legislador, tutelas, documentalistas e demais profissionais de museus, empresas que criam este tipo de sistemas, responsáveis por cursos de formação nesta área, etc.

¹³³ Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidecat.htm> (consultado em 16-12-2006).

¹³⁴ Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidefm.htm> (consultado em 16-12-2006).

2. Responsabilidade sobre as colecções
3. Acessibilidade às colecções
4. Histórico das colecções

Categorias de informação

Lista das categorias de informação que fazem parte do grupo de informação.

Exemplos

Exemplos da forma como as categorias de informação de cada grupo são utilizadas em conjunto.

Notas

Nas notas poderemos encontrar o seguinte tipo de informação:

Se o grupo de informação pode ser utilizado mais do que uma vez para cada registo de objecto (relação de n registos em cada categoria de informação para 1 objecto.)

Recomendações e sugestões para a implementação do grupo de informação num sistema quando apropriadas.

Da reunião deste modelo e da análise por nós realizada às respostas que os museus nos forneceram com a informação sobre a utilização das categorias de informação, classificadas segundo determinados critérios¹³⁵, obtivemos a proposta que apresentaremos em seguida para um possível modelo de estrutura de dados que poderia ser utilizado, sem desrespeito pela normalização internacional, à escala nacional. Ou seja, melhor adaptado às necessidades e aspirações dos museus portugueses.

¹³⁵ Registo/Cadastro, Inventário Sumário, Inventário desenvolvido e Informação adicional de gestão de colecções.

Modelo de dados

O modelo de dados que propomos deverá ser construído tendo em consideração que se trata de uma base de dados relacional e poderá realizar-se recorrendo a ferramentas como o Microsoft Access, ou o FileMaker Pro (apenas para citar dois produtos comerciais para a construção de bases de dados) ou qualquer outro programa de construção e gestão de bases de dados disponível no mercado, nos casos em que o museu pretenda, pelos seus meios, criar o sistema que utilizará na documentação e gestão de colecções.

A organização da base de dados relacional assenta, por sua vez, no pressuposto fundamental de que a informação deverá ser estruturada e que nunca terá que ser introduzido mais do que uma vez o registo referente a um objecto, entidade, evento ou documento nas diferentes tabelas¹³⁶ que necessariamente serão criadas por cada uma das tarefas supra citadas. A organização da estrutura de dados que propomos assenta na seguinte divisão¹³⁷:

Inventário – Objectos: base de dados de inventário dos objectos que compõem a colecção, subdividida em diferentes categorias de informação, dependentes de uma primária que conterá, segundo modelo que apresentaremos à frente, os campos relativos ao número de identificação do objecto, a sua designação, uma descrição breve e a data de registo de cada um dos objectos na base de dados;

Terminologia/Thesauri – tarefa onde se registarão, em listas de termos (estruturadas ciclicamente com nível principal e dependentes) ou em aplicações de gestão de *thesauri* (em casos mais complexos), os termos mais utilizados na documentação das colecções, de tal modo que seja possível obter um controlo e eficácia na linguagem da base de dados. Esta base de dados de terminologia deverá ser utilizada sempre que a informação a carregar na base de dados seja passível de ser organizada de forma estruturada. Não se aplicará este caso a campos de descrição ou outros campos de texto que o sistema poderá conter;

¹³⁶ Conjunto de dados organizados em Linhas e colunas, representados graficamente na aplicação por campos.

¹³⁷ Cf. Anexo 7.

Entidades – base de dados de todas as entidades, e informação relativa a estas, que de alguma forma se relacionam ou relacionaram com os objectos que compõem a colecção. Aqui ficarão registadas informações de autores, colectores, restauradores, comissários de exposições, proprietários, etc.;

Documentação – tarefas ou bases de dados onde serão registadas as informações relativas aos documentos que se relacionam com a colecção ou com a sua gestão. Bibliografia, cartografia, fotografias, vários documentos de arquivo, entre os quais se contam pedidos de empréstimo, documentos de propriedade, etc., são alguns dos exemplos da informação que poderá ser registada nestas tarefas. Nos casos dos museus nos quais exista uma base de dados de biblioteca ou arquivos¹³⁸ poderá, e deverá, na nossa opinião, ser aqui considerada uma ligação deste sistema com as bases de dados referidas, evitando a repetição deste trabalho pelos profissionais dos museus.

Eventos – tarefas onde se registará a informação relativa às exposições, empréstimos, seguros, acções de conservação preventiva ou de restauro, iniciativas dos serviços de educação dos museus, entre outras que se relacionem com qualquer objecto da colecção. Neste grupo serão exploradas as tarefas que se direccionam mais para a gestão da colecção.

Multimédia – base de dados onde serão registados todos os ficheiros digitais¹³⁹ que serão associados ao sistema de gestão da colecção. A associação de ficheiros multimédia¹⁴⁰ é, hoje em dia, uma mais valia de documentação das colecções que é permitida pelo constante desenvolvimento tecnológico ao nosso dispor. Desde a imagem dos objectos, a sua reconstrução em sistemas 3D, a digitalização dos documentos relacionados com a história dos objectos, como por exemplo, textos de catálogo, pedidos de empréstimos, citações em páginas da *web*, desenhos técnicos

¹³⁸ Temos conhecimento de alguns museus camarários (Câmara Municipal de Cascais com os cinco museus) e universitários (Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) que pretendem ligar as bases de dados dos museus, bibliotecas e arquivos de forma a rentabilizar a sua utilização interna e externa (*Internet*).

¹³⁹ Hoje é possível ter registado numa base de dados, através de *links* de referência para a localização física dos ficheiros digitais, uma quantidade quase ilimitada de ficheiros digitais associados a uma base de dados, uma vez que não há a necessidade de inserir esses conteúdos na sua estrutura. Por outro lado, os *Metadata* (informação utilizada para descrever e catalogar a informação digital) dos ficheiros digitais podem, através de protocolos normalizados (EXIF, por exemplo) ser, por sua vez, importados directamente por estes sistemas de gestão.

¹⁴⁰ Entendemos por ficheiros multimédia todos os ficheiros que manipulam, em separado ou em conjunto, texto, imagem, voz, vídeo e outros tipos de dados digitais.

computorizados, são variados e quase ilimitados os recursos informáticos que podem contribuir para o melhor conhecimento das colecções museológicas.

O esquema da estrutura da base de dados que propomos poderia ser representado da forma que apresentamos na seguinte figura.

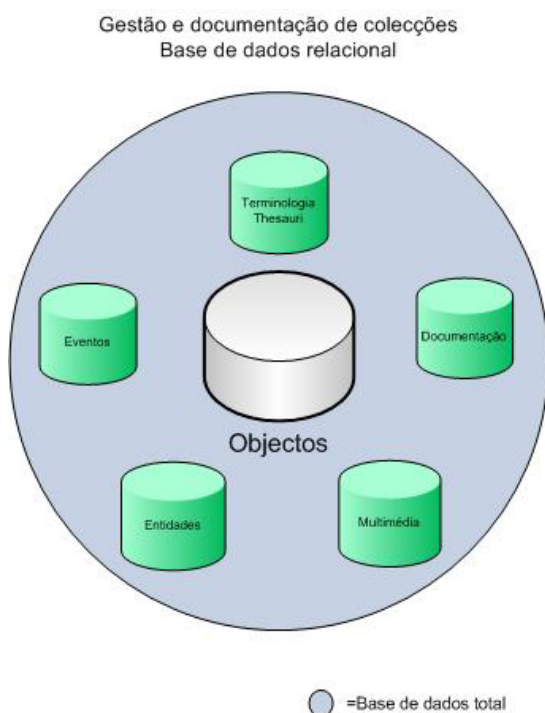


Ilustração 1

Existindo uma parte central que se refere aos objectos e à informação directamente relacionada com estes, intrínseca ou extrinsecamente e radialmente encontramos um sistema de tabelas que por sua vez podem constituir diferentes bases de dados, ligadas directamente à tabela central (ou base de dados central) que é, como referimos, o inventário/registo de objectos.

A ligação destas tabelas divide-se em dois métodos. Um directo, no qual alguns dos campos existentes no inventário de objectos recorrem a informação registada previamente nas tabelas exteriores e um

indirecto, no qual é necessária a intervenção do utilizador, ou inventariante, para determinar a forma como a relação entre a informação se deverá processar. Este segundo método pode ser contemplado através de software que permita a ligação entre as várias tabelas da bases de dados relacional de acordo com os critérios de documentação de cada instituição.

No entanto, o elemento principal do sistema de gestão de colecções será sempre o registo da informação dos objectos. A sua centralidade e destaque no esquema apresentado são propositados, remetem para a importância que deve ser dada a esta matéria na construção da estrutura de dados a adoptar, uma vez que sem informação correctamente registada sobre os objectos, dificilmente pode ser gerida uma colecção nas suas mais distintas facetas.

A estrutura da base de dados de registo de objectos deverá comportar as tabelas e campos necessários para o registo do maior número de informação possível e considerar

alguns princípios, como o histórico da informação ou a necessidade de criação de mais do que um registo em determinados grupos/categorias de informação. Como é facilmente perceptível a informação relativa a um estado de conservação que data de 2004, por exemplo, nunca deverá ser perdida na base de dados, muito menos em detrimento da introdução de um novo estado de conservação motivado por um restauro. Em outros casos, é necessário ter mais do que um registo simultaneamente para a mesma categoria de informação, senão veja-se os objectos que têm múltiplas autorias, ou diversos registos de dimensões, por exemplo. Um e outro princípio são, neste tipo de bases de dados de gestão de património imprescindíveis e é por este motivo que não é possível a utilização de bases de dados documentais, ou que recorrem a apenas uma tabela, uma vez que cada um dos exemplos acima referidos, Estados de conservação e Autorias, a par de muitos outros dos quais falaremos em seguida implicam uma prática assente nestes dois pressupostos.

Tendo em conta estes dois princípios obrigatórios, bem como a organização da informação atrás apresentada no esquema geral, propomos a utilização de uma estrutura para a base de dados de objectos semelhante à do esquema que se segue.¹⁴¹

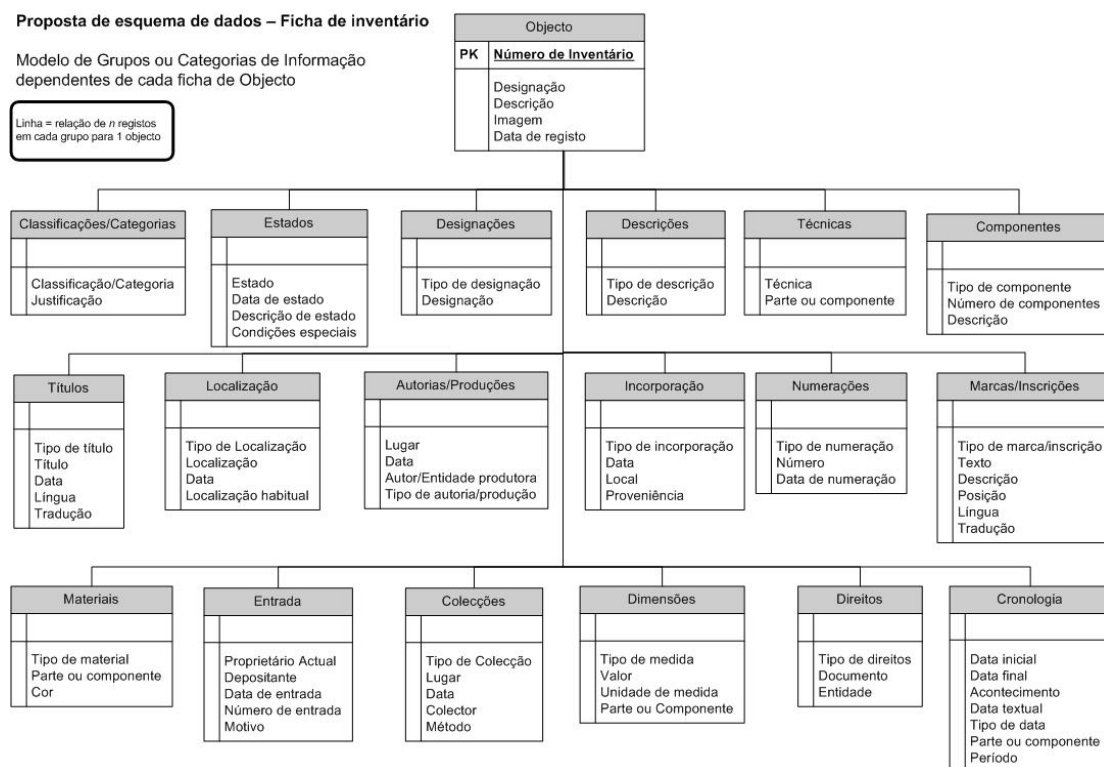


Ilustração 2

¹⁴¹ Esta descrição poderá vir a ser completada com outras de carácter mais técnico, ou direccionadas a diferentes públicos, por exemplo.

A dependência de cada um dos grupos de informação apresentados dos dados de informação genérica do objecto representa exactamente os dois princípios que atrás expomos: histórico de registos e a existência de registos diferentes relativos ao mesmo objecto em cada categoria de informação. A utilização de tabelas dependentes permite a existência das relações de n registos em qualquer categoria, para apenas um registo de inventário, ou seja, vários autores, vários estados de conservação com datas diferenciadas, para o mesmo objecto. Assegurados estes princípios importa referir que este esquema de organização de dados permite uma evolução da estrutura de dados sem os condicionalismos existentes em outros¹⁴². A qualquer momento, havendo alteração das normas em vigor, podem ser acrescentadas categorias de informação que não alteram em nada o funcionamento da restante base de dados, melhorando assim o desempenho do sistema no inventário e registo de objectos.

Modelo da ficha de inventário de património móvel.

A ficha de objectos por nós proposta comporta as seguintes categorias de informação

Informação genérica do objecto

Identificação mínima do objecto com o número de inventário, que deverá ser obrigatório, e a designação a assumirem os campos principais. Os campos que devem compor esta categoria de informação principal são:

- **Número de inventário** – Campo alfanumérico de forma a permitir a introdução de acrónimos, utilizados comumente pelos museus, e de introdução obrigatória.
- **Designação** – campo alfanumérico que deverá recorrer a listagens de terminologia ou, sempre que possível, a thesauri existentes ou a criar pela instituição.
- **Descrição** – campo de texto alargado para introdução livre de informação relativa à descrição do objecto.

¹⁴² Em bases de dados documentais podem acrescentar-se campos, mas sempre condicionados à coerência existente na tabela e ao tamanho máximo permitido pelo motor de dados para a tabela em utilização. Neste caso as tabelas são de tamanho reduzido, dado que são relativa apenas a determinadas categorias de informação.

- **Imagem** – campo que permita apresentar a imagem do objecto ou, em alternativa, a localização física do ficheiro digital que a representa.
- **Data de registo** - data na qual é criado o registo do objecto na base de dados. Tanto quanto possível este campo deve utilizar as datas do sistema operativo em utilização, de forma a impedir erros de digitação.

Autorias/Produções

Identificação e registo da informação relativa aos autores e sua intervenção na criação ou produção dos objectos. Designamos esta categoria de informação como Autorias/Produções, porque entendemos que os dados sobre produção e autoria podem ser complementares em determinadas ocasiões e porque em determinadas situação apenas ocorre uma delas, sendo que a informação a reter, num e noutro caso, é bastante similar. Os campos que deverão existir nesta categoria são:

- **Autor/Entidade produtora** – campo onde se regista a designação da entidade que produz ou cria o objecto. Deverá recorrer à base de dados de entidades na qual ficarão registadas todas as informações complementares para cada uma das entidades utilizada no sistema de gestão de colecções.
- **Tipo de autoria/produção** – indicação, recorrendo a *thesauri* ou a lista de termos previamente definida, do tipo de intervenção que a entidade mencionada no campo anterior teve em relação ao objecto registado.
- **Data** – data, se conhecida, da produção ou criação do objecto. Embora os campos de data devam ser, tanto quanto possível, formatados para conterem datas, nas bases de dados de gestão de colecções esta situação é, muitas vezes, desaconselhável, pelo facto de muitas vezes ser impossível de determinar, dia, mês e ano da datação atribuída aos objectos. Existindo esta limitação tecnológica, o melhor é optar por um campo de texto nestes casos e normalizar, internamente, a forma como se introduz este tipo de informação.
- **Local** – local, se conhecido, onde foi criado ou construído o objecto. Este campo deverá utilizar uma tabela de termos relativa a lugares ou locais previamente criada pela instituição.

Classificações/Categorias

A categoria de informação relativa a classificações dos objectos ou, segundo a classificação vigente no Instituto Português de Museus (IPM, 1999), às categorias pelas quais se organizam os objectos nos museus tutelados pelo Estado central, pretende organizar as colecções e os objectos que as compõem segundo determinados critérios que se relacionam directamente com características comuns que se podem sistematizar. No caso das Normas Gerais de Inventário existem três grandes categorias denominadas Super Categorias, as quais se desdobram em Categorias e posteriormente em Subcategorias. A título de exemplo, verifique-se o exposto nas Normas de Inventário para Mobiliário, Categoria dependente de Artes Plásticas e decorativas (Super Categoria) que se desdobra nas Subcategorias de Mobiliário Civil e de Mobiliário Religioso (SOUSA, 2004: 17). A criação deste tipo de classificações terá que ter em conta um grupo/categoria de informação que permita o registo de objectos com mais do que uma categoria ou classificação distintas. O mesmo objecto pode ser classificado ou incluído em diversas categorias e este tipo de dados devem ficar registados no sistema. Os campos disponíveis nesta categoria de informação são:

- **Classificação/Categoria** – campo alfanumérico que deverá recorrer a listagens de terminologia ou, sempre que possível, a thesauri existentes ou a criar pela instituição. A utilização das Categorias do IPM deverá ter em conta o registo de informação estruturada em tabelas taxonómicas, ou seja, com registos pai (Super Categorias) e registos filho (Categorias) sem limite¹⁴³.
- **Justificação** – campo de texto que permitirá a inclusão de maior informação sobre a classificação atribuída no campo anterior.

Componentes

Não são todos os objectos que têm componentes. Uma simples gravura não terá mais do que a folha de papel onde é impressa como componente, no entanto, nos casos onde existam diversos componentes para um só objecto, como é o caso de um relógio, por exemplo, o registo da informação sobre cada uma das partes que compõem o todo do objecto é determinante para a boa documentação de uma colecção. Como objectos

¹⁴³ Este tipo de tabelas permite a criação de registos estruturados em árvore, ou seja, com dependências entre os registos que são criados, de acordo com o registo a partir do qual são criados.

compostos consideramos todos aqueles que tendo partes separáveis, não podem sem a sua presença, cumprir as funções para as quais foram criados. Seria possível ver as horas num relógio que, embora totalmente funcional no que diz respeito ao seu mecanismo, não tivesse os ponteiros de hora e minutos? Assim os campos existentes nesta categoria de informação são:

- **Tipo de componente** – indicação, através de thesauri ou de listagem de termos, do tipo de componente existente no objecto.
- **Número de componentes** – indicação do número de componentes existente relativamente ao tipo de componente inserido. Por exemplo, se o tipo de componente no relógio fosse “Ponteiro”, poderíamos indicar a existência de dois ou três, caso o relógio tivesse a indicação dos segundos.
- **Descrição** – campo de texto com a descrição detalhada de cada um dos componentes registados.

Colecções

Categoria de informação onde deverão ser registadas a(s) colecção(ões) à qual pertence, ou pertenceu, o objecto registado e os dados relativos a cada colecção. Os campos que compõem esta categoria de informação são:

- **Tipo de colecção** – campo que poderá recorrer a lista de termos ou *thesaurus* onde deverá ser feita a indicação do tipo de colecção, ou da designação da colecção em causa. Por vezes registam-se apenas as tipologias de colecção, mas em alguns casos encontramos objectos que têm como proveniência colecções que foram constituídas por determinada pessoa ou instituição e são, comumente, conhecidas pelo nome dessa pessoa ou instituição. A título de exemplo poderíamos citar a colecção de D. Fernando II, monarca conhecido pelo seu gosto pelas artes, ou Calouste Gulbenkian que legou a Portugal uma das melhores colecções de arte do mundo. Campo que deverá recorrer a lista de termos ou a *thesaurus*.
- **Lugar** – campo de texto que poderá recorrer a lista de termos ou *thesaurus* relativo a localizações geográficas onde se deverá registar o lugar de onde provém a colecção, ou por hipótese onde esta foi constituída. Algumas colecções

etnográficas apenas têm o lugar de proveniência como referência. Neste campo deve recorrer-se a listas de locais previamente definidas pela instituição ou a thesauri existentes.

- **Data** – campo de texto onde deverá ser registada a data na qual o objecto é relacionado com a colecção. Este campo de data, à semelhança do que acontece no campo de data da categoria de informação Autorias/Produções tem o constrangimento de não poder ser um campo de data normal dentro de uma base de dados, mas os registos nele introduzidos deverão ser normalizados em cada instituição.
- **Colector** – campo no qual deverão ser introduzidos os dados sobre a pessoa que colecccionou o objecto agora registado. Este campo deverá recorrer aos dados existentes na base de dados de entidades existente no sistema de gestão da colecção.
- **Método** – campo de texto onde deverá ser feita a descrição do método pelo qual é/foi constituída a colecção registada e os motivos que fazem com que o objecto pertença a esta colecção. Campo de texto alargado.

Cronologia

A categoria de informação relativa à cronologia do objecto permite introduzir todas as informações conhecidas sobre o objecto relativas a datas. A data de produção, as datas de acontecimentos significativos na história do objecto podem ser aqui registadas e posteriormente utilizadas na construção de um histórico cronológico dos objectos. Permitirá, através de comparações com outros objectos similares, perceber mais sobre a evolução de determinado conjunto de objectos ou mesmo de determinadas colecções. Os campos que compõem este grupo de informação são:

- **Data inicial** – campo de data onde deverá ser introduzida a data correspondente ao início do período no qual se desenrola a acção descrita no campo Acontecimento.
- **Data final** – campo de data onde deverá ser introduzida a data correspondente ao fim do período no qual se desenrola a acção descrita no campo Acontecimento.

- **Acontecimento** – indicação do acontecimento relevante na história do objecto que se baliza pelas datas atrás descritas. Deverá ser um campo de texto livre.
- **Período** – campo que utilizará uma tabela de termos ou *thesauri* normalizados com registos de períodos culturais que podem datar determinado acontecimento da história do objecto, ou de forma mais comum balizar a data da sua criação.
- **Data textual** – campo de texto que permita a introdução de datas em formato de texto, das quais são exemplo as menções a “finais do século XX” ou outras designações deste tipo.
- **Tipo de data** – indicação, através de tabela fechada, se os valores registados em datas são Datação exacta, Datação aproximada ou Datação duvidosa. Recorre a uma tabela com este tipos de data, ou outros que se entendam úteis.
- **Parte ou componente** – dado que muitas vezes as datas das diferentes partes de um objecto composto são diferentes das relativas ao objecto, a indicação da parte ou componente ao qual corresponde a data registada torna-se absolutamente necessária. Este campo deverá recorrer a uma lista de terminologia ou *thesaurus* relativo a componentes de objectos.

Designações

A par da designação principal do objecto é comum encontrarmos diferentes designações de carácter popular, científico, comercial, entre outros, relativas ao mesmo objecto. Um arado é também conhecido por charrua, uma determinada espécie tem a sua designação comum e a designação científica segundo a classificação proposta por Lineu, e por aí adiante. Neste sentido é necessário registar todas as designações pelas quais é conhecido um objecto e para isso reserva-se esta categoria de informação. Os campos que a constituem são:

- **Tipo de designação** – campo que recorre a lista terminológica com a indicação dos diferentes tipos de designação (Popular, Científica, Comercial, etc.) segundo critérios a definir pelo museu.

- **Designação** – campo que deverá recorrer à lista de termos ou *thesaurus*¹⁴⁴ relativo ao nome dos objectos. Neste campo deve ser utilizado o mesmo *thesaurus* que se utiliza no campo da designação principal do objecto na Categoria de informação genérica dos objectos, uma vez que a designação utilizada como principal em determinados objectos, pode muito bem ser uma designação de outro tipo para diferentes objectos e evitam-se assim duplicações de *thesauri* ou listas de termos sobre o mesmo assunto.

Descrições

A maioria dos sistemas de gestão de colecções que conhecemos não contam ainda com esta categoria de informação, porém a sua necessidade é sentida por diversos museus que têm de criar diferentes descrições de carácter técnico, ou direccionadas a determinados públicos e não têm local para o fazer. A par da descrição principal¹⁴⁵ é nesta categoria de informação que se descrevem, em diferentes formas e para distintos propósitos, os objectos. Compõem esta categoria de informação os campos:

- **Tipo de descrição** – lista de termos com a indicação do tipo de descrição que será registada no campo seguinte. Alguns exemplos de tipos de descrições são a descrição técnica ou funcional, descrição científica, descrição para interface *web*¹⁴⁶, entre outras.
- **Descrição** – campo de texto onde será introduzida a informação que pretende descrever o objecto, segundo determinado critério fixado pelo tipo de descrição que foi registado no campo anterior.

Dimensões

Dimensões ou medidas¹⁴⁷ é uma das categorias de informação que, no nosso entender, deveria ser tão obrigatória, como o número de inventário o é. É informação intrínseca a todos os objectos, ou seja, está presente em qualquer objecto e basta ter um instrumento de medição para que qualquer inventariante, segundo regras determinadas pelos museus

¹⁴⁴ Uma das possibilidades de *thesaurus* a utilizar neste caso é o *British Museum Object Name Thesaurus*. Cf. <http://www.mda.org.uk/bmobj/Objintro.htm> (consultado em 12-12-2006).

¹⁴⁵ Presente na categoria de informação genérica do objecto.

¹⁴⁶ Que permitirá disponibilizar a informação na *Internet* de acordo com uma comunicação mais eficaz e muitas vezes menos densa tecnicamente.

¹⁴⁷ Em alguns sistemas de gestão é referida esta categoria de informação por este termo.

para cada colecção¹⁴⁸, possa retirar as medidas mais apropriadas para uma eficaz gestão. Os campos necessários, segundo a normalização do CIDOC¹⁴⁹, para esta categoria de informação são:

- **Tipo de medida** – campo que recorre a lista de termos previamente construída pela instituição onde constarão os tipos de medida adequados ao registo desta informação para as colecções existentes. Altura, Largura, Comprimento, Profundidade, Peso, Densidade, Diâmetro, Área, etc., são alguns dos tipos de medida mais comuns. Este tipo de campo, que permite a introdução de diversos tipos de medida para cada colecção, possibilita o registo de quaisquer medidas que venham a ser importantes de referenciar para todo o tipo de objectos.
- **Valor** – campo numérico, com no mínimo duas casas decimais¹⁵⁰, onde será registado o valor encontrado nas medições do objecto.
- **Unidade de medida** – este campo, que deverá recorrer também a uma listagem auxiliar de termos, servirá para registar a unidade de medida que é utilizada na medição dos objectos. As unidades de medida (Centímetro, Milímetro, Metro cúbico, Metro quadrado, Quilograma, Grama, etc.) que o museu utilizará são determinadas pelo próprio museu e poderão ser diferentes para cada tipo de colecção registada, sendo que deverão ser utilizadas as mesmas unidades para o registo de informação de objectos similares.
- **Parte ou componente** – registo da parte ou componente do objecto ao qual é referente a medida registada nos campos anteriores. No caso de registos de medidas para a totalidade dos objectos este campo deverá ficar vazio, ou ter a indicação que se refere à totalidade do objecto.

Direitos

São vários os direitos legais associados a diferentes tipos de objectos. Direitos de imagem e de propriedade são os mais relevantes no âmbito do património cultural. Este

¹⁴⁸ Algumas das boas regras relativas à forma correcta de medição dos objectos podem ser encontradas nas mais diversas publicações relativas às Normas de Inventário do IPM.

¹⁴⁹ Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidemea.htm> (consultado em 12-12-2006).

¹⁵⁰ A indicação de casas decimais é importante, dado que muitas medidas não resultam em números inteiros, no entanto, cada instituição poderá optar por incluir, se tal for conveniente, mais casas decimais nestes campos.

tipo de informação condiciona a forma como a colecção pode e deve ser gerida, dado que algumas formalidades legais devem ser consideradas sempre que, por exemplo, seja solicitado o empréstimo de um objecto. Nesta categoria de informação devem ser registados todos os direitos atribuídos a cada objecto, existindo para tal os seguintes campos:

- **Tipo de direito** – indicação, segundo listagem de termos previamente criada, ou thesaurus, do tipo de direito atribuído ao objecto inventariado. Os tipos mais comuns são Direitos de Imagem, Direitos de Autor, Direitos de Propriedade, mas poderão ser incluídos nesta listagem todas as tipologias que cada instituição entenda como úteis.
- **Documento** – campo de texto no qual deve ser mencionado o documento legal que constitui o direito sobre o objecto mencionado no campo anterior.
- **Entidade** – campo que deverá recorrer à base de dados de Entidades, mencionada na estrutura geral da base de dados¹⁵¹, e no qual será registado o nome ou designação pela qual é conhecida a entidade que detém os direitos referenciados no campo Tipo de direito.

Entrada

A categoria de informação sobre entrada dos objectos deve ser utilizada para o registo de entradas de objectos independentemente de se tratar de depósitos, ou de entradas definitivas na colecção. O registo de entradas permite contabilizar a totalidade de objectos registados no sistema que se encontram no museu. Segundo o CIDOC¹⁵², os campos que deverão ser utilizados nesta categoria de informação são os seguintes:

- **Proprietário actual** – campo que recorre à base de dados de entidades, no caso a relativa ao tipo de entidade Proprietários, existente na estrutura apresentada, onde deverá ser indicado o proprietário do objecto à data de entrada no museu.
- **Depositante** – campo que recorre, à semelhança do anterior, à base de dados de entidades, sendo que aqui deverá ser utilizada a totalidade daquela base de

¹⁵¹ Cf. Anexo 7.

¹⁵² Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guideent.htm> (consultado em 12-12-2006).

dados, e onde deve ser registado o nome da entidade que efectua o depósito no museu.

- **Data de entrada** – campo de data onde deverá ser registada a data na qual o objecto entrou no museu.
- **Número de entrada** – campo alfanumérico (possibilitando a utilização de acrónimos) no qual deverá ser registado o código atribuído pelo museu que identificará o objecto na colecção. Este número ou código identificará o objecto para efeitos de gestão, substituindo o número de inventário no caso de objectos que não são propriedade da instituição¹⁵³.
- **Motivo** – campo de texto no qual deverão ser registados os motivos pelos quais o objecto deu entrada no museu. Se o museu o entender este campo pode ser estruturado para recorrer a uma listagem de termos que identificarão os diferentes motivos pelos quais os objectos dão entrada nos museus.

Estados

A categoria de informação relativa aos estados de conservação do objecto deverá ser utilizada para o registo de todos os tipos de estado que afectam os objectos das colecções. O estado de conservação químico e físico, o estado de conservação relacionado com a funcionalidade do objecto ou a descrição do comum estado genérico do objecto, comumente classificado por Bom, Razoável e Mau em grande parte dos museus portugueses, são exemplo do tipo de informação que esta categoria comporta. Os campos que a compõem são:

- **Estado** – campo que deverá recorrer a listagem hierárquica normalizada com a indicação dos estados normalmente utilizados pela instituição. Na maioria dos casos os museus optam por uma lista simples, na qual são utilizados apenas os registos Bom, Mau e Razoável, mas esta lista poderá ser bem mais complexa e incluir categorias para o estado de funcionamento dos objectos, ou a um nível mais específico registando os estados químico e físico dos objectos.

¹⁵³ Na normalização comumente utilizada em Inglaterra este código ou número corresponde ao *Entry Number*, conforme se pode consultar no SPECTRUM - *The UK Documentation Standard* (versão 3.0) (McKENNA, PATSATZI, 2005: 22).

- **Data de estado** – campo de data onde deve ser registada a data em que se verifica o estado registado no campo anterior. A estrutura de dados permite guardar o histórico de todos os estados de conservação observados para o mesmo objecto ao longo do tempo.
- **Descrição de estado** – campo de texto no qual se registará informação mais detalhada sobre cada estado observado no objecto. Este campo permitirá identificar de forma mais credível as patologias associadas a determinado estado de conservação.
- **Condições especiais** – campo de texto onde poderão ser registadas as condições específicas (de ambiente ou armazenamento, por exemplo) para que o objecto se conserve ao longo do tempo.

Incorporação(ões)

O registo de incorporação de um objecto numa colecção ou museu é obrigatório por lei¹⁵⁴ em Portugal e da mesma forma deveria ser obrigatório o preenchimento dos campos existentes na presente categoria de informação para todos os objectos que integram formalmente a colecção de qualquer museu. A mesma lei, no n.º 2 do artigo 13º, consagra as diferentes modalidades de incorporação que podem ser utilizadas no caso português. São elas a Compra, Doação, Legado, Herança, Recolha, Achado, Transferência, Permuta, Afectação permanente, Preferência e Dação em pagamento. Os campos que constituem este grupo de informação são:

- **Tipo de incorporação** – campo que recorre a lista fechada com os termos legalmente previstos e acima mencionados como modalidades de incorporação.
- **Data** – campo de data onde deverá ficar registada a data em que a incorporação se verifica.
- **Local** – campo de texto, ou campo que recorre a listagem de termos relativa a localizações geográficas, onde se registarão, caso se verifiquem, os dados do local de onde o objecto provém (nos casos de incorporação por Achado ou Recolha).

¹⁵⁴ Cf. Artigo 13º da Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004.

- **Proveniência** – campo que recorre à tabela de entidades, especificamente ao tipo de entidade Proprietários, para registar os dados da entidade que detinha, até ao momento da incorporação no museu, os direitos de propriedade legal do objecto.

Localização

À semelhança do que acontece com a categoria de informação Estados, a importância da possibilidade de registar n localizações para um só objecto é determinante nesta categoria. O historial dos locais pelos quais passam os objectos fica registado neste grupo de informação graças a essa possibilidade, através da qual podemos inserir um novo registo de localização na base de dados sem perder qualquer informação dos registos anteriores. Os campos existentes nesta categoria são:

- **Tipo de localização** – indicação, recorrendo a uma lista de termos, dos diferentes tipos de localização existentes em cada museu. Normalmente os museus consideram desde logo dois diferentes tipos: localização externa e localização interna. Abaixo deste primeiro nível surgem distintas organizações da informação que reflectem a organização espacial do museu. Um exemplo de localização interna poderia ser o seguinte: Interna/Reserva/Metais ou Interna/Reserva/Caixa forte.
- **Localização** – indicação, em campo de texto, do local exacto onde se encontra o objecto. Neste campo deve ser indicada a posição de um objecto numa prateleira, por exemplo, ou a gaveta do armário onde está armazenado.
- **Data** – campo de data onde se registará a informação relativa ao dia, mês e ano referente à localização registada nos campos anteriores. Este campo deverá permitir encontrar qualquer localização num intervalo de datas, por exemplo.
- **Localização habitual** – indicação, através da utilização de um campo boleano, caso se trate da localização na qual é habitual o objecto se encontrar.

Marcas/Inscrições

Uma outra categoria de informação que diz respeito à informação intrínseca dos objectos é a de Marcas e Inscrições que neles são encontradas. Nesta categoria deverão

ser registados os sinais encontrados nos objectos que os tornam únicos e que muitas vezes permitem a identificação de informação adicional (autorias, locais de produção, decorações utilizadas em determinados contextos culturais, etc.). Os campos que constituem esta categoria de informação são:

- **Tipo de marca/inscrição** – campo que recorre a listagem de termos ou *thesaurus* onde se encontram tipificadas as diferentes marcas ou inscrições que podem ser encontradas nos objectos. Assinaturas, punções de ourives, datas, diferentes tipos de decoração são alguns dos exemplos de informação que este *thesaurus* pode conter.
- **Texto** – campo de texto onde deverá ser reproduzido na íntegra o texto (nos casos em que se verifica a existência de texto) encontrado no objecto. A informação pode ser um simples nome numa assinatura, ou nos casos de Epigrafia, para citar um exemplo, ser um texto bem mais complexo. Esta categoria de informação terá que recorrer variadas vezes à utilização da imagem para a identificação das marcas e inscrições encontradas, dado que tecnologicamente existem alguns problemas na utilização de determinados caracteres de outras línguas¹⁵⁵.
- **Descrição** – campo de texto que permitirá, nos casos em que não seja possível registar o texto pelos motivos atrás apresentados, registar a informação que permitirá identificar em pesquisas futuras a marca ou inscrição registadas no primeiro campo deste grupo.
- **Posição** – campo de texto que permitirá identificar o local onde se encontra a marca/inscrição no objecto.
- **Língua** – campo que recorre a lista de termos com as línguas conhecidas, ou pelo menos as mais comuns em determinada colecção, para registar a que é utilizada na marca ou inscrição presente no objecto.
- **Tradução** – campo de texto que possibilitará a tradução do texto presente na inscrição ou marca e consequentemente a sua melhor compreensão.

¹⁵⁵ Imagine-se o caso de alguns caracteres árabes num sistema que utilize o alfabeto latino, ou em casos em que se teriam que registar caracteres de escrita cuneiforme criada e utilizada pelos Sumérios por volta de 3500 a. C.

Materiais

A presente categoria de informação permite a introdução de informação sobre todos os materiais possíveis de identificar num objecto. Para obter melhores resultados na utilização desta categoria de informação é aconselhável a utilização de *thesauri* já construídos e que têm sido utilizados com sucesso em diferentes museus. Um dos *thesaurus* mais utilizados a nível internacional é o criado pelo Museu Britânico designado por *The British Museum materials thesaurus*. Sabemos que este *thesaurus* é já utilizado em algumas instituições portuguesas¹⁵⁶. Na normalização existente no CIDOC são registados nesta categoria de informação os dados referentes à técnica, contudo, decidimos atribuir as Técnicas utilizadas na criação/produção dos objectos uma categoria de informação separada para melhor estruturação da informação em base de dados. Os campos necessários, segundo o CIDOC¹⁵⁷, para esta categoria de informação são:

- **Tipo de material** – campo que deverá recorrer à utilização de *thesauri* ou listas de terminologia de forma a melhor organizar os diferentes tipos de material encontrados nos objectos. No *thesaurus* do Museu Britânico¹⁵⁸ existem três grandes categorias de materiais, as quais se ramificam alcançando um nível de especificação muito elevado. São eles Materiais orgânicos, Materiais inorgânicos e Materiais transformados (*Processed materials* no original). Dentro de cada um destes três podem ser criadas estruturas hierárquicas de materiais que permitem especificar exactamente o material encontrado no objecto, ou nos casos de inexactidão determinar, pelo menos, um nível mais geral de classificação dos materiais. Imaginemos que não seria possível determinar a liga metálica encontrada num determinado objecto sem uma análise química, por exemplo. Neste caso o inventariante poderia sempre registar que se tratava de Material transformado/Liga metálica, deixando para mais tarde a especificação da liga metálica ou da sua composição química.
- **Parte ou componente** – campo de texto que também poderá recorrer, caso o museu assim o entenda, a uma lista de termos relativa a componentes ou partes

¹⁵⁶ Segundo o Manual de Procedimentos do Sistema de Informação dos Museus de Cascais é este o *thesaurus* utilizado para a classificação dos materiais encontrados nos objectos em utilização nos museus da Câmara Municipal da referida cidade. (Documento interno da Câmara de Cascais).

¹⁵⁷ Cf. <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guidemat.htm> (consultado em 12-12-2006).

¹⁵⁸ Cf. <http://www.mda.org.uk/bmobj/Objintro.htm> (consultado em 12-12-2006).

de objectos, no qual deve ser registado a parte do objecto ou o seu componente onde se encontra a matéria registada no campo anterior.

- **Cor** – campo que poderá e, tanto quanto possível, deverá recorrer a determinado *thesaurus* de cores, como por exemplo o Pantone¹⁵⁹, para efectuar o registo das cores dos materiais encontrados nos objectos.

Numerações

A história das colecções e da sua gestão diz-nos que este é um grupo de informação que deverá ser sempre considerado em qualquer sistema de gestão de património cultural. Números de cadastro, números de exposição, números de entrada, números de campo, antigos números de inventário, números atribuídos em inventários produzidos em tempos pela administração fiscal, são alguns dos incontáveis exemplos de diferentes numerações relacionadas, em determinado período, com os objectos e colecções a que estes pertencem. Várias vezes se encontram em Portugal casos nos quais se verificam, num curto espaço de tempo, alterações ao número de inventário utilizado na mesma instituição. Este facto reflecte, por sua vez, algumas tentativas de implementação de melhores práticas museológicas no tratamento da informação sobre os objectos. Assim esta categoria de informação permite traçar a história das numerações atribuídas ao longo do tempo para cada objecto. Os campos existentes neste grupo de informação são:

- **Tipo de numeração** – indicação, utilizando uma lista de termos, ou mesmo *thesaurus*, do tipo de numeração ao qual corresponde determinado número encontrado no objecto. Alguns exemplos de numerações mais comuns são os Números de campo, ou os Número de inventário antigos.
- **Número** – campo de texto alfanumérico, de forma a permitir o registo de números que são constituídos por uma parte numérica e um acrónimo, por exemplo.
- **Data da numeração** – campo de texto¹⁶⁰ no qual deve ser indicada, o mais precisa possível, a data relativa à numeração registada nos campos anteriores, de

¹⁵⁹ Pantone é uma marca comercial registada que tem um formato normalizado para definição de cores.

¹⁶⁰ Como já referimos atrás, alguns dos campos que supostamente deveriam ser campos de data, não o podem ser para permitir a introdução de datas em formatos que não o de dia, mês e ano.

tal forma que seja possível identificar o número atribuído a um objecto em determinada altura da sua existência.

Técnicas

Como referimos no grupo de informação relativo a Materiais decidimos, na proposta de normalização que agora apresentamos, separar as Técnicas, constituindo uma categoria de informação específica para o registo desta informação. As técnicas de criação e produção de objectos podem ser muitas vezes confundidas com os materiais nelas utilizados, mas é nossa crença que uma e outra constituem distinta informação que pode e deve ser estruturada de forma independente. Afinal uma gravura pode apresentar os mesmos materiais que uma outra (papel como suporte e a tinta) e a técnica utilizada na criação das duas ser completamente distinta. Os campos que compõem este grupo de informação são:

- **Técnica** – campo que recorrerá a um *thesaurus* com as técnicas utilizadas na criação e/ou produção dos objectos.
- **Parte ou componente** – campo de texto, ou campo que recorrerá a uma lista de termos ou *thesaurus*, com as partes dos objectos e os seus componentes.

Títulos

Categoria de informação comumente utilizada nas Artes e Artes decorativas onde deverão ser registados os dados referentes aos diferentes títulos que um objecto pode ter. Título atribuído pelo autor, título comum, título atribuído por estudo, etc. são alguns dos exemplos que podemos referenciar neste caso. Os campos existentes nesta categoria para o registo de informação são:

- **Tipo de título** – indicação, segundo lista de termos previamente construída, dos diferentes tipos de título encontrados nas colecções
- **Título** – campo de texto onde deve ser registado o título atribuído ao objecto.
- **Data** – campo de texto relativo à data em que o título registado no campo anterior foi atribuído ao objecto registado.

- **Língua** – campo de texto, que poderá recorrer a uma lista de termos ou *thesaurus* de línguas existentes, onde deverá ficar registada o idioma de origem do título do objecto.
- **Tradução** – campo de texto onde poderá ser feita, caso seja necessário, a tradução do título para o idioma utilizado na base de dados.

Apesar de se estruturarem em categorias de informação distintas e separadas entre si, existem aspectos comuns que importa reter sobre esta estrutura de dados. Em primeiro lugar, todas as categorias de informação deverão ter os formatos dos campos utilizados normalizados, ou seja, ao campo de texto utilizado na descrição em Informação genérica, devem corresponder as características (em termos de tamanho e formatação) dos campos semelhantes encontrados nas restantes categorias de informação propostas. Esta normalização deve ser feita na criação da base de dados e deve ser extensível à designação técnica das tabelas e campos que as compõem.

Um outro aspecto é a existência obrigatória em cada uma das categorias de informação de um campo com a identificação do utilizador que insere e/ou altera a informação no sistema de gestão e as datas em que uma ou outra acção ocorre. Este campo poderá ser criado directamente pela aplicação se for utilizado um sistema de autenticação (no motor de dados ou através do sistema operativo utilizado) que permita identificar o utilizador no início de cada sessão de trabalho na base de dados. Hoje em dia é comumente utilizado, em plataformas Windows, um sistema designado por *Active Directory*¹⁶¹ que permite gerir as permissões de determinado utilizador do sistema para qualquer programa a correr sobre esta plataforma tecnológica.

Finalmente um outro aspecto que deverá ter sido em conta, principalmente na elaboração de normas de procedimentos, mas que julgamos ser importante referir desde já, é a criação regras na introdução da informação que permitam uma leitura mais fiel e concreta dos dados através das pesquisas que mais tarde serão efectuadas. Uma dessas regras prende-se com a criação de termos nas listas de terminologia, ou nos *thesauri* que possibilitem a identificação de situações nas quais a informação não é possível de

¹⁶¹ Cf. O *website* da Microsoft sobre este tipo de tecnologia que é normalmente instalado em grandes sistemas e infra-estruturas de redes informáticas adequadas a este tipo de situação. <http://www.microsoft.com/windowsserver2003/technologies/directory/activedirectory/default.msp> (consultado em 02-03-2007).

determinar ou é desconhecida¹⁶². Outra dessas regras prende-se com a introdução de datas com um formato pré-definido, mesmo nos campos de texto utilizados para registar este tipo de informação quando se desconhece algum dos dados da data. É o caso de introdução de uma data da qual só conhecemos o ano e que poderia ser registada, para possibilitar ordenações e pesquisas de datas, da seguinte forma: 1999-00-00 (correspondendo os zero aos dados de mês e dia desconhecidos).

Assim sendo seria possível determinar a obrigatoriedade de inserção de informação em cada uma das referidas categorias de informação. Obrigação essa que permitiria obter um inventário mais completo sobre as colecções à guarda do museu e, conseqüentemente, melhoraria a sua gestão. A informação obrigatória neste tipo de base de dados é, frequentemente, contraproducente. É comum verificarmos, em campos de introdução obrigatória, dados aleatórios, muitas vezes em forma de um ponto ou outro carácter qualquer, que têm como único objectivo permitir a conclusão da inserção de dados. A existência de termos como Indeterminado ou Desconhecido evitariam esse problema e possibilitariam, no futuro, uma análise mais profunda às necessidades de estudo da colecção¹⁶³.

A necessidade de limitação das categorias de informação às estritamente necessárias para uma primeira construção da estrutura de dados que propomos, justifica-se, na nossa opinião, nos dados recolhidos no inquérito relativos ao fraco desempenho na documentação das colecções por parte dos museus. Recordar-se que apenas 19, 67%¹⁶⁴ do número total dos objectos existentes nos museus inquiridos se encontram inventariados, sendo que desse mesmo total, apenas 10,44%¹⁶⁵ se encontram registados em base de dados e, assim sendo, há que assumir um modelo de dados que permita registar facilmente a informação básica e, segundo os resultados do inquérito, mais relevante em termos de registo primário de informação. A ter de optar pela criação, ou mesmo adopção de um modelo já existente como o SPECTRUM¹⁶⁶, de um sistema normalizado complexo e que demorará certamente algum tempo até ser perfeitamente

¹⁶² Utilizando os termos “Indeterminado” ou “Desconhecido” em cada uma das listas ou *thesauri* em uso para este tipo de situações.

¹⁶³ Através de uma pesquisa para encontrar todos os registos que tivessem os termos “Indeterminado” ou “Desconhecido” em qualquer uma das categorias de informação propostas, obtinham-se os objectos que necessitam de um estudo mais aprofundado para conseguir determinar a existência, ou não, desse tipo de informação.

¹⁶⁴ Cf. Gráfico 8.

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ Cf. <http://www.mda.org.uk/stand.htm> (consultado em 12-02-2007).

enraizado no panorama museológico português e entre um sistema mais básico, mas que permita a qualquer museu o registo e gestão da informação relacionada com as colecções que tem a seu cargo, optamos claramente, nas circunstâncias actuais, por implementar um sistema mais simples, mas que ao mesmo tempo dê garantias para a transição eficaz num futuro que se pretende, como é óbvio, o mais próximo possível.

Contudo, não podemos deixar de frisar que para além das categorias de informação que apresentamos neste modelo de dados, existem outras, porventura mais específicas e direccionadas para determinadas colecções, que poderão e deverão ser utilizadas pelos museus, seguindo todavia a estrutura adoptada para a presente proposta, isto é, cada categoria de informação constitui um grupo de campos (tabela) relativo a determinado tipo de dados no qual se permite a introdução de vários registos para o mesmo objecto.

Essas outras categorias de informação podem ser encontradas numa breve consulta a qualquer uma das normalizações de âmbito mais alargado às quais tivemos, no âmbito do presente estudo, acesso. O *SPECTRUM - The UK standard for documentation in museums*¹⁶⁷, a *Normalización Documental de los Museos* de Espanha (CARRETERO, 1998), as *Categories for the Description of Works of Art (CDWA)*¹⁶⁸ da *Art Information Task Force* fundada dentro do J. Paul Getty Trust, o *Méthode d'inventaire informatique des objets beaux-arts et arts décoratifs*¹⁶⁹ da *Direction des Musées de France*, entre outros de menor relevância, apresentam um conjunto de outras categorias de informação que poderíamos incluir na nossa proposta. Dados específicos sobre Numismática como a posição relativa de cunhos, ou a oficina e a entidade emissora do numisma, ou dados específicos sobre classificações de estilo ou iconográficas ou mesmo informações de escavação relacionadas com objectos arqueológicos poderiam (e são-no em diversos sistemas de gestão comercializados entre nós) constar no desenvolvimento do modelo de dados aqui apresentado.

Decidimos não os incluir pelos motivos já apresentados e, ao mesmo tempo, por considerarmos que a discussão deste tema é ainda muito rara no contexto museológico nacional, acontecendo apenas em algumas conferências organizadas para o discutir no âmbito do projecto de uma só instituição ou referindo-se apenas a determinadas

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Cf. http://www.getty.edu/research/conducting_research/standards/cdwa/index.html (consultado em 02-01-2007).

¹⁶⁹ Cf. <http://www.culture.gouv.fr/documentation/joconde/fr/partenaires/AIDEMUSEES/aide-musees.htm> (consultado em 02-01-2007).

colecções e tipologias de objectos. Em todo o caso importa referir que nos últimos anos este assunto foi debatido pela Associação Profissional de Arqueólogos, num workshop¹⁷⁰ dedicado ao tema do registo de informação obtida em contexto arqueológico e num outro encontro¹⁷¹ organizado pela Fundação Eugénio de Almeida, no âmbito do trabalho que desenvolve no inventário da Diocese de Beja, e a breve prazo estão previstos dois outros encontros sobre esta temática organizados pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e pela Diocese do Porto.

A escolha destas categorias de informação deve ser então entendida como um mínimo denominador comum que deverá ser utilizado por todos os museus, independentemente dos sistemas de gestão que utilizem e que deverá ser adoptado pelas tutelas tendo em vista a certificação do trabalho de inventário nos museus e ainda, numa perspectiva qualitativa, a aferição das competências dos sistemas de inventário comercializados ou em uso no país. A obrigatoriedade de utilização destas categorias de informação permitiria também uma normalização da informação sobre as colecções colocada *online* e a sua transversalidade, ou seja, independentemente do sistema de gestão utilizado seria possível ter numa plataforma, ou em várias, a informação de qualquer base de dados que realmente seguisse esta ou outra norma adoptada.

Por fim importa também, ainda na normalização de estrutura de dados, abordar as questões relativas às restantes tarefas que integram a presente proposta.

Não as incluímos como categorias de informação na dependência directa de objectos por sabermos que numa estrutura de dados relacional podemos ter distintas bases de dados relacionadas entre si, de acordo com especificações criadas aquando da construção do modelo, ou posteriormente, recorrendo ao *software* de gestão que deverá disponibilizar as ferramentas necessárias para este efeito.

O grupo de tarefas designado por **Eventos** inclui todas as fichas necessárias para registar a informação relativa a determinados acontecimentos que se relacionam com um objecto ou um conjunto de objectos ou, ainda, com a colecção inteira. Dentro desta tarefa deverão ser registadas as acções de conservação preventiva ou restauros, as

¹⁷⁰ **Documentação e sistemas de informação de registos arqueológicos** – Auditório do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa 11 e 12 de Novembro de 2005 organizado pela Associação Profissional de Arqueólogos.

¹⁷¹ **Workshop Inventariar para Conhecer** – Fórum Eugénio de Almeida, Évora 11 e 12 de Novembro de 2005 organizado pela Fundação Eugénio de Almeida.

exposições, os movimentos e informação a eles associada, como por exemplo, contratos de seguros, pedidos de empréstimos, reproduções de objectos ou ainda os dados de uma operação de abate de um ou mais objectos. A definição da estrutura de dados para cada uma das tarefas apresentadas é uma matéria que necessita de uma profunda análise e reflexão aos métodos de trabalhos nos museus e que não foi objectivo deste estudo, sendo porém um tema que teremos que abordar adiante na reflexão que faremos sobre a normalização de procedimentos na gestão das colecções museológicas.

Modelo da ficha de entidades relacionadas com objectos

Já a tarefa de Entidades é mais simples de estruturar. Basta recorrer a qualquer software de gestão de contactos, como o *Microsoft Outlook*, ou o *Address Book* que vem instalado de raiz em sistemas Apple, para perceber quais os campos necessários para uma base de entidades que será relacionada com a de objectos nos campos cuja informação diga respeito a qualquer tipo de entidade, como por exemplo, Proprietário ou Autor. A ligação entre esta base de dados e os campos que a ela recorrem deve ser feita na própria estrutura de dados, de forma a impossibilitar qualquer introdução de informação não relacionada com a entidade pretendida. A estrutura da base de dados de entidades poderá ser similar à que apresentamos em seguida:

Entidade – informação genérica

- **Designação** – campo onde deverá ser introduzido o nome da entidade. Neste campo deve existir uma possibilidade de formatação do nome para que possa aparecer, em distintos sítios, com formatações diferentes. Por exemplo se tivermos um autor de uma pintura que é ao mesmo tempo autor de uma monografia, será benéfico que o seu nome possa aparecer, no segundo caso, conforme as tradicionais normas de citação bibliográfica (Ex: MATOS, Alexandre – para o segundo caso – e Alexandre Matos (1972 -)¹⁷² para o primeiro.)
- **Data de registo** – campo de data onde o sistema deverá inserir a data em que é acrescentada a entidade na base de dados.

Cronologia

¹⁷² No caso de se pretender registar as datas de nascimento e morte da entidade.

Categoria de informação onde será inserida toda a informação biográfica conhecida sobre a entidade registada. Os campos que deverá conter são:

- **Data inicial** – campo de data no qual deve ser introduzida a data de início do acontecimento que se pretende registar.
- **Data final** – campo de data no qual deve ser introduzida a data de conclusão do acontecimento que se pretende registar.
- **Data textual** – campo de texto a ser utilizado nos casos em que é necessário registar um período cronológico sem datas precisas (Ex. “Inícios do Século XX”)
- **Acontecimento** – campo de texto onde devem ser registados os acontecimentos relevantes da vida ou obra da entidade registada.

Contactos

Categoria de informação de entidades referente à informação dos contactos da entidade. A utilizar nos casos de entidades para as quais esta informação seja relevante. No caso de um artista morto, esta informação não será relevante. Os campos que deverá conter são:

- **Morada** – campo de texto que permita a introdução da morada da entidade.
- **Localidade** – campo que poderá recorrer a uma lista de termos relativos a localização geográfica para indicar a localidade da morada da entidade.
- **Código postal** – campo que poderá recorrer às diferentes listagens de códigos postais que são disponibilizadas pelos operadores de serviços postais de todo o mundo para a introdução do código postal da morada da entidade.
- **País** – campo que serve para indicar o país de residência, ou contacto, da entidade registada, podendo servir-se de uma lista de países criada previamente.
- **Telefone** – campo de texto para registar o contacto telefónico da entidade.
- **Fax** – campo de texto para registar o contacto de fax da entidade.

- **Telemóvel** – campo de texto para registar o contacto telefónico móvel da entidade.
- **E-mail** – campo de texto para registar o endereço electrónico utilizado pela entidade.

Outros nomes

Categoria de informação onde podem ser registados os diferentes nomes atribuídos a determinada entidade, como é o caso dos pseudónimos. Os campos que compõem esta tarefa são:

- **Nome** – campo de texto no qual deverá ser indicado o outro nome atribuído à entidade.
- **Justificação** – campo de texto que deverá ser utilizado para justificar a informação introduzida no campo anterior.

Tipo de entidade

Categoria de informação que permite, através da atribuição de diferentes tipos a uma só entidade, a não duplicação da mesma entidade em diversas tabelas distintas de Autores, Proprietários, Inventariantes, etc. Os campos existentes nesta categoria são:

- **Tipo de entidade** – campo que recorrerá a tabela previamente discutida e criada com todos os tipos de entidade que cada instituição prevê necessitar no inventário e gestão das colecções.

Um bom sistema de gestão de colecções será aquele que conseguir integrar esta base de dados de entidades na utilização geral da aplicação evitando, com este tipo de estrutura, a repetição de dados que aconteceria se os campos de entidades fossem sempre preenchidos em cada um dos registos de objecto. Por outro lado, a adopção deste sistema previne e evita erros de introdução de dados¹⁷³, dado que a informação sobre a entidade é apenas introduzida uma única vez e depois será utilizada em todos os objectos que com ela estejam relacionados.

¹⁷³ Erros de digitação de caracteres e mesmo erros ortográficos, uma vez que a sua correcção é feita através de uma ficha única que poderá ser corrigida a qualquer altura.

O esquema apresentado em seguida permite uma melhor percepção do funcionamento das entidades quando integradas num sistema deste tipo.

Proposta de esquema de dados - Entidades

Definição de estrutura da tabela de entidades e dependências de outras tarefas

Linha = relação de *n* registos em cada grupo para 1 objecto
 Linha com seta = Ligação a outras tarefas cujos campos utilizam a tarefa Entidades para introdução de dados

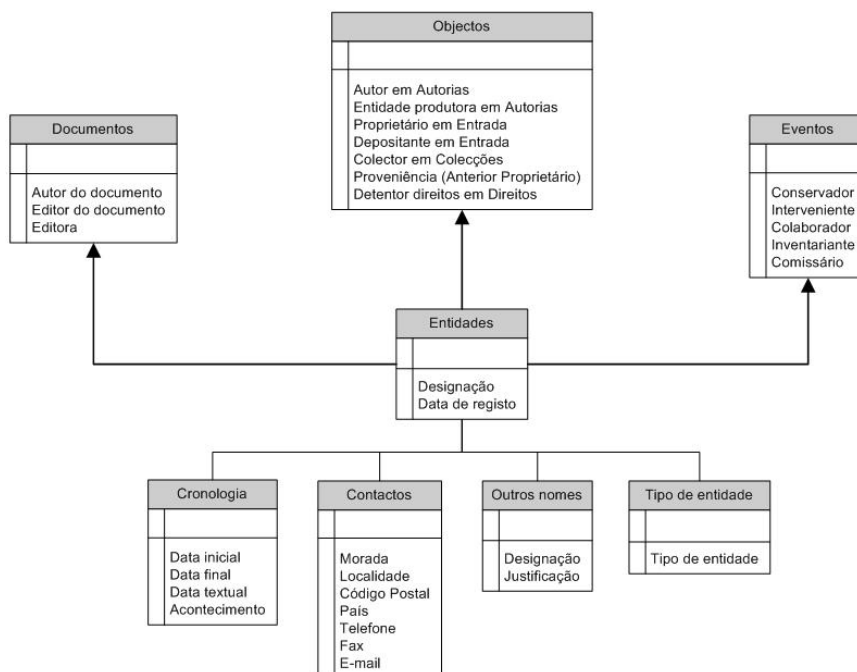


Ilustração 3

Para último deixamos as tarefas relativas à documentação¹⁷⁴ que se relaciona com os objectos e os *thesauri* e/ou listas de terminologia que são utilizados de forma corrente para a organização e gestão da linguagem que é utilizada nas categorias de informação do sistema de gestão. Um e outro conjunto de tarefas¹⁷⁵ foram alvo de um processo semelhante ao que aqui apresentamos de criação de normas¹⁷⁶ há algumas dezenas de anos atrás e por este motivo remetemos a criação da estrutura de dados relativa aos documentos para a que é utilizada nas bibliotecas (Cf. o exemplo da PORBASE¹⁷⁷) e,

¹⁷⁴ Por documentos entenda-se bibliografia, documentos gráficos, cartografia, documentos de arquivo, epistolografia, entre outros que de alguma forma sejam relevantes para o estudo, classificação e divulgação das colecções.

¹⁷⁵ Consideramos um e outro conjunto de tarefas pelo facto de no mesmo sistema poderem ser utilizados distintos *thesauri* e, também, pela existência de distintos tipos de documentação que se podem relacionar com os objectos ou as colecções e a sua gestão.

¹⁷⁶ É sabido que as Bibliotecas e os Arquivos contam há já alguns anos com normas estabelecidas internacionalmente e em uso em Portugal há vários anos com bastante sucesso.

¹⁷⁷ Cf. <http://pesquisa.bn.pt/> (consultado em 10-01-2007).

nos casos de documentação de arquivo, para a normalização utilizada nos arquivos portugueses¹⁷⁸.

Aliás, julgamos mesmo ser melhor que neste contexto se caminhe no sentido da interligação entre as normas, de forma a que o trabalho desenvolvido separadamente em bibliotecas, arquivos e museus possa vir a ser utilizado e referenciado em conjunto ou por qualquer das instituições supra citadas. Para tal bastaria que existisse uma simples ligação entre as bases de dados referidas, de acordo com normas como a *Z3950*¹⁷⁹ ou o *Heritage Connect*¹⁸⁰, para citar apenas alguns exemplos, que permitisse aos museus utilizar a informação que é carregada por profissionais habilitados para o fazer nas bibliotecas e arquivos. O contrário também podia ser válido, isto é, da mesma forma, bibliotecas e arquivos também poderiam referenciar objectos e a sua informação.

No que diz respeito aos *thesauri* a sua normalização é ainda mais simples. Existem duas normas ISO para a construção de *thesauri*, a ISO 2788:1986¹⁸¹ para a construção e desenvolvimento de um *thesaurus* utilizando apenas uma língua e a ISO 5964:1985¹⁸² para a construção e desenvolvimento de *thesauri* multilíngues que devem ser, uma vez que se tratam de normas internacionais, a base da construção de uma ferramenta que permita a gestão e controlo da terminologia associada a qualquer sistema de gestão de colecções.

A estrutura de dados é um passo essencial no desenvolvimento de normas para a gestão e documentação do património cultural. A sua inexistência impossibilita o desenvolvimento de sistemas coerentes e assentes em pressupostos comuns na gestão de colecções, por outro lado, dificulta o trabalho que os museus necessitam de realizar nesta área e no futuro, e aqui talvez esteja o ponto principal da questão, torna inviável a utilização da informação, registada sem regra, em plataformas de comunicação¹⁸³

¹⁷⁸ Cf. as distintas normas que são apresentadas na página dos Arquivos Nacionais. http://www.iannt.pt/instituto.html?menu=menu_organizar_arquivos&conteudo=normas&conteudo_nome=Normas (consultado em 10-01-2007).

¹⁷⁹ Cf. http://www.niso.org/standards/resources/Z3950_Resources.html (consultado em 12-01-2007).

¹⁸⁰ Cf. <http://www.inherit.co.uk/heritage/connect.htm> (consultado em 12-01-2007).

¹⁸¹ Cf. a página na qual é disponibilizada toda a informação sobre este *standard*. <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=7776&ICS1=1&ICS2=140&ICS3=20> (consultado em 12-01-2007).

¹⁸² Esta norma deve ser vista como uma extensão à ISO 2788:1986 e usada como seu complemento, dado que a maioria dos procedimentos e as recomendações daquela norma se aplica à construção de *thesauri* multilíngues. Cf. <http://www.iso.ch/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=12159&ICS1=1&ICS2=140&ICS3=20> (consultado em 12-01-2007).

¹⁸³ Motores de pesquisas *online*, protocolos de comunicação entre distintas bases de dados, exportação de dados para outros sistemas, etc.

internas ou externas ao museu. Assim, esperamos contribuir com este trabalho para a discussão mais alargada sobre este tema, na certeza porém de que muito trabalho ainda se encontra por realizar.

Normalização de conteúdos

A normalização de conteúdos, à semelhança do que acontece com a norma de estrutura de dados, tem tido alguns desenvolvimentos pontuais e específicos em Portugal. É conhecido o esforço que tem vindo a ser feito neste sentido pelo organismo governamental que tem a responsabilidade de definir políticas e estratégias de actuação para os museus (IPM), com a publicação no âmbito das normas de inventário e dos catálogos de algumas das colecções nas quais são definidos os termos mais apropriados para utilizar no registo da informação sobre determinadas colecções.

Foi também publicado, em 2004, o *Thesaurus – Vocabulário de Objectos de Culto Católico*, pela Fundação Casa de Bragança no contexto de um projecto internacional designado *Thesaurus multilingue del corredo ecclesiastico*, que teve início na década de 1990, sob a responsabilidade do *Ministero per i Beni e la Attività Culturali*, e que constitui um exemplo a seguir, dentro do contexto europeu, para a criação de *thesauri* multilíngues. Este projecto foi coordenado pela Professora Doutora Natália Correia Guedes da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e, no caso português, consistiu numa tradução dos termos comuns às diversas línguas (Francês, Italiano e Português) e na introdução de vocábulos específicos da realidade nacional, “(...) designadamente os que se referem aos objectos que eram utilizados nas Misericórdias ou os do cerimonial presidido pelo Patriarca de Lisboa (a quem foram conferidas pelo papado, no século XVIII, prerrogativas únicas na Europa)(...)” (GUEDES, 2004: 15) sempre de acordo com a norma ISO 5964 que regula a criação dos *thesauri* de várias línguas, como atrás referimos.

Também os museus da Direcção Regional de Cultura dos Açores são um bom exemplo nesta matéria. Segundo dados obtidos nas suas respostas ao inquérito verificamos que a par da implementação do sistema de gestão de informação, foi criado um conjunto de *thesauri*¹⁸⁴ com o objectivo de normalizar e aferir a terminologia utilizada.

Existem também alguns museus, dos quais temos conhecimentos por motivos profissionais, que utilizam *thesauri* internacionais como matriz para a construção dos

¹⁸⁴ **THPEA** – Etnologia, Antropologia, **THMUSA** – Bens Museológicos, **THMAC** – Macrothesaurus, **THEUR** – Eurovoc, **THMDE** – Descritores para Museus, **THCDU** – Classificação Decimal Universal, **THMAU** – Autorias em Museus, **THGEO** – Geografia, **THMCL** – Class. Especificas em Museus, **THMINS** – Instituições para Museus, **THNUC** – Núcleo Museológicos.

seus próprios, ora fazendo simples traduções dos termos adoptados, ora utilizando a estrutura dos *thesauri* já publicados e utilizados com sucesso, para a construção das estruturas terminológicas que pretendem utilizar para organizar os conteúdos inseridos nos seus sistemas de gestão.

Um outro projecto, coordenado pela empresa Sistemas do Futuro com a colaboração de algumas entidades que utilizam os sistemas de gestão desenvolvidos por aquela empresa, tem como objectivo discutir os vocabulários utilizados pelas diversas instituições para construir, através da experiência dos diversos museus, um futuro *thesaurus* a disponibilizar com as diferentes aplicações.

A par destas iniciativas meritórias, mas repito pontuais, encontramos projectos e preocupações europeias na construção de *thesauri* multilíngues, justificadas pelo enorme número de línguas oficiais da União Europeia, que tendem a estimular cada vez mais a participação dos países. Portugal tem tido uma participação pouco activa, não conhecendo nós à altura em que escrevemos este texto nenhum *thesaurus* criado especificamente para a área de museus e das suas colecções, exceptuando o caso específico dos Açores já mencionado. Porém temos tido uma participação dentro do projecto MINERVA¹⁸⁵, ao qual apresentamos um conjunto de projectos¹⁸⁶ que se encontram em execução e que são de extrema relevância na digitalização do património cultural e na sua interoperabilidade com outros sistemas europeus. No âmbito deste projecto europeu existe um grupo de trabalho, designado por *Inventories, discovery of digitised content, multilingualism issues*, dentro do qual, fruto do trabalho do subgrupo *Multilingualism and thesaurus*, foi criado um documento¹⁸⁷ que promove a importância dos *thesauri* multilíngues na disponibilização dos conteúdos relativos ao património cultural, apresentando algumas das boas práticas para a sua criação. Recordamos também que dentro da Comissão Europeia no âmbito da *European Heritage Network*, rede na qual Portugal participa com representação através do Ministério da Cultura, é produzido um *thesaurus* multilíngue¹⁸⁸ que se encontra disponível em Inglês, Espanhol, Francês, Búlgaro, Húngaro, Holandês, Croata, Alemão, Grego, Lituano, Polaco,

¹⁸⁵ Projecto financiado pela Comissão Europeia que visa promover e difundir boas regras e práticas para a digitalização de conteúdos na área cultural e científica. Cf. <http://www.minervaeurope.org/home.htm> (consultado em 13-02-2007).

¹⁸⁶ Cf. <http://minerva.bn.pt/frontend/ProjectoBrowse.do> (consultado em 14-02-2007).

¹⁸⁷ Cf. <http://www.minervaeurope.org/publications/multilingualismandthesaurus.htm> (consultado em 16-02-2007).

¹⁸⁸ Cf. <http://www.european-heritage.net/sdx/herein/thesaurus/introduction.xsp>. (consultado em 14-02-2007).

Romeno e inclusive Esloveno, onde não deixa de ser estranha, por exemplo, a ausência da contribuição portuguesa ou italiana.

Contudo, continuam a ser raras as publicações de *thesauri* ao contrário do que acontece, por exemplo, no Reino Unido e Estados Unidos onde os museus e outras instituições similares desempenham um papel determinante na criação e consequente publicação destes importantes trabalhos. Se tomarmos apenas como exemplo o *British Museum*, que criou o *Materials Thesaurus*¹⁸⁹ e o *Object Name Thesaurus*¹⁹⁰ (referências mundiais), ou o *Getty Institute* que contribuiu largamente para o desenvolvimento da normalização de conteúdos com a publicação do *Art & Architecture Thesaurus (AAT)*¹⁹¹, percebemos a importância e a premência com que se colocam estas questões no âmbito nacional. É importante agir nesta matéria, mas como o fazer?

A resposta à questão colocada é simples. Estabelecer parcerias internacionais e criar grupos de trabalho nacionais coordenados pelo Instituto Português de Museus, futuro Instituto de Museus e Conservação, através da Rede Portuguesa de Museus¹⁹², compostos por conservadores, linguistas e documentalistas apoiados, quando necessário, por outros especialistas em matérias como desenvolvimento de sistemas de gestão digitais para *thesauri* ou de outras áreas complementares.

O principal objectivo deste(s) grupo(s) de trabalho seria criar uma normalização de conteúdos a utilizar em Portugal e noutros países de língua portuguesa¹⁹³ que pudesse interagir num contexto multilíngue.

As mais valias da existência de um projecto desta natureza são evidentes. Os museus passariam a ter à sua disposição uma ferramenta importantíssima para a gestão e controlo da terminologia associada ao sistema informático de gestão das suas colecções, evitando-se assim o desenvolvimento de projectos pontuais que, embora sendo muito

¹⁸⁹ *Thesaurus* para a descrição e classificação dos materiais encontrados nos objectos museológicos. Disponível em <http://www.mda.org.uk/bmmat/matintro.htm> (consultado em 17-02-2007).

¹⁹⁰ *Thesaurus* para a classificação e descrição dos nomes dos objectos museológicos. Disponível em <http://www.mda.org.uk/bmobj/Objintro.htm> (consultado em 17-02-2007).

¹⁹¹ *Thesaurus* para a classificação da terminologia utilizada nos campos das artes visuais e arquitectura. Disponível em http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/aat/ (consultado em 17-02-2007).

¹⁹² Uma vez que a proximidade deste organismo do Estado aos museus não tutelados pelo Estado Central é, evidentemente, maior e possibilita uma contribuição mais alargada nesta discussão.

¹⁹³ Na nossa opinião este trabalho poderia muito bem ser alvo de um projecto integrado no âmbito da promoção da língua portuguesa em parceria com os países de língua portuguesa, que teria como representantes portugueses o Instituto Português de Museus e o Instituto Camões.

meritórios, não podem ter a complexidade que é exigida a um *thesaurus* alargado a toda a terminologia utilizada pelos museus (nomes de objectos, materiais, técnicas, classificações de objectos, colecções, etc.) e não têm também a certificação necessária para serem constituídos como norma.

Uma outra mais valia da utilização de uma norma de conteúdos, esta de carácter mais prático, seria o museu poder deixar de concentrar os seus esforços na discussão desta matéria e poder focalizar o seu trabalho no registo e gestão do património pelo qual é responsável, podendo assim disponibilizar mais e melhor informação sobre as suas colecções.

Normalização de procedimentos

Ao contrário do que sucede com as normas relativas à estrutura ou modelo de dados e ao desenvolvimento de *thesauri* e conteúdos normalizados, os procedimentos têm sido alvo, de há uns anos a esta parte, de uma atenção redobrada pela parte do IPM¹⁹⁴.

Embora se apliquem nas mais diversas áreas do trabalho museal, alguns destes procedimentos dizem directamente respeito ao inventário e podemos encontrar as suas referências nas Normas de Inventário¹⁹⁵ criadas para as distintas áreas existentes nos museus tutelados pelo IPM¹⁹⁶. Nesta série de publicações são descritas formas de medir os objectos, aspectos relevantes sobre a criação de números de inventário, marcação de objectos, acondicionamento dos objectos em reserva e sua identificação em base de dados, ou cuidados a ter no registo da informação sobre os autores (PINHO e FREITAS, 2000)¹⁹⁷ que constituem, na nossa opinião, procedimentos a utilizar como padrão perante qualquer uma das situações apresentadas como exemplos. Aliás as publicações referidas constituem verdadeiros manuais de aplicação prática para os museus que utilizam o sistema Matriz, desenvolvido pelo IPM em colaboração com várias empresas na área tecnológica¹⁹⁸.

Para além destas normas, únicas com ligação directa com o inventário das colecções, o IPM tem vindo a publicar *online* um conjunto de procedimentos¹⁹⁹ sobre cedências de imagens de objectos museológicos, incorporação e circulação de bens culturais (nos quais se encontram os relatórios de acompanhamento de obra, ou os formulários para cedências de objectos para exposições, por exemplo), depósitos e, ainda, formulários de apoio à exportação, temporária ou definitiva, de bens culturais móveis, segundo regras

¹⁹⁴ Recordamos que a percentagem de museus que responderam à questão de utilização de manuais de procedimentos (59, 95%) é, em larga escala, resultado do facto de se tratarem de museus dependentes do estado ou de outros que indicam seguir as Normas de Inventário propostas pelo IPM, mesmo utilizando outras aplicações informáticas.

¹⁹⁵ Disponíveis para *download* em formato PDF em <http://www.ipmuseus.pt/pt/servicos/A13/SL.aspx> (consultado em 19-02-2007).

¹⁹⁶ As normas de Inventário do IPM não contemplam, por enquanto, as situações das colecções de História Natural e de Museus de Ciência e Técnica.

¹⁹⁷ Referimos aqui apenas as **Normas Gerais de Inventário – Artes e Artes decorativas** a título de exemplo.

¹⁹⁸ Referimos várias empresas porque, como é sabido, o projecto Matriz iniciou-se em colaboração com a Empresa SMD, que depois foi adquirida pela Pararede e, hoje em dia, é desenvolvido pela empresa Cofipor.

¹⁹⁹ Designados por normas e regulamentos dos quais se pode fazer o *download* em <http://www.ipmuseus.pt/pt/servicos/s264/SL.aspx> (consultado em 19-02-2007).

impostas pela União Europeia para este sensível e particular mundo do património cultural.

Recentemente foram publicados dois manuais, sob o signo da série **Temas de Museologia**, sobre **Circulação de Bens Culturais Móveis** e sobre **Museus e Acessibilidades** que também poderão ser consideradas normas de procedimentos a adoptar nos casos em que o museu se confronte com a necessidade de emprestar um qualquer objecto da sua colecção, ou mais importante ainda, que pretenda assegurar todas as condições para permitir o acesso às suas colecções por pessoas com necessidades especiais²⁰⁰.

Mas que tipo de procedimentos necessitam os conservadores e técnicos de museus quando confrontados com a necessidade de registo e gestão da informação relativa às colecções? São todos os que descrevemos atrás? Terão que ser outros? De que forma poderão ser criados, ou quais os modelos de sucesso que podemos utilizar como ponto de partida?

A resposta a estas questões é variada. Depende directamente das políticas e estratégia a aplicar pelo organismo responsável em Portugal. Segundo o nosso ponto de vista, o desenvolvimento de regras processuais no tratamento das colecções museológicas deveria ser considerado, no âmbito do processo de globalização que se verifica actualmente, a uma escala maior do que a realidade de cada país europeu. A larga escala seria possível desenvolver um manual de procedimentos, cuja aplicação prática contribuisse para facilitar o processo de documentação e digitalização dos bens culturais móveis com base na experiência acumulada do trabalho museológico desenvolvido por instituições de referência internacional.

Neste campo o *standard* desenvolvido pela *Museum Documentation Association*, organização do Reino Unido que investiga e desenvolve boas práticas para a documentação nos museus – referência nesta matéria a nível internacional – designado por SPECTRUM, é a norma de procedimentos que recebe o maior consenso na museologia internacional, tendo sido inclusivamente adoptado pela Holanda e Bélgica²⁰¹ como norma para a gestão de colecções dos museus de cada um destes

²⁰⁰ Não podemos deixar de mencionar aqui o agrado que este tipo de publicações nos suscita e felicitar os autores pelo importante contributo para a museologia Portuguesa.

²⁰¹ Cf. <http://www.mda.org.uk/pr070226.htm> (consultado em 04-04-2007).

países. É utilizado, em todo o mundo, por mais de 3000 instituições que trabalham na área da cultura, com grande relevância para os países anglo-saxónicos. A sua utilização bem sucedida em alguns dos melhores exemplos de museus na área da documentação e gestão das colecções é a prova da mais valia que este *standard* poderá trazer para os museus que o adoptem.

Mas de que forma é que pode ser útil a utilização de uma norma tão complexa e completa, como é o SPECTRUM, no caso português?

Este *standard* de procedimentos está construído de tal forma que indica, passo a passo, o que deve ser feito em grande parte das situações com que se deparam os conservadores de museu. Apenas como mero exemplo vejamos o que nos diz esta norma, como resposta à pergunta: “tenho que organizar e documentar o transporte de uma pintura da colecção que vai ser emprestada para uma exposição temporária, o que devo fazer?” Se consultarmos as páginas 91 e seguintes da versão 3.1 do SPECTRUM²⁰², encontramos as indicações constantes no anexo 8.

Pensamos que é fácil perceber todas as vantagens da utilização de uma norma como esta, que não se limita a este exemplo, como é óbvio. Desde a entrada de um objecto no museu, mesmo tratando-se de uma entrada temporária, ou da sua incorporação em definitivo, passando pelos procedimentos a adoptar em caso de empréstimos, de abates de objectos, pelos procedimentos de controlo de localização dos objectos ou do seu estado de conservação, até à gestão dos direitos associados às colecções ou à gestão dos riscos aos quais aquelas se encontram sujeitas esta norma responde, da forma exposta, com todo o tipo de informação necessária para o desempenho bem sucedido das tarefas museais.

Pelos motivos apresentados entendemos que Portugal poderia, sem qualquer desprimor para os seus profissionais de museus, mas, pelo contrário, em seu claro benefício, e à semelhança do que fizeram os países supracitados, adoptar esta norma para a gestão das colecções de todos os seus museus, através de uma parceria que teria que ser negociada entre o IPM e RPM e a *Museum Documentation Association*.

²⁰² Disponível para *download* no *website* da *Museum Documentation Association* em <http://www.mda.org.uk/stand.htm> (consultado em 04-04-2007).

Um processo destes implicaria mudanças para os museus em Portugal, mas seria melhor desenvolvermos no país uma norma de procedimentos própria? Não nos parece o melhor caminho a seguir. Implicaria sempre um estudo aprofundado dos procedimentos adoptados nos museus para as mais diversas questões aplicadas à documentação e gestão das colecções. O que, na nossa opinião, seria um enorme desperdício de recursos humanos e financeiros, evitável com a simples adequação do referido *standard* inglês, à semelhança do que se passa em todas as instituições e países que a pretendem a utilizar. Fica, então, em aberto mais um assunto para posteriores discussões.

Conclusão

“[...] Objects embody unique information about the nature of man in society: the elucidation of approaches through which this can be unlocked is our task, the unique contribution which museum collections can make to our understanding of ourselves.”

(PEARCE, 1994b: 125)

Susan Pearce através deste pequeno excerto do texto *Thinking about things* esclarece-nos sobre qual o papel que está reservado aos objectos, museus e seus profissionais no âmbito do trabalho de investigação sobre a cultura material. Esta sua análise sustenta-se no trabalho que tem vindo a ser feito em Inglaterra desde o pós-guerra com grande relevância para a documentação de colecções na perspectiva da sua conservação, em vez de se centrar na procura do conhecimento que os objectos poderão conter sobre a sociedade que representam através de estudos sobre a cultura material. Segundo a mesma autora o foco da questão terá que ser passado para a obtenção de respostas às perguntas como, o quê, quando, onde, quem e porquê, para cada um dos objectos que existem nos museus.

Estas respostas, quando obtidas e tratadas, contribuirão com toda a certeza para o crescimento do conhecimento da cultura que cada objecto representa, através de estudos que terão sempre que ter em conta análises transversais no que diz respeito às diferentes disciplinas científicas que poderão interagir neste contexto.

Desta forma, o trabalho de registo e documentação das colecções que os museus têm como uma das suas principais missões, reveste-se de uma importância fundamental como ferramenta de apoio às mais diversas ciências que têm como objecto de estudo a cultura material, sendo que em primeira análise é ferramenta essencial para todas tarefas desenvolvidas no trabalho diário no museu.

Sem o registo da informação conhecida dos objectos existentes nas suas colecções de que forma poderia o Museu conservá-las, estudá-las e mesmo divulgá-las ao público? Não será esta a principal tarefa do museu, ou melhor dizendo, a tarefa basilar para o trabalho dos museus? Se não conhecer as suas colecções, como poderá o museu cumprir as funções que lhe estão atribuídas?

É o conhecimento do património à guarda dos museus e, principalmente, a forma como esse conhecimento é obtido e guardado que constituem o principal contributo deste

trabalho. Os museus têm ao longo do tempo guardado a informação sobre os objectos de forma um pouco aleatória, sem correspondência com qualquer regra, o que tem resultado na inexistência de um trabalho sólido em grande parte destas instituições, em Portugal, no que concerne à sua informatização. Como se poderá verificar nos dados obtidos em inquérito, descritos no capítulo “Inquérito sobre documentação e gestão de colecções” desta dissertação, o panorama português no que diz respeito à documentação das colecções não é o melhor. Porém, têm vindo a registar-se importantes contribuições através de fóruns de debate sobre estes assuntos, de criações de normas processuais de registo de informação por parte do IPM, bem como de programas de apoio à execução de inventários, financiados por fundos comunitários, promovidos pela RPM e também pelo Programa Operacional para a Cultura.

O problema central, contudo, mantém-se. Aquilo que em nossa opinião é o factor condicionante para a pouca percentagem de museus com a documentação de colecções concluída – a inexistência de documentos normativos na área da gestão do património cultural – continua a verificar-se em Portugal.

Tivemos então como principal objectivo deste trabalho conceber e apresentar uma proposta de normalização de estrutura de dados, baseada na normalização internacional existente e no contributo recolhido no inquérito realizado, secundada por algumas considerações dos caminhos a seguir para complementar o referido contributo com normas de conteúdos e de procedimentos a utilizar no registo da informação e gestão das colecções dos museus portugueses.

A existência de um documento²⁰³ deste tipo trará claros benefícios aos museus, em primeira instância, mas também a todos os profissionais de museus que se debatem todos os dias com este importante trabalho. Possibilitará, numa primeira análise, uma escolha mais sustentada do sistema utilizado, ou a sua construção com base em critérios previamente definidos, evitando o problema recorrente de criação de bases de dados sem norma que resultam, maioritariamente, em amontoados de informação com poucos resultados positivos, num período temporal mais alargado, no que diz respeito à documentação e gestão do património.

²⁰³ Referimos apenas um documento, porque pensamos ser possível a junção de todas as normas num só documento, mas tal não é condição absolutamente necessária.

Por outro lado, a existência de uma norma permitirá, no âmbito das competências da Rede Portuguesa de Museus, a certificação dos sistemas de gestão de colecções que se encontram disponíveis no mercado, segundo os critérios estabelecidos pela normalização, e que poderão ser adquiridos pelos museus com base numa avaliação da resposta que cada sistema dá ao que aí é enunciado. Esta certificação deveria ser em tudo semelhante à que é feita pelo *Canadian Heritage Information Network*, através do *Collections Management Software Review*²⁰⁴; que classifica os referidos sistemas de acordo com a sua capacidade de resposta a um conjunto de critérios que compõem uma lista de verificação pré-definida.

Para além dos aspectos enunciados atrás, a existência de normalização poderia servir para certificar, ou melhor, garantir a qualidade do trabalho de inventário e documentação das colecções efectuado pelos museus. Em resposta ao inquérito, bem como em vários casos com que nos temos deparado ao longo da nossa experiência profissional, encontrámos situações de inventários que são criados com ferramentas inadequadas, sem uma escolha criteriosa na forma de registo da informação ou da sua estruturação que, em nosso entender, não poderão nunca ser considerados como “inventários informatizados”.

No artigo 17º da Lei Quadro dos Museus²⁰⁵ é referida a importância da informatização das colecções, exceptuando os casos em que não existam as ferramentas necessárias para tal trabalho, mas em nenhum ponto da lei encontramos referência à necessidade de criação, por parte do organismo competente, das regras que permitirão a prossecução da informatização dos acervos com elevados padrões de qualidade. Não basta apenas enumerar um conjunto de elementos que devem compor a ficha de inventário para que a realização deste tipo de trabalhos possa ter sucesso.

Numa outra perspectiva poderemos afirmar, também, que não é suficiente o estabelecimento de normalização referente à estrutura de dados, na qual se devem basear os sistemas de gestão de colecções, para que este trabalho tenha bons frutos. A definição dos conteúdos e os procedimentos adoptados na realização desta importante tarefa será, igualmente, um importante e essencial contributo.

²⁰⁴ Cf. http://www.chin.gc.ca/English/Collections_Management/Software_Review/index.html (consultado em 26-03-2007).

²⁰⁵ Lei Quadro dos Museus – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto de 2004.

Neste capítulo têm vindo a ser dados passos muito concretos, no que diz respeito à criação de normas de procedimentos que poderão ser utilizadas na documentação das colecções. O IPM tem vindo a publicar um conjunto de normas de inventário, bem como dois importantes trabalhos sobre circulação de obras de arte e acessibilidades a museus, na colecção intitulada **Temas de Museologia**, que contêm alguns dos procedimentos necessários para uma correcta documentação das colecções em diversos contextos. No entanto, este trabalho poderia ser acrescido da adopção da norma internacional de referência nesta matéria, o SPECTRUM, como referimos anteriormente.

No caso da normalização de conteúdos o cenário não é, apesar de tudo, o mesmo. O desenvolvimento de *thesauri* ou de listas de terminologia que possam ser utilizadas neste contexto não tem tido a atenção necessária e, neste particular e sensível ponto, pensamos que o IPM e a RPM têm um importante papel a desempenhar na sua criação e disponibilização aos diversos museus em Portugal. É este campo, a par da criação de uma normalização documental, que está, como demos conta, menos desenvolvido. Necessita, urgentemente, da atenção de todos os interessados. Neste ponto específico os organismos estatais responsáveis pela área poderiam valer-se do contributo dos museus por si tutelados ou dos que compõem a rede para a criação dos referidos conteúdos²⁰⁶, sem prejuízo da existência de outros contributos que possam vir a ser realizados neste âmbito.

Esta é uma área na qual, fruto das circunstâncias actuais, o desenvolvimento tem sido mais moroso, mas sabemos que a situação da documentação das colecções dos museus em Portugal tem vindo a sofrer constantes melhorias que são consequência directa do empenho de todos os sectores da comunidade museológica. Já as podemos ver reflectidas na publicação *online* de portais e *websites* de museus com acesso ao património cultural. O caso do MatrizNet²⁰⁷, bem como da Diocese de Évora²⁰⁸, da Diocese de Lamego²⁰⁹, do Museu de Olaria²¹⁰, do Museu Municipal de Vale de Cambra²¹¹, do Museu Marítimo de Ílhavo²¹² e do Museu Virtual da Universidade do

²⁰⁶ Com a criação de *Thesauri* sobre materiais, técnicas, nomes de objectos, classificações, etc.

²⁰⁷ Cf. <http://www.matriznet.ipmuseus.pt> (consultado em 12-03-2007).

²⁰⁸ Cf. <http://www.inventarioevora.com.pt> (consultado em 12-03-2007).

²⁰⁹ Cf. <http://www.diocese-lamego.pt/inventario> (consultado em 10-04-2007).

²¹⁰ Cf. <http://www.museuolaria.org> (consultado em 10-04-2007).

²¹¹ Cf. <http://www.museusportugal.org/mmvc/> (consultado em 10-04-2007).

²¹² Cf. <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt> (consultado em 10-04-2007).

Porto²¹³, que conta com os contributos do Museu da Faculdade de Belas Artes, do Museu da Faculdade de Medicina e da Casa Museu Abel Salazar, e de outros que temos notícia de que terão esta ferramenta disponível a breve trecho, são exemplo desta nova preocupação que se tem vindo a afirmar como indispensável para os museus.

Contudo o trabalho nesta matéria não se esgota com facilidade. O contributo que pretendemos dar com o presente trabalho é uma ínfima parte do que há a fazer neste contexto. A própria proposta de estrutura de dados poderá ser bastante mais complexa e especificamente direccionada às diferentes categorias de colecções existentes nos museus portugueses. O nosso objectivo era criar uma norma, a ser seguida, sem excepção, por todos os museus e para todas as colecções²¹⁴, que pudesse registar a informação suficiente sobre os objectos de forma a que cada museu possa ter conhecimento aprofundado da totalidade do património que guarda e, assim, definir com base em dados realistas as estratégias de estudo, conservação e divulgação das colecções.

Este processo terá, obrigatoriamente, que envolver uma grande parte da comunidade museológica nacional. Inventariar, documentar e gerir o património cultural é uma tarefa árdua, exigente e que obriga à contribuição de todos os que nela participam para que com a sua experiência se possam construir normas cada vez mais eficazes, *thesauri* mais completos e qualificados e, assim, conservar e divulgar o património com mais qualidade.

Por fim será importante mencionar que a maior parte dos recursos documentais por nós utilizados para o desenvolvimento deste trabalho se encontra *online* e que raramente encontramos na nossa pesquisa trabalhos realizados em Portugal, exceptuando as teses de mestrado de Pedro Teotónio Pereira (PEREIRA, 1996), Luís Pequito (ANTUNES, 2002), e Maria João Santos (SANTOS, 2005a) e algumas contribuições pontuais, directamente relacionados com esta matéria. A nível internacional os recursos existentes *online*, bem com as publicações que versam este tema, foram um excelente auxílio.

²¹³ Cf. <http://museuvirtual.up.pt/MuseuVirtual> (consultado em 10-04-2007).

²¹⁴ As categorias de informação da tarefa Objectos deverão ser consideradas como obrigatórias em qualquer processo de inventário.

Bibliografia

- ALARCÃO, Teresa e PEREIRA, Teresa Pacheco (1999) - **Normas de Inventário – Têxteis**, Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [Coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ALBARELLO, Luc *et al.* (1997) - **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações.
- ALEXANDER, Edward P. (1987) - **Museums in Motion – An Introduction to the History and Functions of Museums**. Nashville: American Association for State An Local History.AMBROSE, Timothy (1993) - **Museum basics**. London: ICOM.
- AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS (1984) – **Caring for collections: strategies for conservation, maintenance and documentation**. Washington: American Association of Museums.
- ANABAD (1988) - **Redes y sistemas: Actas**. Congreso de la Anabad, 4, Coruña, 1988 -. Madrid: Anabad.
- ANDERSON, Gail (2004) - **Reinventing the museum: historical and contemporary perspectives on the paradigm shift**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- ANTUNES, Luís Manuel Loyo Pequito (2002) - **Museus e Documentação: Entre a Teoria e a Prática – Uma Abordagem da Realidade Portuguesa (1910/1980)**. [Texto policopiado] Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado em Museologia e Património sob a orientação do Prof. Doutor Henrique Coutinho Gouveia.
- ARMBRUSTER, Barbara e PARREIRA, Rui (1993) - **Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Colecção de ourivesaria**. Inventário do Património Cultural Móvel. 1ª ed. Lisboa: Instituto Português de Museus, Vol. I.
- ASKERUD, P. e CLÉMENT, E. (1997) - **Preventing the Illicit Traffic in Cultural Property: A Resource Handbook for the Implementation of the 1970 UNESCO Convention**. Paris: UNESCO.
- BACHMANN, K. [ed.] (1992) - **Conservations Concerns: A Guide for Collections & Curators**. Washington: Smithsonian Institute.
- BEARMAN, David (1994) - *Automating the future*. **Museum international**. XLVI, 1; p. 38-41, illus.
- BELCHER, Michael (1991) - **Exhibitions in Museums**. London and Leicester: Leicester University Press.
- BENNETT, Tony (1995) - **The birth of the museum: history, theory, politics**. London: Routledge.
- BESSER, H. e TRANT, J. (1995) - **Introduction to Imaging**. Santa Monica: The Getty Art History Information Program.
- BLACKABY, James R. *et al.* (1988) - **The Revised Nomenclature for Museum Cataloging. A Revised and Expanded Version of Robert G. Chenhall's System for Classifying Man-Made Objects**. Nashville: American Association for State and Local History Press.
- BOYLAN, P. J. *et al.* (1998) - **History of ICOM (1946-1996)** Paris: International Council of Museums.
- BOYLAN, P. J. (1999) - *Universities and museums: past, present and future*. **Museum Management and Curatorship**. Oxford: Butterworth-Heinemann, Vol.18, N.º 1, pp. 43-56.
- BOSTICK, W.A. (1977) - **The Guarding of Cultural Property**. Paris: UNESCO.
- BRIGOLA, João Carlos Pires (2003) - **Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRITO Mário Armando Nogueira Pereira de *et al.* (1999) - **Normalização em Museus – Proposta de conclusões**. [Documento policopiado]
- BRITO, Mário Armando Nogueira Pereira de (2004) - **Museos do Eixo Atlântico**. [S.l.]: Eixo Atlântico.
- BUCK, Rebecca A. (1998) - **The new museum registration methods**. Washington: American Association of Museums.
- BUTLER, Stella e WEBB, Pauline (1987) - *A cataloguing system for a Medium-size Museum*. **Museums Journal**. London: Museums Association, Vol. 86, n.º 4, pp. 199-201.
- CABALLERO, Zoreda L. (1988) - *La documentación museológica*. **Boletín Anabad**. Madrid: Anabad, XXX-VIII, n.º 4, pp. 455-493.

CANADIAN HERITAGE PARKS (1997) - **Look and Learn About Our Collections of Objects, Descriptive and Visual Dictionary of Objects**. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services Canada, Vol. 1.

Canadian Heritage Information Network (1993) - **Humanities data dictionary of the Canadian Heritage Information Network**. Ottawa: Canadian Heritage Information Network.

CAMPOS, Teresa (1999) - **Normas de Inventário - Cerâmica: cerâmica de revestimento: artes plásticas e artes decorativas**. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.

CARBONELL, Bettina Messias (2004) - **Museum studies: an anthology of contexts**. Malden: Blackwell Publishers.

CARRETERO, Andr  z [ed.] (1998) - **Normalización documental de museos : elementos para una aplicación informática de gestión museogr  fica** - [*informe redactado por la Comisión de Normalización Documental de Museos*] Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales.

CARVALHO, Anabela [coord.] (2004) – **Temas de Museologia – Circula  o de Bens Culturais Móveis**. 1.  ed. Lisboa: Instituto Portugu  s de Museus.

CARVALHO, Maria Jo   Vilhena de (2004) - **Normas de Inventário – Escultura: artes plásticas e artes decorativas**. Direc  o de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.

CEIA, Carlos (1995)- **Normas para apresenta  o de trabalhos científicos**. Lisboa: Editorial Presença.

CHENHALL, Robert G. (1978) **Nomenclature for Museum Cataloging: A System for Classifying Man-Made Objects**. Nashville: American Association for State and Local History Press.

CHENHALL, Robert G. e HOMULOS, P. (1978) - *Museum Data Standards*. **Museum**. Paris: UNESCO, vol. 314, p. 205–212.

CHENHALL, Robert e VANCE, David (1988) - **Museum collections and today's computers**. New York : Greenwood Press.

CIDOC (1995) - **International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories**. [em linha] International Committee for Documentation. [Consult. 28-07-2006] Disponível em <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide/guide.htm>.

CIDOC (2001) - **Developments in museum and cultural heritage information standards**. [em linha] International Committee for Documentation. [Consultado em 11-07-2006] Disponível em <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/stand1.htm>.

CLAUDEL, Anne (1992) - **Proposition de fiche documentaire minimale pour les collections généralistes**. [Vers  o n.  2]. Berna: Banque de données des biens culturels suisses.

CLAUDEL, Anne e IMBACH, Pia (1995) - **Initiation à la pratique documentaire informatisée**. Berna: Banque de données des biens culturels suisses.

CLAUDEL, Anne *et al.* (1991) - **Système descriptif pour les collections d'histoire et d'ethnologie régionale**. [Draft]. Berna: Banque de données des biens culturels suisses.

CLAUDEL, Anne *et al.* (1996) - **Catégorie d'information pour l'inventaire des biens culturels mobiliers**. Berna: Banque de données des biens culturels suisses.

CORDEIRO, Isabel [coord.] *et al.* (1993) **Inventário do Museu de Évora – Colec  o de ourivesaria**. Inventário do Património Cultural Móvel. 1  ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Critérios de Classifica  o de Bens Imóveis (1996) - 2  ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

CROFTS, Nick e REED, P. (1996) - **Data Standards Workgroup Report**. [em linha] International Committee for Documentation. [Consultado em 28-07-2006] Disponível em <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/artel6.htm>.

CROFTS, Nicholas *et al.* (2003) - **Scope Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model**. [em linha] International Committee for Documentation. [Consultado em 28-07-2006] Disponível em <http://cidoc.ics.forth.gr/scope.html>.

- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly e ROBINSON, Rick E. (1990) **The Art of Seeing – An Interpretation of the Aesthetic Encounter**. The J. Paul Getty Trust ed. Malibu, California: Getty Center for Education in the Arts.
- CURRÁS, Emília. (1982) - **Las ciencias de la documentación y información**. Barcelona:Editorial Mitre.
- DESHAIES, Bruno (1992) - **Metodologia da investigação em ciências humanas**. Lisboa: Instituto Piaget.
- DUDLEY, Dorothy *et al.* (1979) - **Museum Registration Methods**, 3ª ed. Washington: American Association of Museums.
- DELROY, Stephen H. (1987-1988) - **Object Name and Related Standards**. Ottawa: Canadian Heritage Information Network.
- ECO, Umberto. (1998) - **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 7ª ed. Lisboa: Ed. Presença.
- ECO, Umberto (1976) - **A Estrutura Ausente – Introdução à pesquisa semiológica**. 3.ª ed. S. Paulo: Ed. Perspectiva.
- EDSON, Gary (1994) - **The handbook for museums**. London: Routledge.
- EGGEBRECHT, Arne e SCHULZ, Regine (1995) - *The Corpus Antiquitatum Aegyptiarum: setting standards for documentation*. **Museum international**. Paris: UNESCO. XLVII, 2; p. 27-29.
- EWING, Calum e COLLINS, Paul (1991) - **Data Dictionary for Small Museums Collections Inventory**. Halifax: Nova Scotia Museum.
- EWING, Calum (1992) - **Standards for the use of the Material (MA), Technique (MT) and related fields in the Humanities National Database of the Canadian Heritage Information Network (CHIN)**. Ottawa: Canadian Heritage Information Network.
- FACHIN, Odília (1993) - **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Editora Atlas.
- FAHY, Anne [ed.] (1998) - **Collections Management**. London: Routledge.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso (1993) - **Museologia: introduccion a la teoria y practica del museo**. Madrid : Istmo.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso (2006) - **Museología y museografía**. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- FOODY, William. (1996) - **Como perguntar : teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**. trad. de Luís Campos. 1ª ed. Oeiras: Editora Celta.
- Getty Art History Information Program e International Council of Museums International Documentation Committee (1993) - **Developments in International Museum and Cultural Heritage Information Standards**. Santa Monica: Getty Art History Information Program.
- GRANT, Alice. [ed.] (1994) - **SPECTRUM - The U.K. Museum Documentation Standard**. Cambridge: The Museum Documentation Association.
- GODONOU, Alain (1999) - *Documentation in the service of conservation: an African training experiment*. **Museum international**. Paris: UNESCO. LI, 1; p. 28-32, illus.
- GUEDES, Natália Correia (2004) - **Thesaurus – Vocabulário de Objectos do Culto Católico**. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança e Universidade Católica Portuguesa.
- HALL, Edward T. (1986) - **A Dimensão Oculta**. 1.º ed. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
- Handbook of Standards, Documenting African Collections** (1996). Paris: International Council of Museums.
- HARRISON, R., [ed.] (1994) - **Manual of Heritage Management**. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, Kerridwen (1994) - **Proposal for Expansion of the Humanities National Database**. Ottawa: Canadian Heritage Information Network, Documentation Research Group.
- HENNING, Michelle (2006) - **Museums, media and cultural theory**. Berkshire: Open University Press.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (1994) - **Manual de Museología**. Madrid: Editorial Síntesis.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández (1998) - **El museo como espacio de comunicación**. Gijón: Ediciones Trea.

- HIGGINS, Tony (1997) - **Imaging the past: electronic imaging and computer graphics in museums and archaeology**. London: British Museum.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew (2005) - **Investigação por questionário**. 2.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- HOLM, Stuart A. (1991) - **Facts & Arte Facts – How to document a Museum Collection**. Cambridge: Museum Documentation Association.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (1992) - **Museums and the Shaping of Knowledge**. London and New York: Routledge.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (2000) - **Museums and the interpretation of visual culture**. London: Routledge.
- ICOM (2001) - **International Council of Museums Statutes**. [em linha] International Council of Museums. [Consultado em 31-06-2006] Disponível em <http://icom.museum/statutes.html>.
- ICOM (2006) - ICOM News - The Future of Collections. Newsletter of the International Council of Museums. Paris: ICOM, Vol. 59, n.º 4.
- ICOM/CIDOC CRM Special Interest Group (2003): **Definition of theCIDOC Conceptual Reference Model**. [em linha] International Council of Museums. [Consultado em 31-06-2006] Disponível em http://cidoc.ics.forth.gr/docs/cidoc_crm_version_4.2.pdf (Versão 4.2).
- Instituto Português de Museus (2002) - **Actas do Forum Internacional de Redes de Museus**. Lisboa: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus.
- JUEGA, M.^a Isabel Bravo (2000) – **El sistema de documentación de museos militares del Ministerio de Defensa: el Museo del Ejército, modelo de actuación.**. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica.
- LÉVESQUE, France (1989) - **Standards for object names in the decorative arts and related fields**. [Draft] Ottawa: Canadian Heritage Information Network.
- LISTON, D. [ed.] (1993) **Museum Security and Protection: A Handbook for Cultural Heritage Institutions**. London: International Council of Museums e Routledge.
- LÓPEZ YEPES, José (1978) - **Teoría de la documentación**. Pamplona: Eunsa, pp. 122-126.
- LÓPEZ YEPES, José [coord.] (1996) - **Manual de Información y Documentación**. Madrid: Ed. Pirámide.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle *et al.* (1994) - **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget.
- KAVANAGH, Gaynor M. (1990) - **History Curatorship**. Leicester e London: Leicester University Press - Leicester Museums Studies.
- KAVANAGH, Gaynor M. (1991) - **Museum Languages – Objects and Texts**. Leicester e London: Leicester University Press.
- KAVANAGH, Gaynor M. (1994) - **Museum provision and professionalism**. London: Routledge.
- KNELL, Simon [ed.] (1994) - **Care of Collections**. London: Routledge.
- MACDONALD, Sharon (1996) - **Theorizing museums: representing identity and diversity in a changing world**. Oxford: Blackwell Publishers.
- MATOS, José Luís de (1995) **Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Coleção de escultura romana**. Inventário do Património Cultural Móvel. 1.^a ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- McKENNA, Gordon e PATSATZI, Efthymia [ed.] (2005) - **SPECTRUM: The UK Museum Documentation Standard**. (Versão 3.0) Cambridge: Museum Documentation Association.
- MINEIRO, Clara [coord.] (2004) – **Temas de Museologia: Museus e Acessibilidades**. 1.^a ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- MOORE, Kevin (1999) - **Management in museums**. London: Athlone Press.
- MORGAN, Peter J. [ed.] (1986) - **Conference held at the National Museum of Wales, Cardiff, 1982 - A national plan for systematic collections?: proceedings of a conference held at the National Museum of Wales, Cardiff, 1982**. Cardiff: Amgueddfa Genedlaethol Cymru.

Museu de Etnologia (1989) - **Informática e museus**. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Tropical.

Museum Documentation Association (2006) **MDA Documentation Planning Pack**. [em linha] Cambridge: Museum Documentation Association. [Consultado em 31-01-2007] Disponível em <http://www.mda.org.uk/plan.htm>.

MYETTE, E. (1988) - *How This Book came to be*, CASE, M. [ed.] **Registrars on record, Essays on museum collections management**. Washington: American Association of Museums, IX-XIV.

Normas de Inventário – Alfaia agrícola: etnologia (2000) - Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [Coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.

OREY, Maria Leonor Borges de Sousa de (2003) - **Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga : colecção de metais, cruzeiros processionais séculos XII-XVI**. [Lisboa] : Instituto Português de Museus.

ORNA, Elizabeth (1983) - **Build Yourself a Thesaurus. A Step by Step Guide**. Norwich: Running Angel.

ORNA, Elizabeth e PETTITT, Charles (1980) - **Information Handling in Museums**. New York: K. G. Saur Publishing Group.

PAINE, Crispin (1999) - **Godly things: museums objects and religion**. London: Leicester University Press.

PEARCE, Susan M. (1989) - **Museum studies in material culture**. Leicester: Leicester University Press.

PEARCE, Susan M. (1990) - **Objects of knowledge**. London: The Athlone Press.

PEARCE, Susan M. (1992) - **Museums, Objects and Collections: A Cultural Study**. Leicester e London: Leicester University Press.

PEARCE, Susan M. [ed.] (1994) - **Interpreting Objects and Collections**. London: Routledge.

PEARCE, Susan M. (1994a) – *Museum Objects*. PEARCE, Susan M. [ed.] **Interpreting Objects and Collections**. London e New York: Routledge, pp. 9-11.

PEARCE, Susan M. (1994b) - *Thinking about objects*. PEARCE, Susan M. [ed.] **Interpreting Objects and Collections**. London e New York: Routledge, pp. 125-132.

PEARCE, Susan M. (1994c) - *Collecting Reconsidered*. PEARCE, Susan M. [ed.] **Interpreting Objects and Collections**. London e New York: Routledge, pp. 193-204.

PEARCE, Susan M. (1995) - **On Collecting: an Investigation into Collection in the European Tradition**. London: Routledge.

PEREIRA, Alexandre (2004) – **Guia Prático de Utilização do SPSS – Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia**. 5.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo.

PEREIRA, Pedro de Aragão Morais Teotónio (1996) - **Os sistemas de documentação dos museus: a informatização dos sistemas de documentação**. [Texto policopiado] Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado em Museologia e Património sob a orientação do Dr. Sérgio de Andrade.

PIMENTEL, Cristina (2005) - **O sistema museológico português (1833-1991): em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

PINHO, Elsa Garrett e FREITAS, Inês da Cunha. (1999) **Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas**. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [ed.] Lisboa: Instituto Português de Museus.

POMIAN, K. (1984) – Colecção, **Enciclopédia Eunadi**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. 1.^o.

PORTA, Eduard *et al* (1982) – **Sistema de documentació para Museos**. Barcelona: Dep. de Cultura de la Generalitat de Catalunya.

POTVIN, Dominique (1989) - **Normes adaptées pour l'enregistrement des dimensions des œuvres de la collection du Musée du Québec**. [Working document] Quebec City: Musée du Québec, 5 p., *illus*.

PORTER, Martin F. (1978) - *Establishing a museum documentation system in the United Kingdom, Museum*. Paris: UNESCO. XXX, 3/4; p. 169-178, *illus*.

- PROWN, J. (1994) - *Mind in Matter: An Introduction to Material Culture Theory and Method*, PEARCE, Susan M. [ed.] **Interpreting Objects and Collections**. London: Routledge, pp. 133-137.
- QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc (1992) - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva.
- RAPOSO, Luís e MARTINS, Adolfo da Silveira (2000) - **Normas de Inventário – Arqueologia: normas gerais**, Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- REIBEL, Daniel B. (1991) - **Registration Methods for Small History Museums: A Guide for Historical Collections**. 2ª ed. Yardley: DBR Publication.
- REIBEL, Daniel B. (1997) - **Registration methods for the Small Museum**. London, Altamira.
- REILLY, P. e RAHTZ, S (1992) - *Archaeology in the Information Age: A Global Perspective*. **One World Archaeology**. London: Routledge, Vol. 21.
- Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries (2004) – *Plano para a Certificação de Museus na Grã-Bretanha: Padrões*. **Museologia Relatórios Técnicos n.º 6**. [Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza] São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Fundação Vitae.
- Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries (2004) – *Da Austrália a Zanzibar: Planos de Certificação de Museus em Diversos Países*. **Museologia Relatórios Técnicos n.º 6**. [Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza] São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Fundação Vitae.
- RIBEIRO, Fernanda (2005) – *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?* **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, I Série vol. IV, pp. 83-100.
- ROBERTS, Andrew D. e LIGHT, R.B. (1980) - *Progress in Documentation*. **Journal of Documentation**. Bradford: Emerald, Vol. 36, No. 1.
- ROBERTS, Andrew D. *et al* (1986) - **Museum documentation systems: developments and applications**. London: Butterworths.
- ROBERTS, Andrew D. [ed.] (1988) - **Collections Management for Museums**. Cambridge: Museum Documentation Association.
- ROBERTS, Andrew D. e INGRAM, Nicky (1989) - **The Use of Computers for Collections Documentation**. Duxford: Museum Documentation Association, "Setting Standards" collection, MDA Occasional Paper 13.
- ROBERTS, Andrew D. [dir.] (1990) - **Terminology for Museums - Proceedings of an International Conference Held in Cambridge, England, 21-24 September 1988**. Cambridge: Museum Documentation Association.
- ROBERTS, Andrew D. (1992) - *International and National Developments in Museum Information Standards. Computers and the History of Art*. Suíça: Harwood Academic Publishers. Vol. 3, No. 1; 3-6.
- ROBERTS, Andrew D. [ed.] (1993) - **European Museum Documentation Strategies and Standards**. Cambridge: The Museum Documentation Association.
- ROBERTS, Andrew D. (2000). **Introduction to the International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories**. [em linha] International Committee for Documentation. [Consultado em 12-07-2006] Disponível em <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide0.htm>.
- RODRIGUES, M. Conceição Monteiro (1979) - **A informática ao serviço da história da arte e arqueologia : subsídios para um inventário artístico de Castelo de Vide**. Portalegre: Assembleia Distrital.
- RUEMPOL, Alma (1992) - *In Rotterdam: a new documentation system for a new collection*, **Museum**. Paris: UNESCO. XLIV, 1; p. 55-58, illus.
- SAGÜÉS, Maria del Carmen Valdés (1999) - **La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público**. Gijón: Ediciones Trea.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989) - **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Edições Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987) - **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Jorge Alves dos e NEVES, José Soares (2005) – **Os Museus Municipais de Cascais. Políticas Culturais Locais e Património Móvel**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos [coord.] (2005) - **O panorama museológico em Portugal: 2000-2003**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus.
- SANTOS, Maria João Canha Ferreira dos (2005a) - **Radiografia documental dos museus portugueses: inquérito de avaliação da documentação enquanto processo**. [Texto policopiado] Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado em Museologia e Património sob a orientação da Prof^a Doutora Francisca Hernández Hernández.
- SARASAN, Lenore e NEUNER, A.M. (1983) - **Museum Collections and Computers - Report of an ASC Survey**. Lawrence, Kansas: Association for Systematics Collections.
- SEMEDO, Alice *et al.* (2003) - **Colóquio de Museologia Industrial Reconversão e Musealização de Espaços Industriais, Porto, 2002 - Reconversão e musealização de espaços industriais : actas**. [S.l.]: Associação para o Museu da Ciência e Indústria.
- SEMEDO, Alice (2005) - **Colecções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários : Homenagem a Fernando Bragança Gil**. Porto: Faculdade de Letras do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Secção de Museologia.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da (1999) - **Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da (2002) - **Arquivística, biblioteconomia e museologia : do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação**. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (1986) - **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Raquel Henriques da [coord.] (2000) - **Inquérito aos museus em Portugal**. Lisboa: Instituto Português de Museus e Observatório das Actividades Culturais.
- SOLA, Tomislav (1997) - **Essays on museums and their theory: towards the cybernetic museum**. Helsinki: Finnish Museums Association.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos (1998) - **Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos**. Porto: Civilização Editora.
- SOUSA, Maria da Conceição Borges de e BASTOS, Celina (2004) - **Normas de Inventário – Mobiliário: artes plásticas e artes decorativas**. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- STUCKERT, Caroline M. (1991) - **Cataloging from Scratch. A Manual for Cataloging Undocumented Collections in Small Museums**. 2^a ed. Havertown: MACC Associates.
- SULLIVAN, Mary (1989) - **Object Names Standards in Fine Arts**. Ottawa: Canadian Heritage Information Network.
- Système descriptif des objets mobiliers - Inventaire national** (1987). Paris: Ministère de la Culture et de la Communication.
- TARRÊTE, Odile (1997) - *Hidden treasure: museum libraries and documentation centres*, **Museum International**. Paris: UNESCO, XLIX, 3; pp. 43-48, *illus.*
- THE GETTY ART HISTORY INFORMATION PROGRAM (1997) - **Categories for the Description of Works of Art**. Santa Monica: The Getty Art History Information Program.
- THOMPSON, M.A. [ed.] (1992) - **The Manual of Curatorship: a guide to museum practice**. London: Ed. Butterworth.
- THORNES, R. (1995) - **Protecting Cultural Objects through International Documentation Standards: A Preliminary Survey**. Santa Monica: Getty Art History Information Program.
- THORNES, R. (1997) - **Protecting Cultural Objects in the Global Information Society: The Making of Object ID**. Santa Monica: Getty Information Institute.

THORNES, R. e BOLD, J. [ed.] (1998) **Documenting the Cultural Heritage**. Los Angeles: Getty Information Institute.

TORRES, Maria Teresa Marín (2002) - **Historia de la documentación museológica : la gestión de la memoria artística**. Gijón: Trea.

TRANT, Jennifer (1991) - **Canadian Centre for Architecture Collections Documentation Guide**. Montreal: Canadian Centre for Architecture.

VALLIÈRES, Nicole (1991) - *Converting collections management systems: the computer challenge*, **Muse**. Vol. 9 , pp. 60-65.

VAUDOU, Marie Odile (2004) - *Inventory and global management in archaeology: the example of the Neuchâtel Museum*, **Museum international**. Paris: UNESCO, LVI, 3 / 223; p. 68-76, *illus*.

VICTORIA AND ALBERT MUSEUM. (1992) **Collections Management Procedures Manual**, London: Ed. Victoria and Albert Museum.

WILL, Leonard (1994) - *Museums as information centres*, **Museum international**. Paris: UNESCO, XLVI, 1; p. 20-25, *illus*.

WOODHEAD, Peter (1994) - **Keyguide to information sources in museum studies**. 2ª ed. London: Mansell.

Normas:

ISO 8601 (2004) - *Datas. Specification for Representation of Dates and Times in Information Interchange*. 3º ed. Genebra: International Organisation for Standardisation.

ISO 2788 (1986) – Thesauri. *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*. Genebra: International Organisation for Standardisation.

ISO 5964 (1985) – Thesauri. *Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri*. Genebra: International Organization for Standardization.

ISO 21127 (2006) – Informação e documentação. *A reference ontology for the interchange of cultural heritage information*. Genebra: International Organization for Standardization.

ISO 23950 (1998) – Comunicação de dados. *Information and documentation -- Information retrieval (Z39.50) -- Application service definition and protocol specification*. Genebra: International Organization for Standardization.

Legislação:

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004. DR. I Série A, n.º 195.

Credenciação de Museus - Despacho normativo n.º 3/2006 de 25 de Janeiro de 2006. D.R. I Série B, n.º 18.

Portaria n.º 1312/2006 de 20 de Setembro de 2006. D.R. II Série, n.º 182.

Referências online:

American National Standards Institute – <http://www.ansi.org/>

American Association of Museums – <http://www.aam-us.org>

Archives & Museum Informatics – <http://www.archimuse.com/>

Art & Architecture Thesaurus – http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/aat/

Biblioteca Nacional - <http://www.bn.pt>

Canadian Heritage Information Network – <http://www.chin.gc.ca>

CIDOC 2007 conference - <http://www.cidoc2007.at/>

CIDOC Conceptual Reference Model – <http://cidoc.ics.forth.gr/index.html>

CIPA – Heritage Documentation – <http://cipa.icomos.org/>

Collect & Share – <http://www.collectandshare.eu.com>

Digital Culture Centre – <http://www.dcc.ac.uk/index>

Docbase – <http://www.docbase.pt>
 European Museums' Information Institute – <http://www.emii.org/>
 European Heritage Network – <http://www.european-heritage.net>
 Eurovoc – http://europa.eu/eurovoc/sg/sga_doc/eurovoc_diff!SERVEUR/menu!prod!MENU?langue=PT
 Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Cultura – <http://www.object-id.com/index.html>
 Getty Center – <http://www.getty.edu>
 Getty Guide – <http://www.getty.edu/art/gettyguide/>
 Heritage Connect – <http://www.inherit.co.uk/heritage/connect.htm>
 International Committee for Documentation – ICOM - <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/>
 International Council of Museums – <http://www.icom.museum>
 International Organization for Standardization – <http://www.iso.org>
 Instituto Nacional dos Arquivos - Torre do Tombo – <http://www.iantt.pt>
 Instituto Português da Qualidade – <http://www.ipq.pt>
 Instituto Português de Arqueologia – <http://www.ipa.min-cultura.pt/>
 Instituto Português de Museus <http://www.ipmuseus.pt>
 Instituto Português do Património Arquitectónico – <http://www.ippar.pt>
 MICHAEL – <http://www.michael-culture.org/en/home>
 Minerva Thesauri – <http://www.mek.oszk.hu/minerva/survey/>
 Ministério da Cultura – <http://www.min-cultura.pt>
 Ministério da Cultura Espanhol – <http://www.mcu.es/>
 Mouseia – <http://www.utoronto.ca/mouseia/index.html>
 Museum Association – <http://www.museumsassociation.org/>
 Museum Collections - <http://www.museumcollections.org.uk>
 Museum Documentation Association – <http://www.mda.org.uk>
 Museum, Libraries and Archives Council - <http://www.mla.gov.uk>
 National Information Standards Organization – www.niso.org
 New York Public Library – <http://www.nypl.org/>
 OASIS Standards – <http://www.oasis-open.org/home/index.php>
 Object ID – <http://www.object-id.com/index.html>
 Pararede, S.A. – <http://www.pararede.pt>
 Projecto AQUARELLE – http://www.ics.forth.gr/isl/projects/projects_individual.jsp?ProjectID=15
 Projecto Minerva – <http://www.minervaeurope.org>
 Rede Portuguesa de Museus – <http://www.rpmuseus-pt.org>
 Serviços de documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – <http://sdi.letras.up.pt/>
 Serviços de documentação da Universidade de Aveiro – <http://www.doc.ua.pt/>
 Serviços de documentação da Universidade do Minho – <http://www.sdum.uminho.pt>
 Sistemas do Futuro, Lda. – <http://www.sistemasfuturo.pt>
 Smithsonian Institute – <http://www.si.edu/>
 SPECTRUM Terminology – <http://www.mda.org.uk/spectrum-terminology/>
 Thesaurus of Geographic Names – http://www.getty.edu/research/conducting_research/vocabularies/tgn/
 UNESCO – <http://www.unesco.org>

Wayback Machine – <http://web.archive.org>

Z39.50 Resource Page – http://www.niso.org/standards/resources/Z3950_Resources.html

Anexos

Anexo 1 – Lista de Museus que compõem a Rede Portuguesa de Museus

Museus da Rede Portuguesa de Museus	
1	Casa-Museu Abel Salazar
2	Casa-Museu de Camilo
3	Casa-Museu Guerra Junqueiro
4	Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio
5	Casa-Museu Teixeira Lopes / Galerias Diogo de Macedo
6	Museu Agrícola de Entre Douro e Minho
7	Museu Bernardino Machado
8	Museu da Casa Grande
9	Museu da Cidade
10	Museu da Fundação Cupertino de Miranda
11	Museu da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro
12	Museu da Quinta de Santiago / Centro de Arte de Matosinhos
13	Museu da Terra de Miranda
14	Museu de Alberto Sampaio
15	Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real
16	Museu de Arte Contemporânea de Serralves
17	Museu de Lamego
18	Museu de Olaria
19	Museu de Vila do Conde
20	Museu do Abade de Baçal
21	Museu do Carro Eléctrico
22	Museu do Papel Moeda
23	Museu do Papel Terras de Santa Maria
24	Museu do Traje de Viana do Castelo
25	Museu dos Biscainhos
26	Museu dos Transportes e Comunicações
27	Museu Municipal Abade Pedrosa
28	Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso
29	Museu Municipal de Esposende
30	Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim
31	Museu Municipal de Penafiel
32	Museu Municipal de Vale de Cambra
33	Museu Municipal de Viana do Castelo
34	Museu Nacional da Imprensa
35	Museu Nacional de Soares dos Reis
36	Museu Nogueira da Silva
37	Museu Pio XII
38	Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
39	Museu Regional de Paredes de Coura
40	Tesouro-Museu da Catedral de Braga
41	Museu da Guarda
42	Museu da Imagem em Movimento
43	Museu da Pedra
44	Museu da Villa Romana do Rabaçal
45	Museu de Aveiro
46	Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
47	Museu de Grão Vasco
48	Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior
49	Museu do Caramulo

Museus da Rede Portuguesa de Museus	
50	Museu Escolar de Marrazes
51	Museu José Luciano de Castro
52	Museu Monográfico de Conímbriga
53	Museu Nacional de Machado de Castro
54	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
55	Casa-Museu Leal da Câmara
56	Ecomuseu Municipal do Seixal
57	Museu Anjos Teixeira
58	Museu Arqueológico do Carmo
59	Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas
60	Museu Calouste Gulbenkian
61	Museu da Água
62	Museu da Música
63	Museu da Pólvora Negra
64	Museu das Comunicações
65	Museu de Arte Popular
66	Museu de Arte Sacra e Etnologia
67	Museu de Cerâmica
68	Museu de Cerâmica de Sacavém
69	Museu de Ciência da Universidade de Lisboa
70	Museu de José Malhoa
71	Museu de São Roque
72	Museu de Setúbal - Convento de Jesus
73	Museu do Ar
74	Museu do Brinquedo
75	Museu do Chiado
76	Museu do Trabalho Michel Giacometti
77	Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso
78	Museu Ferreira de Castro
79	Museu Geológico
80	Museu Municipal Carlos Reis
81	Museu Municipal de Alcochete
82	Museu Municipal de Benavente - Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço
83	Museu Municipal de Coruche
84	Museu Municipal de Loures
85	Museu Municipal de Santarém
86	Museu Municipal de Vila Franca de Xira
87	Museu Municipal Leonel Trindade
88	Museu Nacional de Arqueologia
89	Museu Nacional de Arte Antiga
90	Museu Nacional de Etnologia
91	Museu Nacional do Azulejo
92	Museu Nacional do Teatro
93	Museu Nacional do Traje
94	Museu Nacional dos Coches
95	Museu Biblioteca da Casa de Bragança - Paço Ducal de Vila Viçosa
96	Museu de Évora
97	Museu de Mértola
98	Museu Municipal de Aljustrel
99	Museu Municipal de Moura
100	Museu Municipal de Santiago do Cacém
101	Museu Municipal Pedro Nunes

Museus da Rede Portuguesa de Museus	
102	Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira
103	Museu Municipal de Faro
104	Museu Municipal de Portimão
105	Museu Municipal de Tavira
106	Museu Carlos Machado
107	Museu da Graciosa
108	Museu da Horta
109	Museu das Flores
110	Museu de Angra do Heroísmo
111	Museu de Santa Maria
112	Museu de São Jorge
113	Museu do Pico / Museu dos Baleeiros
114	Casa Colombo
115	Casa-Museu Frederico de Freitas
116	Museu da Quinta das Cruzes
117	Museu de Arte Contemporânea - Fortaleza São Tiago
118	Museu de Arte Sacra
119	Museu Etnográfico da Madeira
120	Photographia - Museu "Vicentes"

Anexo 2 – Lista de museus das Câmaras Municipais de Lisboa e Cascais e das Universidades de Coimbra e do Porto

Museus das Câmaras de Lisboa e Cascais e das Universidades de Coimbra e Porto	
1	Museu Académico de Coimbra
2	Museu Antropológico do Museu de História Natural
3	Museu Botânico do Museu História Natural
4	Museu de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra
5	Museu de Arte Sacra
6	Museu de Física
7	Museu Mineralógico e Geológico do Museu de História Natural
8	Museu Zoológico da Universidade de Coimbra
9	Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra
10	Biblioteca-Museu República e Resistência
11	Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa
12	Espaço da Memória dos Exílios
13	Estufa Fria de Lisboa
14	Moínho de Armação Tipo Americano
15	Museu Antoniano
16	Museu da Cidade
17	Museu da Marionete
18	Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria
19	Museu da Vida Submarina e da História Submersa
20	Museu do Bombeiro - R.S.B. de Lisboa
21	Museu do Mar - Rei D. Carlos
22	Museu Municipal do Automóvel "Fernando Pessa"
23	Museu Rafael Bordalo Pinheiro
24	Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães
25	Núcleo Museológico do Cemitério dos Prazeres
26	Núcleo Museológico do Forte de S. Jorge dos Oitavos
27	Padrão dos Descobrimentos
28	Jardim Botânico do Porto
29	Museu da Faculdade de Belas Artes do Porto
30	Museu de História da Medicina "Maximiano Lemos"
31	Museu de História Natural da Universidade do Porto
32	Núcleo Museológico da Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto
33	Núcleo Museológico da Faculdade de Farmácia

Anexo 3 – Lista de Museus sem e-mail segundo dados da RPM

Museus sem e-mail nas listas fornecidas pela RPM	
1	Museu da Quinta de Santiago / Centro de Arte de Matosinhos
2	Museu do Traje de Viana do Castelo
3	Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso
4	Museu José Luciano de Castro
5	Casa-Museu Leal da Câmara
6	Museu Anjos Teixeira
7	Museu Arqueológico do Carmo
8	Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas
9	Museu de São Roque
10	Museu de Setúbal - Convento de Jesus
11	Museu Municipal de Moura
12	Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira
13	Casa Colombo
14	Museu Académico de Coimbra
15	Museu Antropológico do Museu de História Natural
16	Museu de Anatomia Patológica da Universidade de Coimbra
17	Museu de Arte Sacra
18	Museu Mineralógico e Geológico do Museu de História Natural
19	Espaço da Memória dos Exílios
20	Estufa Fria de Lisboa
21	Moínho de Armação Tipo Americano
22	Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria
23	Museu da Vida Submarina e da História Submersa
24	Museu do Bombeiro - R.S.B. de Lisboa
25	Museu do Mar - Rei D. Carlos
26	Museu Municipal do Automóvel "Fernando Pessa"
27	Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães
28	Núcleo Museológico do Cemitério dos Prazeres
29	Núcleo Museológico do Forte de S. Jorge dos Oitavos
30	Jardim Botânico do Porto
31	Museu da Faculdade de Belas Artes do Porto
32	Museu de História da Medicina "Maximiano Lemos"
33	Museu de História Natural da Universidade do Porto
34	Núcleo Museológico da Faculdade de Engenharia da Univ. do Porto
35	Núcleo Museológico da Faculdade de Farmácia

Anexo 4 - Museus com resposta ao inquérito válida

Museus com resposta válida	
1	Museu dos Transportes e Comunicações
2	Tesouro-Museu da Catedral de Braga
3	Museu Municipal de Alcochete
4	Museu Municipal de Aljustrel
5	Museu de Olaria
6	Museu da Pedra
7	Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria
8	Museu do Mar - Rei D. Carlos
9	Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães
10	Casa Museu Reynaldo dos Santos / Irene Quilhó
11	Museu Municipal de Arqueologia (em projecto)
12	Museu Municipal de Coruche
13	Museu Municipal de Esposende
14	Museu Municipal de Faro
15	Museu da Vida Submarina e da História Submersa
16	Museu de Mértola
17	Museu Municipal de Penafiel
18	Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim
19	Museu do Papel Terras de Santa Maria
20	Museu Municipal de Santiago do Cacém
21	Museu do Trabalho Michel Giacometti
22	Museu Municipal de Tavira
23	Museu Municipal de Vale de Cambra
24	Museu do Traje de Viana do Castelo
25	Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real
26	Museu do Vinho do Porto
27	Museu Carlos Machado
28	Museu da Graciosa
29	Museu da Horta
30	Museu de Santa Maria
31	Museu de São Jorge
32	Museu do Pico / Museu dos Baleeiros
33	Museu Agrícola de Entre Douro e Minho
34	Museu da Quinta das Cruzes
35	Museu da Marionete
36	Museu do Ar
37	Museu da Faculdade de Belas Artes do Porto
38	Jardim Botânico do Porto - Museu do Departamento de Botânica da FCUP
39	Museu de História Natural da Universidade do Porto
40	Museu Antropológico do Museu de História Natural
41	Museu Botânico do Museu História Natural
42	Museu de História da Medicina "Maximiano Lemos"
43	Museu do Caramulo
44	Museu do Brinquedo
45	Museu Calouste Gulbenkian
46	Museu da Fundação Cupertino de Miranda
47	Museu Geológico
48	Museu de Arte Sacra e Etnologia
49	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves
50	Museu da Guarda

Museus com resposta válida	
51	Museu da Música
52	Museu de Alberto Sampaio
53	Museu de Arte Popular
54	Museu de Aveiro
55	Museu de Cerâmica
56	Museu de Évora
57	Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
58	Museu de Grão Vasco
59	Museu de José Malhoa
60	Museu de Lamego
61	Museu do Abade de Baçal
62	Museu dos Biscainhos
63	Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso
64	Museu Monográfico de Conímbriga
65	Museu Nacional de Arqueologia
66	Museu Nacional de Etnologia
67	Museu Nacional de Machado de Castro
68	Museu Nacional de Soares dos Reis
69	Museu Nacional do Traje
70	Museu Nacional dos Coches
71	Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
72	Museu Escolar de Marrazes
73	Museu José Luciano de Castro
74	Museu do Carro Elétrico
75	Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior
76	Museu Académico de Coimbra

Inquérito sobre inventário e gestão de colecções museológicas

Identificação do responsável pelo preenchimento do inquérito

Nome:	
Função:	
Telefone:	
e-mail:	

Caracterização do museu

Identificação do Museu	
Designação:	
Morada:	
Código Postal:	
Telefone:	
Fax:	
Website:	
e-mail:	
Distrito:	
Concelho:	
Freguesia:	
Tipo de museu:	
Ano de criação:	
Horário de abertura ao público:	
Tutela	

Colecções

1.1. Categorias dominantes do acervo de que dispõe: (assinalar as mais representativas)

Arqueologia	☐
Arte	☐
Arte sacra	☐
Etnologia/etnografia	☐
Ciência e técnica	☐
História	☐
Militar	☐
Desporto	☐
Educação	☐
História Natural	☐
Indústria	☐
Literatura	☐
Artes do espectáculo	☐
Filatelia	☐
Fotografia	☐
Marítimo/Marinha	☐
Numismática	☐
Traje	☐
Transportes	☐
Espécies vivas	☐
Espécies não vivas	☐
Outras	☐

Quais?:

1.1.1. Dentro das categorias escolhidas qual é a mais significativa no museu? Por que motivos?

1.2. Qual é, aproximadamente, o número:

Número de objectos no acervo	
Número de objectos em depósito	
Número de objectos depositados em outras instituições	
Número de objectos inventariados	
Número de objectos estudados	
Número de objectos em Base de dados	

1.3. Dos objectos registados em base de dados quantos se enquadram nas seguintes opções: (indicar número de objectos para cada opção)

Registo/Cadastro (registada a informação básica – tipo	
---	--

cadastro):	
Inventário sumário (registo com informação de medidas, autores, técnicas, materiais, contexto de campo, cronologia, etc.)	
Inventário desenvolvido (com associação de ficheiros multimédia – imagem, som, vídeo e outros.)	
Inventário com informação adicional de gestão (registos de objectos com associação de informação de empréstimos, conservação, documentação, etc.)	
Inventário de depósitos	

1.4. Arquivo fotográfico do acervo

1.4.1. O arquivo fotográfico do museu é: (se a resposta for apenas a primeira opção passe, por favor, à pergunta 1.5)

Com base em suportes não digitais	
Digital	
Ambos	

1.4.2. Quantas imagens digitais têm registadas no arquivo fotográfico?

Imagens de objectos	
Outras imagens ²¹⁵	

1.5. A informatização do acervo é uma prioridade para o Museu? Porquê?

²¹⁵ Imagens de eventos, processos de restauro, exposições, acções de serviços educativos, etc.

2. Caracterização da base de dados utilizada

2.1. A base de dados utilizada para registo do inventário é:

Desenvolvida pelo próprio museu (responda à pergunta 2.1)	
Comercializada por uma empresa (passe à pergunta 2.4)	

2.2. Qual o motor de dados utilizado?

Access	
File Maker	
SQL Server	
Oracle	
Outro	

Qual?

2.3. Qual a formação dos técnicos responsáveis pela elaboração da base de dados?

Informática	
Museologia	
Ambas	
Outras	

Quais!?

2.4. Foram tidas em conta a normalização nacional (IPM) e internacional (ICOM) na elaboração da base de dados?

2.5. Qual empresa?

Sistemas do Futuro, Lda.	
Pararede, S.A.	
DID	
MOBYDOC	
FCO	
Outra	

Qual?

2.6. Qual é a base de dados utilizada?

In arte Plus	
In arte Premium	
In domus Plus	

In domus Premium	
In natura Plus	
In natura Premium	
In memoria Plus	
In memoria Premium	
In patrimonium Plus	
In patrimonium Premium	
Index Rerum	
Matriz	
Micromusée	
Outra	

Qual?

2.7. Utilizada(s) na instituição desde ____/____/____

2.8. Nos pontos abaixo referidos classifique o grau de satisfação do museu sobre o programa utilizado

	Satisfeito	Pouco satisfeito	Nada satisfeito	Sem opinião
Estrutura de dados				
Flexibilidade				
Usabilidade				
Adequação às colecções				
Interface				
Exportação de dados				

2.9. Classifique os seguintes campos ou grupos de informação segundo ordem de importância para a classificação do acervo do museu.

Campo/grupo de informação	Registo/ Cadastro	Inventário Sumário	Inventário desenvolvido	Gestão da colecção
N.º de Inventário				
Designação Principal				
Título				
Descrição				
Data de registo				
Autorias				
Características técnicas				
Categorias				
Classificações				
Colecções				
Componentes				
Contexto de campo				
Cópias				
Cores				
Cronologia				
Departamentos				
Designações				
Direitos				
Disposições legais				
Entrada				

Campo/grupo de informação	Registo/ Cadastro	Inventário Sumário	Inventário desenvolvido	Gestão da colecção
Épocas				
Escavações				
Escolas				
Estados				
Estilos				
Funções/Usos				
Fundo documental				
Grupos				
Iconografias				
Incorporações				
Inscrições				
Inspirações				
Inventariantes				
Localizações				
Marcas				
Materiais				
Medidas				
Numerações				
Numismática				
Originalidade				
Pesos				
Produções				
Proprietários				
Recolha etnográfica				
Técnicas				
Títulos				
Valores				
Associação de ficheiros multimédia (foto, som, vídeo e outros)				
Abate				
Movimentos				
Seguros				
Exposições				
Conservação				
Reprodução				
Outros eventos				
Material gráfico				
Material audiovisual				
Bibliografia				
Epistolografia				
Cartografia				
Arquivo histórico				
Arquivo corrente				
Arquivo fotográfico				

2.10. Existem campos de introdução obrigatória de dados na base de dados utilizada? ☐ Sim ☐ Não

2.10.1. Indique, por favor alguns exemplos de campos obrigatórios no seguinte quadro:

Nome do Campo	Observações

2.11. Existem listagens de terminologia ou a possibilidade de criação e utilização de thesauri na aplicação utilizada?

☐ Sim ☐ Não

2.11.1. Se sim, quais os thesauri utilizados e, no caso de criação de próprios thesauri, estes estão disponíveis para o público em geral?

2.12. A estrutura de dados da aplicação utilizada é, na sua opinião compatível com a normalização nacional (IPM) e internacional (ICOM)?

2.13. Existe internamente no museu um Manual escrito para regulamentar os procedimentos do inventário e gestão de colecções?

☐ Sim ☐ Não

2.13.1. Porque motivo(s) foi criado e quem participou na sua elaboração?

3. Recursos logísticos

3.1. O museu dispõe de uma Sala/gabinete criado especificamente para o inventário?

Sim	Não
-----	-----

3.2. Quantos computadores estão afectos ao trabalho de inventário? _____

3.2.1. Dos quais:

Directamente (postos de trabalho da aplicação)	
Indirectamente (computadores de tratamento de imagem e outras tarefas ligadas ao Inventário)	

3.3. Quais os meios informáticos adicionais de que dispõe a instituição e estão directamente afectos ao inventário:

Máquina fotográfica digital	
Scanner	
Scanner de negativos	
Scanner de diapositivos	
Ligação à Internet	
Outros	

Quais?

3.4. São contratados serviços externos ao museu para alguma das tarefas relacionadas com o inventário?

Sim	Não
-----	-----

Quais?

4. Recursos humanos

4.1. Quais os recursos humanos afectos directamente ao inventário?

Número total de colaboradores afectos ao Inventário	
---	--

4.1.1. Dos quais:

Afectos ao inventário a:	Categoria profissional	Efectivo	Contrato a termo certo	Estagiário	Out sourcing
Tempo inteiro	Técnico superior				
	Técnico profissional				
	Técnico auxiliar				
	Técnico administrativo				
	Outra				
Tempo Parcial	Técnico superior				
	Técnico profissional				
	Técnico auxiliar				
	Técnico administrativo				
	Outra				

4.2. Número de colaboradores por grau de formação:

Grau	n.º
Doutoramento	
Mestrado	
Pós-graduação	
Licenciatura	
Bacharelato	
12º ano	
9º ano	
Ensino básico	
Outros	

Quais?

4.3. Que outros profissionais colaboram, pontualmente ou permanentemente, com o museu no trabalho de inventário:

Categoria	n.º
Investigadores/especialistas	
Fotógrafos	
Consultores (áreas técnicas como por ex. Documentação)	
Especialistas de documentação e gestão de colecções	
Informáticos (assistência técnica)	
Empresas especializadas	
Outros	

Quais?

5. Utilização da informação e comunicação com o exterior

5.1. Que tipos de acesso à informação registada em base de dados o museu prevê?

Público em geral	
Investigadores	
Escolas	
Pessoas com deficiência	
Outros	

Quais?

5.2. A instituição dispõe de "site" na Internet?

Sim	Não
-----	-----

5.2.1. Qual o endereço?

http://_____

5.2.2. Se não tem quando é que prevê a criação de um "site"?

5.3. No site existe a possibilidade de efectuar pesquisas sobre a colecção?

Sim	Não
-----	-----

5.3.1. Se sim que tipo de informação disponibiliza sobre cada objecto?

5.4. O museu dispõe de algum dos seguintes recursos:

Quiosques multimédia	
"Audioguides"	
"Multimedia Guides" (visitas guiadas por PDA)	

5.5. De que outras formas a informação guardada na base de dados é utilizada na comunicação do Museu?

Inquérito sobre inventário e gestão de colecções museológicas

Instruções de preenchimento do questionário.

Pretende-se com este documento facilitar a compreensão das questões do inquérito submetido e auxiliar no preenchimento dos dados por parte do Museu.

Em caso de dúvida por favor contacte-me para o e-mail alexandre@museusportugal.org ou por telemóvel para o n.º 937505656.

Considerações iniciais

Todo o inquérito é direccionado para obter informação sobre a actividade de inventário e gestão de colecções nos Museus, assim sendo as perguntas sobre recursos serão apenas relativas aos meios directamente ligados à actividade supra-citada.

1 Colecções:

1.1 Assinale com x as categorias existentes no museu.

1.1.1 Indique qual a categoria que tem maior relevância no museu e porque motivos.

1.2 Escreva o número (pode ser aproximado) correspondente a cada item da primeira coluna.

1.3 Escreva o número (pode ser aproximado) de objectos que correspondam aos seguintes critérios:

- **Registo/Cadastro** – Objectos que apenas têm registada a informação básica e necessária à sua identificação;
- **Inventário sumário** – registo de objectos com informação de autores, técnicas de construção, dados de recolha, contexto de campo, cronologia, etc.;
- **Inventário desenvolvido** – registo de objectos com a informação existente no anterior, à qual são associados ficheiros multimédia: foto, vídeo, som ou outros;
- **Inventário com informação adicional de gestão** – registos de objectos com associação de informação sobre restauro, empréstimos, exposições, referências bibliográficas, etc.;
- **Inventário de depósitos** – registo dos objectos depositados no museu.

1.4 Neste ponto basta indicar (mesmo que sejam valores aproximados) os dados pedidos em relação ao arquivo fotográfico do museu.

2 Base de dados

2.1 Indicar com X qual das duas situações apresentadas corresponde à situação do museu. Caso a base de dados utilizada no museu seja comprada a uma empresa não necessita de responder às questões 2.2, 2.3 e 2.4.

2.2 O motor de dados é a aplicação que suporta a base de dados utilizada. Caso tenha alguma dúvida nesta questão poderá obter a informação junto do técnico que desenvolveu a tecnologia utilizada na base de dados.

- 2.3 Indicar qual a formação base das pessoas que elaboraram a base de dados.
- 2.4 Pode consultar a normalização citada em www.ipmuseus.pt e em www.icom.museum.
- 2.5 Indicar a empresa que comercializa a base de dados.
- 2.6 Indicar qual, ou quais, as bases de dados em utilização no museu.
- 2.7 Indicar data de início de utilização da base de dados.
- 2.8 Indicar o grau de satisfação segundo a escala apresentada para os seguintes itens:
- **Estrutura de dados** – a avaliação deve ser feita tendo em conta a organização da estrutura de dados na base de dados, a facilidade de cruzamento de dados em pesquisas, etc.
 - **Flexibilidade** – a avaliação deve ser feita considerando a utilização da base de dados para registar informação de forma escalonável (começando no inventário básico, até chegar ao estudo completo do objecto).
 - **Usabilidade** – avaliação de facilidade de uso da base de dados.
 - **Adequação às colecções** - a avaliação deve ser feita considerando a utilização da base de dados para registar informação de distintas colecções.
 - **Interface** – avaliação da interface da aplicação com o utilizador (apresentação dos dados, acesso aos dados, facilidade de construção de pesquisas, etc.)
 - **Exportação de dados** – deve ser avaliada a capacidade de exportação dos dados para outros formatos (Excel, Access, Word, CSV, etc.)
- 2.9 Nesta questão deverá ser indicado qual o nível de registo a que corresponde cada um dos itens da coluna Campo/Grupo de informação. Para o fazer basta incluir um X na opção escolhida.
- Por exemplo, caso o museu tenha o número de inventário como um campo utilizado em Registo/Cadastro deverá colocar uma cruz na célula que corresponde à intercepção entre a linha de Número de Inventário e da coluna “Registo/Cadastro”.
- Em cada linha deverá apenas escolher uma das opções possíveis, ou seja, indicar apenas uma das quatro opções disponíveis.
- Considera-se que se um campo/grupo de informação é necessário para o Registo/Cadastro, será também para as restantes opções.
- Campo/Grupo de informação é a coluna onde estão colocados campos e grupos de informação comumente utilizados nas bases de dados de gestão de colecções. Alguns, como N.º de Inventário ou Designação, apenas têm como objectivo registar a informação pedida, no entanto, os grupos de informação contém todos os campos para o registo de informação sobre o item descrito na coluna. Por exemplo, em Autorias o grupo de informação refere-se a toda a informação sobre a Autoria de determinado objecto (nome de autor, tipo de autoria, etc.).
- 2.10 Indicar, se existirem, quais os campos de introdução obrigatória de dados na base de dados utilizada pelo museu. Nas respostas Sim ou Não cortar a que não interessa. No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.
- 2.11 Tabelas de terminologia ou thesauri são ferramentas de controlo terminológico que permitem uma maior fiabilidade dos dados utilizados. Poderão ser utilizados alguns que já estão publicados, ou adaptações de outros que são publicados em outras línguas. Indique quais e se os disponibiliza. Nas respostas Sim ou Não cortar a que não interessa. No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.
- 2.12 Pode consultar a normalização citada em www.ipmuseus.pt e em www.icom.museum.
- 2.13 Manual de procedimentos é um documento interno que estabelece as regras de introdução de dados, permissões de utilizadores, revisão de dados, entre outras tarefas importantes para a documentação de colecções. Nas respostas Sim ou Não cortar a que não interessa.

No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.

3 Recursos logísticos

Neste ponto do inquérito pretendem-se saber quais os recursos associados às tarefas de inventário, gestão e documentação das colecções.

Nas respostas sim ou não cortar a que não interessa. No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.

4 Recursos humanos

Neste ponto do inquérito pretendem-se saber quais os recursos humanos, suas qualificações e tempo dispendido nestas tarefas.

4.1 Indicar número de colaboradores que trabalham no inventário das colecções.

4.1.1 No quadro indicar quais os trabalhadores a tempo inteiro (primeira metade do quadro) segundo categoria profissional e forma contratual. Em cada caso indicar o número de colaboradores. Na parte inferior do quadro indicar a mesma informação (número de colaboradores) que estão afectos em tempo parcial, tendo em conta os mesmos critérios de categoria profissional e forma contratual.

4.2 Indicar o número de colaboradores que detêm os graus de formação da primeira coluna.

4.3 Indicar, indicando o número sempre que possível, de outro tipo de profissionais que colaboram também no inventário e gestão de colecções.

5 Utilização da informação e comunicação com o exterior

5.1 Indicar o tipo de acessos previstos para os dados registados em base de dados.

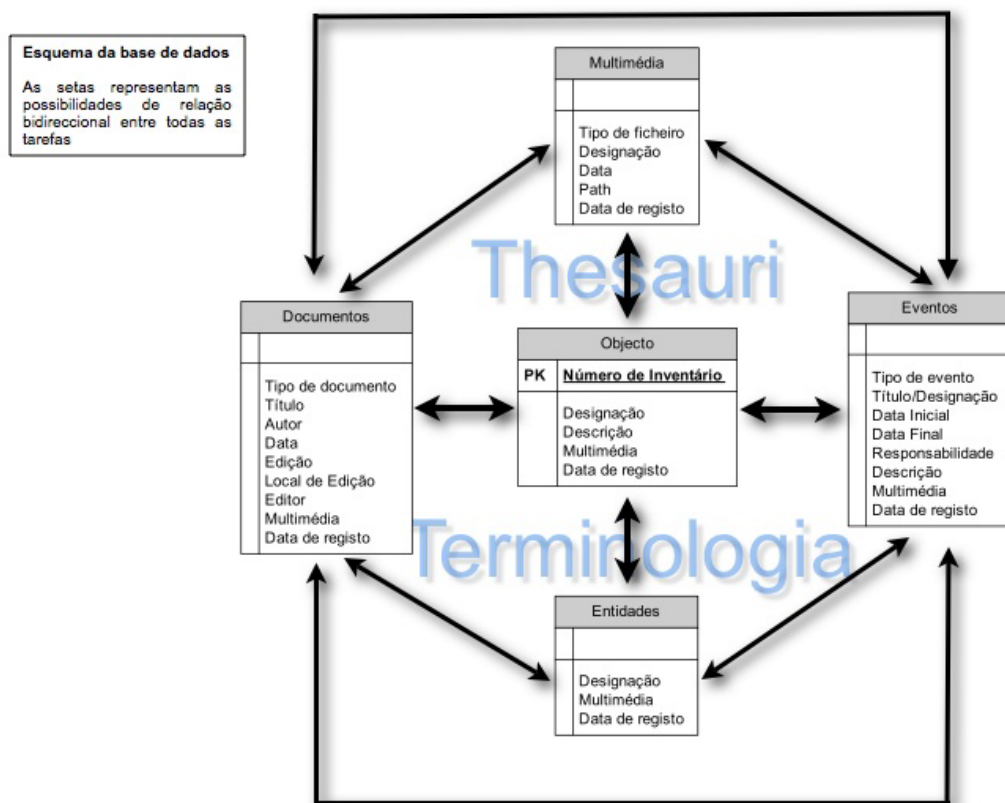
5.2 Indique o endereço da página do museu se existir. Caso não exista indique data de previsão para a sua disponibilização. Nas respostas Sim ou Não cortar a que não interessa. No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.

5.3 Indique, caso o museu disponha de "site" se este contempla a pesquisa sobre a colecção on-line. Nas respostas Sim ou Não cortar a que não interessa. No caso de devolver o inquérito em Word, apagar a que não interessa, deixando a opção que escolher.

5.4 Indique quais dos recursos o museu dispõe

5.5 Indique outras formas de utilização da informação registada em base de dados para além do "site" e recursos apresentados na questão 5.4.

Anexo 7 – Esquema de dados proposto



Anexo 8 – Transcrição do capítulo referente a procedimentos de transporte do SPECTRUM.

“Transport Definition

The management and documentation of the transport of objects for which the organisation is partially or fully responsible.

Minimum Standard

The organisation must have a policy relating to the transport of objects. Refer to ***Before you start - Policy requirements*** for details.

The procedure for documenting and managing transport must:

- Ensure that all transport is carried out in compliance with the organisation’s transport policy;
- Ensure that, in the case of borrowed objects, the requirements of the lender and their insurance policy (e.g. Government Indemnity) are met;
- Ensure that all legal obligations are complied with, including any customs requirements, CITES, airfreight security legislation, and firearms regulations;
- Ensure that a condition check of the object is carried out (and recorded) prior to transport arrangements being made;
- Ensure that a method statement for the move is prepared, including a risk assessment and emergency plan;
- Ensure that appropriate insurance/indemnity arrangements are in place prior to the transport;
- Record and maintain an audit trail of the reasons for the move, mode of transport, dates of the

transport, and details of those carrying out the transport.

Before you start

From time to time, every organisation will find it necessary to transport items from their collections. The reasons of the transport may include:

- Acquisition;
- Loans in or out;
- Conservation;
- Reproduction or research;
- Exhibition and display;
- Disposal.

The transport can take place:

- To the organisation from another place (including private individuals);
- From the organisation to another place (including private individuals);
- Between places owned by the organisation (e.g. from store to display).

The complexity of the transport will depend upon the nature of the collections being moved, the reasons for the movement and the type of journey.

Use the procedure for any movements of objects that including vehicles either owned by the organisation, or by a third party. Use the procedure in conjunction with other procedures, as appropriate.

Legal environment

Rights

Objects and other material may have rights associated with them (e.g. copyright). Also information that the organisation records about the persons will be governed by rights legislation (e.g. *Data Protection*).

The procedure for the transport of objects needs to take into account these rights. See the ***Rights management*** procedure for full details on how to do this.

Policy requirements

The organisation must have a policy stating its position in relation to how it transports its own collections and, also, objects owned by a third party. It is good practise for the policy to:

- Identify the circumstances when it will undertake its own transport;
- Identify the circumstances when it will call in the expertise and resources of a third party for transport;
- Identify the accepted standards of care that it applies to the transport of objects and state the occasions when it may vary from those standards;
- Identify the costs involved in transport and responsibilities for meeting those costs (for example, in the case of loans, the borrower pays for transport);
- Identify the criteria for deciding whether a courier should accompany objects leaving the organisation;
- State any legal and financial obligations that it may have in relation to transport.

Procedure

Procedure set-up and review

1 Study the ***Before you start*** section above in order to:

- Be aware of the *legal environment* affecting operation of the procedure;
- Create the **written policy** that will govern the operation of the procedure;
- Create the part of the **written documentation procedural manual** that refers to the transport of objects.

2 Regularly review and change, if necessary, the part of the *documentation procedural manual* that refers to the transport of objects. Changes may be made because of:

- Changes to the *legal environment*;
- Changes to the *policy* of the organisation.

Planning and initiating transport

3 The transport of objects is initiated from within the *Location and movement control* procedure.

[See ***Location and movement control - Moving objects - Step 12***]

Decisions regarding the movement of objects must only be made by authorised persons, with responsibility for managing collections. The organisation's collections management policy and other policies (such as loans), will identify such responsibilities.

4 Once the decision has been made to transport objects, the person or department responsible for arranging this, should be provided with the following information:

- The reason transport is required;
- The name of the person responsible for approving the movement of the object;
- The owner of the object (the organisation or a third party);
- If there are any special conditions that apply (including those of the UK *Government Indemnity Scheme*);
- A copy of the agreement between those sending and receiving the object(s), confirming the reason for the movement;
- A description of the object(s) being transported (see ***Note*** below);
- Whether a courier is required;
- The contact names and addresses for collection and delivery, with preferred dates for the transport.

Record references to this information.

Information requirements:

• ***Reference information.***

Note: Object description

The information provided should be sufficient to clearly identify the object and for transport should include its:

- Object number;
- Brief description;
- Physical description (including dimensions and weight);
- Valuation (if the object is to be insured or covered by UK *Government Indemnity Scheme*);
- Condition (and availability of a condition report);
- An indication of any *Health & Safety* issues associated with transporting the objects.

This information may be accessible from the organisation's own documentation system.

Information requirements:

- *Object identification information;*
- *Object description information;*
- *Object valuation information;*
- *Object condition and technical assessment information;*
- *Reference information.*

If documentation does not exist for the object and it is not on the organisation's premises, then the Preentry or procedures should be followed to allow for its documentation and tracking of movement.

[Go to *Pre-Entry - Procedure*] or [Go to *Pre-Entry - Procedure*]

5 The person making the arrangements for the transport should establish whether there are any access issues that may exist at the collection or delivery destination and assess any handling issues, for example if specialist handlers or equipment will be required. Agree the route with all the parties involved.

Information requirements:

- *Object requirement information;*
- *Reference information.*

6 Establish the most appropriate means of transport. Influences on the decision include:

- The organisation's collections management policy and other policies (such as that on *Loans out*);
- The types of objects being transported (e.g. the organisation's vehicles may be constrained by loading limits);
- The costs of the transport;
- The legal restrictions on transport of the object;
- The packed dimension of the objects;
- The availability of transport routes to or from destination/origin of objects;
- The requirements of insuring bodies;
- The requirement for the agreement from a third party (depending upon the reason for the transport). Organisations and individuals lending objects to the organisation must approve the proposed arrangements.

Options include:

Public transport

It may be appropriate, and cost effective, to transport low value items by post, courier company or public transport. The organisation's collection management policy and terms of insurance/indemnity cover may determine the circumstances when this method is used.

In-house transport

This includes use of the organisation-owned vehicles or staff (or volunteer) personal vehicles. The organisation's collections management policy may determine the circumstances when this method is used.

Depending upon the organisation's resources and demands upon available vehicles, there may be a booking system managed by a central body, such as a registrar's or facilities department. Follow the organisation's internal procedures for arranging dates for collections and deliveries.

Third party transport (e.g. a transport agent)

Refer to the organisation's policy regarding contracting external suppliers and follow the required steps to comply with accounting procedures. Supply the agent with the following information:

- Details of the objects to be moved, their destination, the reason for the move and desired dates;
- Any known areas of difficulty, such as access, handling restrictions, weight loading;

- Specify whether Government Indemnity or a commercial policy covers the transport and any special conditions;
- Any restrictions under CITES or hazardous materials regulations;
- Flag up the possibility of a site visit for agent to assess access, staffing, vehicle and equipment requirements, and method statement.

If the object is travelling to or from abroad, the transport agent will have to undertake Customs clearance. For items travelling abroad, arrange for the necessary licences to be obtained by the agent, including CITES, and compliance with airfreight security regulations.

Receive confirmation of transport from the agent, along with the following information:

- Detailed itinerary (e.g. route and timings);
- Transport method and route for approval, including for long trips any stopovers;
- Any overseas agents involved;
- Courier travel arrangements;
- Airport loading/unloading and security procedures in UK and overseas;
- The vehicle registration;
- The names of drivers;
- The mobile phone number of the vehicle's driver.

Once confirmed, circulate details of the arrangements to the appropriate persons (e.g. curator, conservator, security and technical handling staff).

Once confirmed, circulate details of the arrangements to the appropriate persons (e.g. curator, conservator, security and technical handling staff).

Preparing for transport

7 Arrange for any conservation treatment necessary to make the object safe to travel.

[Go to ***Conservation and collections care - Procedure***]

8 Arrange for the object to be appropriately packed prior to transport to provide suitable protection from environmental changes or vibration during the transit. In the case of loans in, these arrangements may be made by a third party.

9 Arrange insurance or indemnity as appropriate, according to the organisation's policy regarding insurance.

[Go to ***Insurance and indemnity management - Procedure***]

10 Prepare appropriate documentation for the transport and create a reference it.

Information requirements:

- ***Object requirement information;***
- ***Reference information.***

Implementing transport

11 The transport of the objects should be monitored.

For transport of objects between the organisation's premises, follow the procedure for *Location and movement control*.

[Go to ***Location and movement control - Procedure***]

For objects leaving the organisation's premises, follow the procedure for *Object exit*.

[Go to ***Object exit - Procedure***]"